



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

130ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente, Conama.

Brasília/DF.
23 de Agosto de 2018.

(Transcrição ipso verbis)
Empresa ProixL Estenotipia

1 **O SR. EDSON DUARTE (Ministro do Estado do Meio Ambiente)** – Alô, Bom
2 dia. Bom dia. (*Bom dia*). Senti firmeza, deixa o pessoal... Bom, eu vou dar início
3 então, já temos quórum. Eu queria cumprimentar e agradecer a presença de cada
4 um dos nossos Conselheiros, também daqueles que geralmente acompanham, e
5 mais uma vez estão aqui acompanhando mais uma sessão Ordinária Plenária do
6 Conselho Nacional do Meio Ambiente, é uma honra para mim estar aqui nessa
7 condição, não como Ministro, mas presidindo a reunião do Conselho Nacional do
8 Meio Ambiente. Esse grande espaço democrático máximo da política nacional do
9 meio ambiente, do que ele representa como espaço de diálogo, de construção, de
10 negociação e aprovação para tudo aquilo que é necessário para o fortalecimento
11 da nossa Política Nacional do Meio Ambiente. Eu gostaria, saudar aqui meus
12 companheiros, colegas de trabalho, tanto da mesa como de Plenária, a Adriana,
13 em nome de todos que organizaram e tem organizado os trabalhos do CONAMA,
14 eu quero cumprimentar o Aladim pela ABEMA e o Rogério pela Anamma, desta
15 forma, cumprimentando a todos os segmentos que aqui tem representação, o
16 Governo, não-governamental, cumprimentando o CNEA, o Cadastro Nacional de
17 Entidades Ambientalistas, e dizer que, nós estamos vivendo um momento
18 importante do País, aliás, a democracia brasileira veio nos últimos anos dando
19 demonstrações e passando por fortes testes, o que faz da democracia brasileira
20 uma democracia mais forte. Eu acostumo fazer um paralelo que a democracia
21 brasileira é como uma fábrica de automóvel que pega ali um automóvel, joga pra
22 um lado, joga pra outro e lá no final sai um produto testado. Então nós estamos
23 dando passos que eu não tenho nenhuma dúvida, para a construção de uma
24 grande nação, de um grande País, por tudo aquilo que o Brasil vem vivendo,
25 assistindo e presenciando e, sobretudo, a forte participação e o interesse da
26 sociedade que vai agora ter a oportunidade de se manifestar com seu voto
27 individual, mas que será o resultado da expressão da vontade soberana do povo
28 brasileiro. Na política ambiental, nós demos alguns passos importantes, aliás, na
29 história recente do Brasil, nos últimos anos, eu diria talvez na última década, o
30 Brasil deu passos importantes, alguns passos à frente, alguns para trás, mas está
31 caminhando, está amadurecendo. E alguns números têm demonstrado que o
32 Brasil reafirmou, vem reafirmando o seu protagonismo na política ambiental
33 mundial. Nesse momento, a conjuntura internacional chama o Brasil para assumir
34 esse protagonismo que ele teve e tem e deve continuar tendo, sobretudo, na
35 política climática. Há uma preocupação internacional, uma preocupação do
36 secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas de mudanças do clima,
37 em relação ao posicionamento de diversos países que se esperavam uma posição
38 firme, decidida no cumprimento do acordo de Paris, e essa firmeza de decisão no
39 cumprimento daquilo que ficou estabelecido e acordado não vem acontecendo
40 como se esperava, principalmente nas nações desenvolvidos. Mas, alguns países
41 e aí entre esses, a liderança do Brasil, dá sinais claros de que, o acordo é
42 possível, deve ser cumprido e se possível antecipado nos seus prazos. Nos
43 últimos anos, sob a lógica e o funcionamento do Rede Mais, o Brasil retirou de
44 emissões de gás do efeito estufa algo da ordem de 6 bilhões de toneladas nessa
45 última década, o que equivale a um ano e meio de toda a União Europeia. Isso só

46 pra Amazônia. Nesses dois últimos anos, nós continuamos mantendo essa
47 tendência, a queda do desmatamento da Amazônia em 2017 de 12%, e mais
48 aquilo que caiu de desmatamento no Cerrado, na Amazônia nós retiramos 610
49 milhões de toneladas de CO2 nesses dois últimos anos e mais 170 milhões de
50 CO2 nos dois últimos anos do Cerrado. Isso eu estou falando apenas de dois
51 biomas, além da contribuição de outros biomas, como é o caso da Mata Atlântica,
52 que também tivemos uma redução significativa da redução do desmatamento, em
53 alguns Estados zero, o que significa e demonstra que nós brasileiros pudemos ter
54 uma política agrícola firme e forte, uma política do desenvolvimento no setor rural
55 firme e forte, até porque o ano passado, em 2017, nós tivemos um aumento da
56 produção de grãos que foi recorde no País, e nesse mesmo ano, nós estávamos
57 consolidando um crescimento da área protegida em unidades de conservação nós
58 que tínhamos até então 79 milhões de hectares em unidades de conservação,
59 nós, nesses dois últimos anos constituímos 94 milhões de hectares em unidades
60 de conservação, entre marinho, costeiro e terrestre. Mostra que, a política
61 ambiental, a política de unidade de conservação, de proteção ambiental é
62 perfeitamente possível com a política de desenvolvimento pra um País que precisa
63 crescer, precisa recuperar a sua economia, precisa gerar empregos. Mas, esse
64 País tem tudo para ser a maior nação, a mais firme e sustentável nação do
65 mundo, do ponto de vista econômico, se for sustentável do ponto de vista
66 ambiental. Ninguém tem o que nós temos, ninguém tem um conjunto de cinco
67 biomas com a biodiversidade, com a diversidade que nós temos, 20% de tudo
68 aquilo que é conhecido das biodiversidades está no Território Nacional, é dos
69 brasileiros, para o bem dos brasileiros, mas também para o bem da humanidade,
70 pelo papel que cumpre. A floresta, a maior floresta tropical, que é a Amazônica,
71 ela cumpre com o papel importante não só para o Brasil, mas para toda a América
72 do Sul, para o regime de chuvas pra região. Isso tudo eu estou dizendo porque
73 nós estamos caminhando para a conferência da Polônia, para a conferência do
74 clima, e estamos muito preocupados com os resultados dessa conferência. O
75 Brasil realizou o seu diálogo (...), continua realizando o diálogo como instrumento
76 importante e necessário, porque aliás, conversava agora com os nossos colegas,
77 representantes dos Estados, nenhuma política ambiental vai funcionar se ela não
78 for o resultado do diálogo e do entendimento entre os diversos setores do Brasil,
79 para que se consolide firmemente como uma Política Nacional e não uma Política
80 Federal ou como uma Política de Governo. Tem que ser uma política de Estado,
81 tem que ser uma política que esteja da mais alta autoridade ao mais simples e
82 mais distante dos brasileiros, aonde estiver, e aí passa pela nossa unidade, pelo
83 nosso diálogo, pelas nossas articulações que acontece exatamente aqui nesse
84 ambiente e nesse fórum. Me perguntavam sobre a minha autoridade em relação a
85 alguns procedimentos internos, a autoridade do Ministro do Meio Ambiente,
86 Presidente do Conselho Nacional do Meio Ambiente se dá através da
87 manifestação coletiva, permitindo os recursos de todos aqueles que não
88 concordem com algum procedimento. Esta é a minha, esta é a nossa autoridade,
89 é a decisão coletiva. E estava inclusive comentando que, aquilo que venha a ser
90 deliberado pela força do voto de decisão da maioria, mas que seja o resultado
91 antes de um forte, extenso, o tempo que for necessário de diálogo e discussão

92 para a construção das propostas que venham a Plenária. Nós... Me
93 perguntavam... Eu estou chegando de Montevidéu, eu estava com a Patrícia
94 Espinhosa que é a Secretária-Executiva da Convenção-Quadro das Nações
95 Unidas pra mudança do clima, e ela dizia que está muito orgulhosa do papel e da
96 posição brasileira, e com ela acertamos de que, o próximo ano, o Brasil vai
97 realizar o Encontro Nacional Latino-Americano e Caribenho de mudanças do
98 clima, vai ser no Brasil e vai ser na cidade de Salvador, isso nós acertamos ontem,
99 e mais, esta semana e o mais tardar na próxima semana, eu quero junto com o
100 Ministro Aluizio, com outros Ministros, o Ministro do Planejamento e com o
101 Presidente da República decidir de uma vez por todas, e estou otimista, o Brasil
102 será sede da conferência do clima do próximo ano, aqui no Brasil, será aqui no
103 Brasil. Ainda não está decidido, porque algumas medidas, uma delas com a
104 Venezuela, por conta do veto venezuelano que ocorreu e estamos com tratativas
105 para vencer esta fase, necessária como procedimento da ONU para a realização
106 da conferência, que haja unidade regional, mas estamos contornando isso, demos
107 grandes passos nos últimos dias e a questão orçamentaria, nós precisamos já
108 sinalizar, embora para o próximo ano, mas nós precisamos consolidar inclusive no
109 orçamento deste ano uma sinalização de recursos para a realização da
110 conferência, mas ela perguntava “Ministro, percebi que o Brasil reduziu o
111 desmatamento, foi o País que mais reduziu por unidade, por País, foi a maior
112 redução de emissões dos gases do efeito estufa, como o Brasil é gigantesco e
113 tudo nosso é superlativo, isso impressiona e traz resultados que chamam atenção
114 o mundo”, mas ela me perguntava “Isso é sustentável? Podemos garantir que não
115 vai ficar aquela curva de sobe e desce já que estamos em período eleitoral?
116 Vamos ter um novo Presidente a partir de janeiro, um novo Ministro do Meio
117 Ambiente, uma nova configuração de governança, inclusive nos Estados?” E eu
118 disse “Olha, não acredito mais em retrocesso”, primeiro, a posição do povo
119 brasileiro, a participação do povo brasileiro que reagiu todas as vezes uma
120 ameaça de retrocesso ambiental se configurou no horizonte, a reação foi imediata,
121 e quanto a esta reação, não há força política que possa enfrentar, e as redes
122 sociais têm sido um forte instrumento, um grande instrumento aliado à causa
123 ambiental no Brasil, é a manifestação da população brasileira, e esta é um
124 legítimo, eu diria, revelação a fotografia da força da democracia brasileira, e é um
125 processo crescente. Estou falando que aconteceu nos últimos anos, mas eu não
126 tenho dúvida que esse é um processo que tende a crescer, que é uma força que
127 vem da sociedade e que vai estabelecer condições de freio para qualquer
128 traquinagem que queiram fazer em relação a política ambiental brasileira, seja do
129 Congresso ou que venha de qualquer um outro lugar. Segundo, nós
130 estabelecemos mecanismos de comando e controle a partir de imagens de satélite
131 com uma precisão grande e com uma velocidade cada vez maior que, nos permite
132 ver aonde está acontecendo uma ação de desmatamento ameaçador em
133 proporções que entendemos como necessária para uma reação imediata. Com o
134 cadastro ambiental rural, que é uma realidade, e aproveito aqui para o ato heroico
135 de poucas pessoas, mas com ajuda e eu quero aqui reconhecer o papel dos
136 Estados, no povoamento do Cadastro Ambiental Rural, é o maior banco de dados
137 rural ambiental do Planeta e que está servindo para a elaboração, realização,

138 avaliação de todas as nossas políticas públicas e dos nossos aliados. Alguns
139 dizem “Ah, mas o cadastro não fechou ainda? Não vai fechar nunca”, o cadastro
140 vai estar sempre sendo retroalimentado, o cadastro ele é dinâmico, mas alguns
141 dizem “Mas para a aplicação de algumas regras da lei enquanto ele não fechar
142 não poderá ser utilizado”, lei do engano, o Ministério Público Federal, todos os
143 órgãos de controle já têm acesso, nós já utilizamos, então o Cadastro Ambiental
144 Rural, compor mais de cinco milhões de propriedades cadastradas, com banco de
145 dados que nós permite várias utilizações, uma delas a ameaça de desmatamento,
146 quais são as propriedades no lugar, aquele proprietário está recebendo uma
147 correspondência, uma mensagem “Olha... estamos verificando por satélite que
148 está crescendo o desmatamento no seu entorno, atenção e cuidado, se tiver que
149 fazer, faça, de forma autorizada e de forma legal, porque se não estaremos lá
150 presentes”, o SINAFLOR, sistema de controle da madeira e subprodutos da
151 madeira na origem, até o final do ano, nessa virada de ano ou próximo ano eu
152 estou muito convicto Sueli, muito convicto, de tudo que nós... de todos os testes,
153 já é uma realidade, os 24 Estados da Federação conectados, *faltam três*, 24
154 conectados e três estão faltando, os 24 Estados faltando esses três, mas até o
155 final do ano estaremos fechando o SINAFLOR, o quê que isso vai fazer? Com que
156 a madeira de origem ilegal ela saia do mercado. Isso nós vamos favorecer o
157 mercado de madeira legal, é uma concorrência desleal e é ela que fomenta boa
158 parte do desmatamento. Nós vamos criar um novo mercado, o mercado legal
159 gerador de empregos, de divisas, de rendas, não vamos ter mais uma evasão que
160 estimamos algo na casa dos 500 milhões de reais que poderiam estar indo para
161 os cofres dos Estados e, no entanto, está indo para o trabalho escravo, a
162 exploração da mão-de-obra, promovendo o desmatamento de uma quadrilha
163 organizada que se apropriou do bem público brasileiro, do bem natural. O
164 desmatamento que ocorre na Amazônia é coisa de criminoso, são criminosos
165 organizados sendo que, os chefes não ficam na região, eles estão nas grandes
166 capitais. E nós não estamos só combatendo o crime na ponta, Polícia Federal,
167 Ministério Público Federal, nós estamos desbaratando a quadrilha, quem ganho
168 com o crime na Amazônia, seja de madeira, desmatamento ou mineração? E vão
169 pagar, estão pagando? Todos aqueles que estejam associados, seja grande
170 empresa, pequena, média, político, seja quem for, mas estamos desbaratando
171 todos aqueles que ganham com o crime organizado na Amazônia. Isso que eu
172 estou dizendo para os senhores estabelece condições nacionais para que não
173 haja retrocesso seja quem venha a ser o Presidência da República, nós estamos
174 garantindo condições sustentáveis, bases de cruzamento de dados e não são só
175 nossos, não é só governamental, não são só as nossas imagens, os nossos
176 sistemas, é da sociedade. Quem conhece o MapBiomas fica impressionado com
177 os resultados das informações disponibilizados para todos, e além desse mapa,
178 desse controle de imagem por satélite, imagem em tempo real do que está
179 acontecendo em todo o território nacional, outras plataformas estarão surgindo, eu
180 não tenho dúvida, e esse olhar é o que vai impedir que o crime aconteça sob
181 impunidade, porque nós vamos ter condições de agir e não só nós enquanto
182 Governo, mas também a sociedade. Eu apelo aos Estados, o combate ao
183 desmatamento ilegal é preciso a participação não só do Governo Federal, mas,

184 sobretudo, dos Estados. Eu peço essa ajuda, é preciso separar o joio do trigo,
185 quem solicitou a autorização legal de supressão vegetal e quem agiu de forma
186 ilegal, essa informação nós temos hoje dificuldade de obter, e ela é importante.
187 Mais do que isso, estabelecemos o programa corredores ecológicos, que é
188 importante com a ajuda do Cadastro Ambiental Rural, só declarado Cadastro
189 Ambiental Rural nós temos mais de 100 milhões de hectares destinados a
190 preservação ambiental, e esses cem milhões de reserva legal e área da “app”
191 ajudam enormemente no nosso programa conectividade que são os programas
192 corredores ecológicos. Estabelecemos a sala de situação, que já está funcionando
193 para o combate aos incêndios florestais. Nós gostaríamos de apelar aos Estados
194 também para que, a gente estabeleça nos Estados também imediatamente sala
195 de situação para a questão dos incêndios florestais. Nós já contratamos 2.500
196 brigadistas, mais de 2.000 de (...) feitos, mais de 500 mil hectares preparados com
197 manejo antecipado para os incêndios florestais, isso é suficiente? Não. Vamos
198 viver agora, agora começa o período crítico dos incêndios florestais e mais,
199 devemos assinar essa semana, devemos eu digo o Presidente da República, para
200 o Congresso Nacional, estabelecendo uma Política Nacional de Manejo do Fogo e
201 Combate aos Incêndios Florestais. Se todo ano tem incêndio florestal, por que
202 trabalhar a cada ano como se fosse uma emergência? Nós precisamos ter uma
203 política permanente, a hora de tratar do fogo é no período da chuva, é antes do
204 fogo, assim como quem é nordestino, como o Bruno ali que é o Presidente do
205 Fórum de Secretários do Nordeste, a hora de tratar da seca não é na seca, é
206 quando está chovendo, é quando você se prepara para o período seco e,
207 infelizmente não tem sido da nossa cultura. Bom, é, eu poderia... Eu vou... Teria
208 uma série de outras questões que eu poderia colocar, mas em resumo, quero
209 dizer que, eu estou muito otimista com o Brasil, independente do resultado
210 eleitoral, o Brasil que está saindo dessa eleição não é o Brasil de ontem, e na área
211 ambiental, o Brasil tem dado passos importantes, mas os nossos desafios são
212 muito maiores de tudo aquilo que nós já conquistamos, muito maiores, porque
213 quando nós reduzimos o desmatamento ilegal da Amazônia, na Mata Atlântica, no
214 Cerrado, na Caatinga, em todos os biomas, mas quando você olha os números
215 totais de desmatamento ilegal, ainda é gigantesco e é um atentado ao bom senso
216 e a nossa civilidade e autoridade constituída, é um absurdo. Você imaginar 7 mil
217 quilômetros quadrados de desmatamento que não sabemos se todos são ilegais,
218 ali certamente tem uma parte que é desmatamento legal, mas eu acho que
219 precisamos ter em mente de forma muito clara desmatamento zero já. O nosso
220 compromisso na NDC para 2030 não. Precisamos tolerância zero para o
221 desmatamento ilegal. E para isso, eu quero sempre chamar a parceria dos
222 Estados, nós precisamos estar juntos unidos, mas também a sociedades civil.
223 Quando o desmatamento aumenta é ruim para o Brasil, é ruim, inclusive, para o
224 setor produtivo, ninguém ganha com o aumento do desmatamento. E o Brasil tem
225 tudo para ganhar, o Brasil está bem no cenário internacional, é fazer valer essa
226 sua autoridade e lucrar com esses resultados. Estamos fechando e avançando em
227 dois, três grandes acordos, setor madeireiro, para ocupar o espaço da ilegalidade
228 com a legalidade, com a madeira legal, estamos indo nas serrarias, nos setores de
229 serrarias para dizer “O senhor venha para a legalidade” a atividade ilegal não tem

230 sobrevida, não vai ter sobrevida, “Venham pra legalidade”, mineração a mesma
231 coisa, querem minerar? Ótimo, é importante pro Brasil? É. Mineração ilegal,
232 sobretudo, em terras indígenas, em áreas de conservação é crime e vamos agir
233 com força, e não adianta mobilizar representante parlamentar para vir pressionar
234 que não vai funcionar, não vai funcionar, e não está funcionando. Aliás, nós
235 tivemos uma operação essa semana com sete helicópteros, operação de combate
236 ao crime ambiental. Sete helicópteros na terra Caiapó, só lembra cena de guerra,
237 mas porque é guerra, é uma guerra que nós estamos travando no Brasil, mas dois
238 outros setores com a soja, que está funcionando para a Amazônia com a sua
239 moratória e estamos fazendo um desenho específico para o Cerrado, com
240 reuniões semanais, com a participação das ONGs, nossa, e do setor produtivo aí
241 notadamente (...), nós estamos andando bem, e eu quero apressar para termos
242 um acordo para o Cerrado, tratativas do que fazer para que o setor que quer
243 expandir tem todo o direito de expandir, mas como preservar um bioma tão
244 importante e tão seriamente ameaçado como o Cerrado, porque pra quem exporta
245 soja, associar a sua imagem à destruição de um patrimônio natural, rico, único,
246 brasileiro, responsável por boa parte das águas do Brasil que é o Cerrado, não é
247 um bom negócio, e a (...) entende isso, tanto é que ela nos procurou e está
248 disposta a caminhar pra um entendimento. O setor da carne, nós estamos
249 fechando e caminhando para um processo de rastreabilidade, de
250 acompanhamento de toda a cadeia da carne, em que já temos como aliado pra
251 isso os três maiores frigoríficos, responsáveis por 60% da carne comercializado no
252 Brasil e as três maiores redes de supermercados que compram desses três
253 frigoríficos. Se nós fecharmos esse acordo, e estamos dando passos rápidos e
254 largos para isso, nós vamos desestimular a atividade econômica que atenta contra
255 a natureza e o patrimônio natural. Gente, eu acabei falando demais, eu queria
256 pedir desculpa, é o meu entusiasmo em estar aqui com os senhores e gostaria de
257 passar então para a Adriana, me colocando à disposição de cada um de vocês,
258 mas dizer o seguinte para terminar, o que nós temos feito no Brasil é o resultado
259 do esforço de muita gente que estão aí espalhados, os governos estaduais,
260 governos municipais, em muitas empresas do Brasil, na cultura de negócio do
261 nosso País, no movimento ambiental especialmente, porque boa parte faz isso de
262 forma voluntária, pessoas que podiam estar dedicando as suas vidas às carreiras
263 profissionais pessoais e resolveram a dedicar uma carreira coletiva para o
264 interesse coletivo, a luta ambiental, essas pessoas são heróis, heroínas,
265 espalhadas pelo Brasil, muito jamais passaram por aqui, muito jamais andaram
266 por Brasília, mas faz a sua luta importante para essa causa nossa que é de todos
267 nós, que é dos brasileiros e que é da humanidade. Então, eu passaria para a
268 Adriana, para a apresentação dos novos Conselheiros. Muito obrigado! (*Palmas*).

269

270

271 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Bom dia a
272 todos, dando sequência então a pauta da nossa reunião, eu faço a leitura e a
273 apresentação dos novos Conselheiros, pela Agência Nacional de Águas, pela
274 ANA, nós temos a Ana Lúcia Dolabella, que volta como Conselheira do Conselho.
275 Bem-vinda! Comando da Marinha, Ana Lúcia Oliveira Costalunga, se estiver aqui,

276 bem-vinda. Ministério da Ciência e Tecnologia Indústria e Comércio, Rafael
277 Dubeux. Está aqui presente? Pelo Ministério de Minas e Energia, Deyvesson
278 Alves Gusmão. Ministério da Transparência, Paulo Ricardo Grazziotin Gomes.
279 Secretaria Geral da Presidência da República, Isabela Barbosa Souza. Governo
280 do Ceará, Carlos Alberto Mendes Júnior. Bem-vindo. Governo do Espírito Santo,
281 Sérgio Fantini de Oliveira. Governo do Mato Grosso, Gibson Almeida Costa Júnior.
282 Governo do Paraná, Gerson Paulo Schiavinato. Bem-vindo. Governo do Piauí,
283 Robério Aslay de Araújo Barros. Rondônia, Hamilton Santiago Pereira e Osvaldo
284 Luiz Pittaluga Silva. Governo de São Paulo, Elaine Mirela Lourenço, já é de
285 Câmara Técnica, nossa conhecida. E pelas Entidades dos Trabalhadores e
286 Sociedade Civil, Comando Nacional dos Corpos de Bombeiro gerais do País,
287 Homero de George Cerqueira. Bem-vindo. Eu queria reforçar o pedido para que, os
288 novos Conselheiros mandem uma foto para o DConama, porque aí nós
289 publicamos isso no site e fica fácil de reconhecermos uns aos outros.

290

291

292 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Bom dia
293 senhoras e senhores. Bom dia excelentíssimo de Estado Doutor Edson Duarte,
294 Secretário-Executivo Romeu, Presidente do Ibama e a companheira Sueli e
295 Adriana. Vamos dar continuidade a reunião do CONAMA, o momento de
296 aprovação da transcrição da ata da última reunião. Se algum Conselheiro ou
297 Conselheira tiver alguma manifestação? Não havendo nenhuma manifestação,
298 considero aprovado. Temos agora o período da tribuna livre. Nós temos cerca de
299 doze pessoas inscritas, eu faço um pedido encarecidamente aos senhores
300 Conselheiros e Conselheiras que, por favor, fiquem no tempo de três minutos
301 acordados, porque temos uma pauta robusta ou pelo menos muitas coisas a
302 discutir, e peço novamente que, a gente fique dentro do tempo estipulado, eu só
303 vou listar as pessoas que estão inscritas para se, eventualmente, algum
304 Conselheiro não estiver nesse lista, por favor, dirija-se a mesa para fazer a
305 inscrição. Então, temos o Doutor Bocuhy pelo PROAN, o Monsã, a Lisiane Mira-
306 Serra, o Francisco Soares pela FUPA, o Domingos pelo GERC, o Raulff pela
307 Renctas, o João Pimenta de Santa Catarina, o Luiz Paulo pela Renctas, o Dener
308 pela Renctas, o Ronei, e pela Anamma o Cláudio e o Rogério. Se alguém
309 eventualmente não está nesta lista, por favor, dirija-se à mesa para fazer o
310 registro. Como não houve nenhuma manifestação, considero que essa lista está
311 encerrada. Então, eu pediria ao Doutor Bocuhy da PROAN, por gentileza. Por
312 gentileza, o Doutor Bocuhy, tribuna livre, por gentileza. Muito obrigado, em
313 seguida o Doutor Monsã para tribuna livre.

314

315

316 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (Presidente do PROAM)** – Bom
317 dia a todos, cumprimento a mesa na pessoa do senhor secretário, Edson Duarte,
318 e gostaria de dizer, senhor secretário, da minha satisfação com relação a sua...

319

320

321 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) –** Bocuhy só um
322 minutinho, Ministro.

323

324

325 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (Presidente do PROAM) –**
326 Perdão.

327

328

329 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) –** Dado a nossa
330 semelhança e a irmandade que nós temos, Ministro, Edson Duarte.

331

332

333 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (Presidente do PROAM) –**

334 Perdão. É, a verossimilhança (...) tenho que admitir. Mas, a minha preocupação se
335 prende a questão da Amazônia. Quando o senhor coloca sobre os avanços que
336 nós temos hoje com relação ao combate ao desmatamento, existem alguns dados
337 interessantes que nós estamos trabalhando, provenientes do Instituto de
338 Resiliência de Estocolmo que afirmam que, 68% do dinheiro que financia a
339 devastação na Amazônia é proveniente de paraísos fiscais. Esse dado também
340 está disponível no Banco Central, de modo que, me parece que uma ação mais
341 firme, talvez do Ministério Público, talvez do próprio Governo Brasileiro, no sentido
342 de coibir, que esse dinheiro (...) que entra no Brasil para a devastação ambiental
343 ele seja de alguma forma contido. Eu entendo que, às vezes, a própria legislação
344 ela nos favorece, mas quando se trabalha a legislação para estrangular os meios
345 da devastação ambiental, isso significa que a gente tem um instrumento muito
346 mais poderoso e eficaz, eu diria assim. Na medida em que você corta o fluxo de
347 financiamento que nefasta, você vai ter um ambiental quase que imediato. E é
348 nesse sentido que, nós estamos colocando isso Doutor Deusdará, me permitindo
349 a verossimilhança, que nós tenhamos uma discussão sobre rios voadores, o
350 grande ecossistema continental de toda América do Sul, que é importantíssimo em
351 termos não só da proteção da Amazônia, mas o que a Amazônia representa para
352 o continente todo em termos de produção hídrica atingindo, inclusive, a Bacia do
353 Prata, lembrando que nós fizemos a proposta ao Mercosul de, para
354 encaminhamento de um tratado internacional para a proteção dos rios voadores,
355 queremos o apoio do Ministério nesse sentido, é fundamental que isso aconteça, e
356 isso também envolva uma visão de proteção desse ecossistema com relação aos
357 recursos mal utilizados para sua devastação, isso se refere a pecuária e soja.
358 Quando a gente se refere a esses recursos que entram no Brasil com essa
359 finalidade. Então, fica o meu apelo aí para que o senhor apoie, Senhor Ministro,
360 essa iniciativa e que a gente possa continuar conversando com o Deusdará, com
361 o setor de florestas para que a gente avance numa discussão protetiva de rios
362 voadores, Amazônia e também numa discussão de financiamentos para a
363 sustentabilidade e não o contrário. Obrigado.

364

365

366 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado,
367 doutor Bocuhy. Por gentileza, o doutor Monsã, em seguida a Conselheira Lisiane,
368 Mira-Serra.

369

370

371 **O SR. JOÃO BAPTISTA ANDRADE MONSÃ (Ademasp)** – Bom dia a todos. Eu
372 me inscrevi para manifestar a nossa preocupação com o andamento da questão
373 do Vale do Rio Doce, lá no Espírito Santo e Estado de Minas, nós temos debatido,
374 tomado uma série de providências e viemos a esse plenário, mais uma vez, apelar
375 para o Ibama e o Ministério tomarem uma providência seríssima contra a
376 Samarco, porque ela é responsável pelo maior desastre ambiental das Américas,
377 não é só no Estado de Minas não, pegou Espírito Santo, o Brasil e toda a América.
378 E isso é uma coisa que não pode ficar impune, porque é uma multinacional que
379 está explorando as riquezas minerais do País e causando danos irreparáveis.
380 Quero lembrar, não tenho aqui a prova para trazer, mas tem a minha palavra, há
381 dois anos atrás, um engenheiro denunciou uma fissura que estava acontecendo
382 na barragem lá em Mariana, não se tomou providências, não o Governo Brasileiro
383 que eu não sei, mas a Samarco não tomou providências. Pouco tempo depois
384 rompeu e aconteceu isso que nós estamos vendo, é uma verdadeira... Verdadeiro
385 abuso do poder econômico. Só isso, muito obrigado.

386

387

388 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado
389 Doutor Monsã, eu gostaria de convidar a Doutora Lisiane, Mira-Serra, em seguida
390 o conterrâneo Francisco Soares, da FURPA.

391

392

393 **A SR^a. LISIANE BECKER (Instituto Mira-Serra)** – Bom dia, hoje eu vou iniciar
394 minha fala não vou pela Mata Atlântica, que já foi contemplada pelo Ministro, a
395 quem eu agradeço muito a recepção da coordenação da (...) da Mata Atlântica, as
396 tratativas estão sendo feitas por essa linha. Eu vim hoje apresentar o grupo de
397 ação política de combate ao tráfico de animais silvestres, na verdade, é um
398 coletivo de entidades não-governamentais e ativistas envolvidos com a melhoria
399 do meio ambiente. O nosso objetivo, que a Mira-Serra faz parte é o fim do tráfico
400 de animais silvestres, então, aqui complementando a frase do Ministro, o tema,
401 não só o desmatamento, mas o desmatamento também gera bastante tráfico de
402 animais silvestres, além da mortalidade, né? No Brasil, entre 60 e 70% dos
403 animais traficados são para abastecer o mercado interno, ou seja, para o consumo
404 próprio dos brasileiros. É fato que, mais de 80% das espécies apreendidos pelos
405 órgãos de fiscalização e recebidos por centros de triagens de fauna silvestre,
406 aquele que eu falei da outra vez que também falta em quantidade e qualidade, o
407 centro de triagem né, são aves, com destaques para os passeriformes e os
408 psitaciformes, tais dados nos permite afirmar que, no Brasil, o mercado negro de
409 fauna é movimentado pelo hábito do próprio brasileiro de criar animais silvestres
410 como os bichos de estimação, não seria, portanto, nenhum absurdo, nós
411 concluímos que o tráfico de animais silvestres no Brasil tem como um dos seus

412 mais fortes incentivadores a cultura aqui, entre aspas, de que os silvestres podem
413 ser *pets*, torna-se essencial que essa cultura, entre aspas, seja mudada. E esse é
414 um dos principais objetivos do nosso grupo, somos contra qualquer forma de
415 comércio de animais silvestre para fins de criação como bicho de estimação, o que
416 inclui comércio, hoje é legalizado, estamos organizando para termos
417 representantes de todos os Estados do País e estamos crescendo. A gente
418 começou após pouco tempo, já temos 31 instituições de 14 Estados e o Distrito
419 Federal. Aos senhores representantes das entidades e instituições que formam o
420 CONAMA afirmamos, ao discutirmos a (...) da lista PET, ou seja, lista de espécies
421 que poderão ser criadas e comercializadas como, bichos de estimação, estamos
422 reforçando uma cultura que incentiva o tráfico de nossa fauna silvestre. É ilusão
423 achar que a existência de um mercado legalizado para bichos de estimação
424 desestimulará o mercado negro. Hoje, entre os animais mais traficados, são
425 aqueles que pertencem as espécies que já possuem mercado legalizado. Então, o
426 (...) nasce para agregar os esforços e entidades dispostos a mudar esse contexto,
427 na sequência, só para terminar minha fala, resultante de ontem de uma conversa
428 dentro da CPCNEA, nós ficamos bastante surpresos e queremos manifestar a
429 nossa contrariedade quanto a possibilidade da troca e redução ainda mais do
430 nosso espaço do CNEA. Nós começamos, foi uma conquista na CPCNEA com
431 dois ambientes, agora já está em um ambiente e já existe a possibilidade ele ela
432 ficar quase entre biombos né, e até em outro local. Então, nós nos manifestamos
433 ontem, está constante em ata, inclusive da CPCNEA que nós somos totalmente
434 contrários a esse retrocesso na nossa conquista. Então, pedimos a sensibilidade
435 para que, não seja alterado o nosso espaço ou que seja dado um espaço
436 equivalente e no mesmo prédio onde nós temos reuniões para facilitar o nosso
437 trabalho, tá? Obrigada.

438

439

440 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado
441 Lisiane. Eu convido o Francisco Soares de FURPA, em seguida, o Domingos do
442 GERC.

443

444

445 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Bom dia a todos,
446 companheiros e companheiras dessa lista, quero cumprimentar a mesa na pessoa
447 do Ministro Edson Duarte e a Doutora Sueli, Presidente do Ibama e dizer para o
448 Ministro, Edson Duarte, que, na reunião passada, trouxemos aqui o problema que,
449 inclusive o ex-ministro Sarney Filho já tinha tomado conhecimento, a questão de
450 Fernando de Noronha quando foi detectado que a capacidade suporte do
451 arquipélago tinha excedido e precisava e precisa da intervenção do Ministério do
452 Meio Ambiente, do Instituto Chico Mendes e mais, eu gostaria que o Ministro
453 cobrasse do SPU, do serviço do patrimônio da União que as ocupações são
454 desordenadas lá, empreendimentos grandes que o precipício Ministro Sarney
455 Filho saiu, ele comprovou realmente isso, e dizer que as providencias precisam,
456 porque o SPU tem que ser o responsabilizado pelas ocupações, moradores, filhos
457 de Ilhéus e os nativos não têm um pedaço de terra para fazer um lote, uma casa

458 para morar. O outro problema que eu estou trazendo também é o outro parque, o
459 Parque Nacional do Iguaçu está uma coisa muito séria Ministro, os caçadores
460 tomaram de conta do Parque Nacional do Iguaçu. Por sinal eu estive no mês de
461 julho lá, no começo do mês passado, foi possível fazer uma visita e conhecer in
462 loco, conhecer a secretaria municipal de meio ambiente e tomei conhecimento de
463 que a administração lá está terceirizada e por coincidência com dois dias que eu
464 estava lá foi desmontado três acampamento de caçadores que tinham sacrificado
465 espécies nativas da fauna, do Parque do Iguaçu, e mais, Palmiteiros também, fui
466 ao lado do Paraguai, conversei com o ambientalista do lado de lá, eles chegaram
467 a me dizer e depor que a situação é séria, é séria no Parque do Iguaçu. Os
468 caçadores brasileiros se encontram com os caçadores do Parque do Iguaçu, do
469 Paraguai, se reúnem e vão caçar, só que, eles estão usando tecnologia de ponta,
470 estão usando drone, estão usando drones de última geração para monitorar a
471 presença dos fiscais do Instituto Chico Mendes do Ibama dentro de área de parque
472 Iguaçu, então precisa também que o Governo use drone para fiscalizar os
473 caçadores que estão indo lá mais à noite que não tem a presença de fiscal na
474 hora, então é um caso muito sério do Parque do Iguaçu, e que sejam tomada as
475 providencias, então, no caso, o que eu quero dizer que, assim como tem o crime
476 organizado, lá a caça é organizada, através de drones, então é uma coisa de
477 primeiro mundo. Com relação a situação, estamos praticamente há 4 meses do
478 final do atual Governo, e nós temos muitos problemas, muitas demandas
479 ambientais nesse País que nós nem sabemos quem vai assumir o Governo daqui
480 4 meses. Então, nós temos que organizar a política ambiental, a primeira proposta
481 que nós fazemos Ministro é que o senhor crie uma comissão para fazer uma
482 reforma no Regimento Interno do CONAMA, esse Regimento ele não é um
483 Regimento Democrático, ele tirou a vontade, os ideais dos ambientalistas de
484 apresentar moções e apresentar propostas e soluções e denúncias para os
485 problemas ambientais do País, esse regimento aí fechou, ele encadeado ninguém
486 consegue fazer nada, se crie uma Comissão porque seria uma maneira de
487 transição para o futuro Governo uma política ambiental organizada, um Conselho
488 que passou pela revolução de 64 e sobreviveu, e agora nós temos que preparar
489 ele para quem vai assumir o País. Faça isso, crie uma comissão para mexer
490 também, avaliar a lei de recursos hídricos, a própria composição do CONAMA
491 nessa reforma do regimento colocar todos que ficaram fora, a OAB preciso estar
492 aqui presente, outro, um representante dos comitês de bacias hidrográficas, outra,
493 um representante dos atingidos por barragem que poderíamos ter aqui um
494 representante das vítimas de Mariana que foi o maior crime ambiental desse País
495 e não tem nenhum representante nesse Plenário, precisamos democratizar, fazer
496 com isso a política ambiental do futuro Presidente da República, não sabemos
497 quem será, ele vai encontrar uma estrutura montada, faça isso Ministro, faça isso
498 que o senhor vai deixar um legado muito bom para o futuro, porque nós tínhamos
499 que ver a lei de recursos hídricos, nós tínhamos a proposta também...

500

501

502 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) – Conselheiro**
503 Francisco, o seu tempo, por gentileza...

504 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Aqui já foi o Conselho do
505 Meio Ambiente dos Recursos Hídricos, porque não fazia fusão do Conselho
506 Nacional de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos em um único Conselho,
507 ninguém pode ter o que? Política de água e política de floresta, sem água não tem
508 floresta e sem floresta não tem água, vamos fazer isso, porque na reforma da lei
509 de recursos hídricos vamos criar, fortalecer a política dos produtores de água que
510 o Deusdará trouxe aqui pra gente, os produtores de água precisam ser
511 reconhecidos, bem reconhecidos na lei de recursos hídricos, vamos fazer isso que
512 o Brasil precisa estar preparado para enfrentar sei lá, um terremoto, não sabemos
513 quem vem pela frente e o quê que vai acontecer. Vamos reformular, vamos
514 resgatar a política, as leis, o Regimento Interno e colocar esses atores que
515 precisam fazer parte desse coletivo, desse colegiado, para garantir a segurança
516 de quem? Da política ambiental desse País. Muito obrigado.

517

518

519 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado
520 Francisco, eu só queria reiterar o pedido de nós ficarmos no tempo estipulado,
521 porque o senhor Ministro de Estado tem um compromisso e ele gostaria de ouvir
522 todos da tribuna livre, então, por gentileza, vamos ser mais objetivos para poder
523 ter a oportunidade da presença do nosso Ministro. Por gente, Domingos do GERC,
524 seguido do Raulff da Renctas.

525

526

527 **O SR. DOMINGOS AILTON RIBEIRO DE CARVALHO (GERC)** – Bom dia.
528 Gostaria de saudar a mesa na presença do Ministro do Meio Ambiente, Edson
529 Duarte, nosso conterrâneo lá na Bahia e dizer Ministro que, a gente precisa ter um
530 carinho especial pela educação ambiental. Eu já estive aqui em outro momento
531 levantando essa necessidade da gente trabalhar efetivamente uma política de
532 educação ambiental no Brasil e volto a ressaltar a necessidade de termos um
533 programa de educação ambiental no licenciamento ambiental né. Eu acredito, eu
534 estava conversando com Renata há pouco que, é muito mais fácil para as
535 empresas no Brasil ter um direcionamento, um Norte em relação ao que vai fazer,
536 do ponto de vista do licenciamento da educação ambiental no licenciamento
537 ambiental do que ficar algo solto como está existindo no momento, por isso a
538 Câmara Técnica de educação ambiental tem uma importância imensa, nós temos,
539 inclusive, uma preocupação, não só do licenciamento da educação ambiental no
540 licenciamento ambiental, mas também de trabalhar a educação ambiental na
541 logística reversa, não é? Existe uma lei importante da logística reversa, mas se
542 não houver um trabalho de educação ambiental no País envolvendo as escolas,
543 envolvendo os veículos de comunicação e as diversas instituições, essa questão
544 da logística reversa não vai atingir a sua plenitude de acordo com a lei. Eu
545 gostaria também Ministro de ressaltar a necessidade, nós demos, solicitamos a
546 criação de uma unidade de conservação lá na região de Jequié, que é o município
547 que envolve lá na Bahia a Mata Atlântica, a Caatinga e a Mata de Cipó, tem uma
548 rica biodiversidades e que vem sofrendo um processo de degradação muito
549 grande, muitas vezes a madeira é até trocada por droga. Então, é preciso que haja

550 unidade de conservação, nós temos uma região que é rica em água e aproveitar,
551 inclusive, a presença aqui do secretário de Meio Ambiente do Estado da Bahia, o
552 professor Geraldo Reis, para que gente possa secretário, junto com o Ministro
553 fazer um esforço no sentido de trabalhar essa criação da unidade de conservação
554 lá envolvendo esses três biomas lá na região de Jequié. Muito obrigado.

555

556

557 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado, por
558 gentileza, eu gostaria de chamar agora o companheiro João Pimenta, Santa
559 Catarina. Ah, desculpe, é o Raulff, Raulff Renctas seguido do Conselheiro João
560 Pimenta, do Governo de Estado de Santa Catarina.

561

562

563 **O SR. RAULFF FERRAZ LIMA (RENCTAS)** – Obrigado. Bom dia as senhoras
564 Conselheiras. Bom dia os senhores Conselheiros. Bom dia Senhor Ministro de
565 Estado Edson Duarte, e demais membros da mesa. Senhor Ministro, eu gostaria
566 só de registrar que, esta semana, está sendo realizado aqui em Brasília o primeiro
567 fórum das entidades ambientalistas da região Centro-Oeste, entidades
568 ambientalistas essas cadastradas no CNEA, e eu gostaria de registrar e agradecer
569 a presença dessas entidades que se deslocaram do interior do Mato Grosso, Mato
570 Grosso do Sul e Goiás e também aqui do Distrito Federal, entre elas o Grupo
571 Arareau, Instituto Centro de Vida, Instituto Onça Pintada, Instituto Oca Brasil,
572 Instituto Homem Pantaneiro, OSAFE, Ampara, Ecodata e SPN, Pratique Ecologia,
573 ARPA, ECOA, Ecotropica, GBio, IASB, IEB, ANB, OREADES, Fundação
574 Neotropica, MUPAN, GAPA, COEP e APIB. Essas organizações Senhor Ministro
575 estão já há três reunidos aqui, discutindo os mais diversos temas em relação a
576 política ambiental na região Centro-Oeste e a gente tá fazendo esse evento com o
577 apoio do IEB, que é uma organização aqui de Brasília, e do programa (...), pra
578 conservação do Cerrado. Então, em nome da Renctas eu agradeço a todas essas
579 entidades que se dispuseram a vir até a Brasília pra gente discutir o futuro da
580 política ambiental para o Cerrado e Pantanal. Obrigado e Bom dia.

581

582

583 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado
584 Conselheiro, o companheiro João Pimenta do Estado de Santa Catarina, e em
585 seguida, o Luiz Paulo, Renctas.

586

587

588 **O SR. JOÃO GABRIEL REZENDE CORREA PIMENTA (FATMA/SC)** – Bom dia a
589 todos, cumprimentando o Senhor Ministro e cumprimentando aos demais colegas,
590 Conselheiros aqui presentes. Eu venho hoje nessa tribuna Senhor Ministro para
591 fazer um... Não um desabafo, mas uma situação que tomou o Estado de Santa
592 Catarina recentemente, talvez do conhecimento de alguns e de outros não. O
593 Estado de Santa Catarina ajuizou perante o Supremo Tribunal Federal Ação Direta
594 de Inconstitucionalidade Nº 5982, que questiona dois incisos de um dispositivo da
595 lei complementar que regula a atribuição do Ministério Público da União, para

596 quem trabalha em órgão ambiental, quem foi gestor, quem é, o Ibama, acredito
597 que muitos de nós temos todo dia, se não chegar pelo menos um por semana,
598 alguma recomendação do Ministério Público questionando o órgão da
599 Administração Pública que faça perícia, que faça vistoria, que faça a sessão de
600 servidores e enfim, terceirizando um trabalho que é do órgão Ministério Público
601 para a Administração Pública e com ameaça se não fizer que isso vai sofrer as
602 penas da lei. Isso o nosso Estado vem sofrendo muito, o nosso tempo o útil do
603 Santa Catarina do órgão ambiental hoje é dedicado mais ou menos 40% das
604 nossas atividades para atender requisição ministerial, porque em um grau de
605 prioridade do gestor público passa-se tudo para trás para atender o Ministério
606 Público sob pena de sofrer ação criminal, ação da improbidade, ou seja, a gestão
607 pública ambiental fica em segundo plano e o Governador, cansado dessa questão,
608 essa questionando junto, entende o Estado de Santa Catarina, acredito que a
609 grande maioria dos Estados que essas disposições são inconstitucionais e, dentro
610 de nossa (...) tem vários precedentes que não me cabe citar aqui, inclusive do
611 Estado do Rio de Janeiro que não caberia aos defensores solicitar as mesmas
612 informações que o Ministério Público requisita. Então, é um ato de coragem de
613 Santa Catarina, talvez todos os Estados e entidades gostaríamos de estar
614 presente, mas muitos acabam não fazendo por aquela política do bom
615 relacionamento, mas eu conclamo porque é para melhor gestão, para nós sermos
616 mais eficientes é necessário que o órgão ambiental tenha um trabalho de forma
617 independente. Então, era isso, e assim conclamo quem possa fazer, postular junto
618 ao Supremo que se quiserem fazer parte da ação, seja em qualquer um dos polos,
619 eu acho bom o debate. Muito obrigado a todos.

620

621

622 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado
623 Pimenta, eu convidaria o Luiz Paulo da Renctas, em seguida do Dener também da
624 Renctas. Não está presente? Ok. O Dener também? Obrigado. Então, na ordem
625 seria o Ronei do movimento dos catadores.

626

627

628 **O SR. RONEI ALVES DA SILVA (Movimento Nacional dos Catadores de**
629 **Materiais Recicláveis)** – Bom dia a todos e a todas. Meu nome é Ronei, eu faço
630 parte do Movimento Nacional de Catadores. Eu venho hoje aqui na tribuna livre
631 porque nós catadores devido a mazela que está acontecendo aqui no Distrito
632 Federal com relação ao fechamento do lixão e com relação ao descumprimento da
633 Política Nacional de Resíduos, nós estamos propondo que o CONAMA proponha
634 uma Resolução para determinar o que efetivamente é um fechamento do lixão.
635 Tendo em vista que o lixão da estrutural, que é o maior lixão da América Latina,
636 continue em operação aqui no Distrito Federal, enterrando 6 mil toneladas de
637 resíduos da construção civil diariamente, poluindo a camada atmosférica com
638 gases de efeito estufa, poluindo o lençol freático que fornece água aqui para o
639 Distrito Federal, e nada tem sido feito a não ser propagando dizendo que o lixão
640 da estrutural foi fechado. Eu acredito que, o exemplo que Brasília, que é a capital
641 do País deu com esse dito fechamento do lixão que não foi, ele não pode ser

642 utilizado como exemplo para os diversos municípios do País, porque isso não,
643 efetivamente, não é um fechamento do lixão, principalmente as mais de mil
644 famílias que ficaram sem trabalho e sem renda, porque a única coisa que fizeram
645 foi proibir os catadores de trabalhar, abriram aterros sanitários para enterrar
646 resíduos domésticos, e o lixão da estrutural continua em plena operação, nesse
647 sentido, a gente acredita ser necessário uma Resolução e que esse Conselho
648 discuta o que efetivamente é um fechamento do lixão, porque apenas retirar o
649 resíduo doméstico e deixar milhares de toneladas contaminando o meio ambiente
650 como está hoje aqui em Brasília e nada, efetivamente, nada foi feito para tratar o
651 passivo ambiental que está ali, e se a gente for tratar fechamento de lixão, a
652 Política Nacional de Resíduos como fechamento de lixão, nós brasileiros temos
653 muito a perder e o meio ambiente também, era isso, muito obrigado.

654

655

656 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Cláudio, por
657 gentileza, da ANAMA e a gente finaliza a tribuna livre com Rogério também da
658 Anamma.

659

660

661 **O SR. CLÁUDIO SCALLI (Anamma Região Sudeste)** – Bom dia a todos e a
662 todas. Cumprimento a mesa em nome do Senhor Ministro, Edson Eduardo. A
663 nossa preocupação aqui na Anamma, uma das preocupações que temos feito
664 especial no Estado de São Paulo é sobre a questão do licenciamento ambiental
665 municipal. Mas, em discussão junto com a Anamma Nacional, percebemos que
666 essa discussão ela tem se ocorrido no Brasil todo. Então, eu vou ler um pequeno
667 trecho aqui, uma carta elaborada pela Anamma de São Paulo, mas que
668 corresponde ao Brasil como um todo, que aí nós vamos deixar juntado aos
669 documentos aqui desse encontro. Essa carta foi elaborada por um grupo de
670 gestores municipais do Estado de São Paulo, porém ela reflete a situação no
671 âmbito nacional. Muitas são as oportunidades, o crescimento, mas muitos também
672 são os obstáculos que precisam ser ultrapassados, entre eles está a necessidade
673 dos ambientes regulatórios e institucionais mais instáveis que proporciona
674 segurança jurídica e de menor burocracia e mais articulação entre os entes
675 federativos. Atuar em um ambiente que não tenha a clareza dos seus direitos e
676 deveres, nenhuma estabilidade legal regulatória, não favorece aqueles que estão
677 realmente preocupados com a gestão ambiental, que tenha como objetivo a
678 melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos, moradores do município. Para a
679 Anamma, o aperfeiçoamento do sistema de licenciamento ambiental de forma a
680 tornar mais eficiente e ágil é a condição *sine qua non* para que os municípios
681 estejam inseridos nessas novas possibilidades. A Anamma quer agilidade e
682 transparência no processo do licenciamento, quer clareza e padronização de
683 conceitos e normas, quer participar do marco legal do licenciamento ambiental de
684 maneira abrangente, engajando-se e tecendo parcerias com os órgãos
685 institucionais, relacionados ao meio ambiente, de forma a contemplar os
686 horizontes que a vizinham. Aqui, depois de todos os argumentos jurídicos, eu não
687 vou ler agora para não ultrapassar o nosso tempo, nós vamos estar entregando

688 aqui né, mas resumidamente que a lei complementar, a 140, ela vem
689 regulamentar os artigos da Constituição Federal, porém os Estados, eles não
690 estão cumprindo com a obrigação de colocar o município como ente federativo, no
691 caso de São Paulo, teve a resolução CONAMA 01, que ela retrocedeu a situação
692 como tava, e aproveitar aqui a presença do nosso Secretário Eduardo, estamos
693 fazendo... Nós estamos realizando um diálogo lá, o próprio Eduardo quando era
694 Secretário-Executivo participou dessa discussão e agora como Secretário
695 acreditamos que vamos estar avançando, já tivemos a primeira reunião e agora no
696 dia 30 temos uma, eu espero que o Estado de São Paulo ele sirva como exemplo,
697 só para vocês ter em uma ideia, cada município e cada Estado tem uma
698 competência e isso não pode acontecer. Essas competências elas têm que ser
699 padronizadas, e caso isso não avance, depois nós vamos estar trabalhando para
700 que aumente, o CONAMA tenha uma resolução que defina isso no Brasil, porque
701 não pode ficar nessa situação. E eu acredito que São Paulo vai dar um exemplo
702 disso. Não é Eduardo?

703

704

705 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado
706 Cláudio da Anamma, eu finalizo a tribuna livre pelos Conselheiros com o Rogério
707 da Anamma.

708

709

710 **O SR. ROGÉRIO MENEZES DE MELLO (Anamma Nacional)** – Muito Bom dia a
711 todos e a todas, senhores Conselheiros a quem eu peço licença para
712 cumprimentar a pessoa do Secretário Aladim, e do Secretário Eduardo, parceiros
713 lá da Anamma no Estado de São Paulo que a gente possa... a presença de vocês
714 é a garantia de estabilidade no momento de transição que vivemos. Eu queria
715 cumprimentar o Ministro Edson Duarte, da mesma forma a sua fala incisiva hoje
716 mostrando a preocupação nesses meses restantes para que a gente possa evitar
717 qualquer dificuldade maior, e continuar com os avanços da última gestão à frente
718 do Ministério do Meio Ambiente, nos anima a resistir e a gente vive uma fase que
719 eu tenho denominado de travessia do deserto, que vai até 1º de janeiro de 2019 e
720 nessa travessia é bom a gente ter parceiros comprometidos realmente com as
721 nossas causas, para que a gente evite qualquer problema maior, você mencionou
722 muito bem que a mobilização da sociedade é fundamental, também ela tem
723 ocorrido, mas também é fundamental pessoas idôneas e dispostas a ouvir os
724 diferentes segmentos da sociedade. Eu cumprimento então pela missão que o
725 senhor está realizando nessa transição que vivemos. Eu também queria destacar
726 aqui, agradecer a sua equipe de trabalho, através da Presidente do Ibama, Sueli
727 Araújo, através da Secretária Rejane e através das duas cumprimentar a todos
728 que têm estendido aos municípios e a Anamma, a importância que os municípios
729 merecem ter na gestão ambiental no Brasil. Só pra dar um exemplo do que eu tô
730 falando, nós teremos agora até o final do mês a nomeação das Comissões
731 Tripartites Estaduais, que foi uma solicitação da Anamma a volta das tripartites, a
732 Tripartite Nacional já realizou ontem a sua terceira reunião de trabalho com uma
733 presidência rotativa, ontem nós presidimos a reunião, e isso é um alento, um

734 espaço de articulação institucional que muito pode ajudar o fortalecimento do
735 SISNAMA, que carece ainda de uma maior implementação, principalmente em
736 relação aos órgãos municipais de meio ambiente, e também o anúncio ontem da
737 Presidente do Ibama na nossa reunião do fechamento do acordo de cooperação
738 com o Estado do Rio Grande do Sul, o que vai permitir ainda este ano, inícios de
739 repasse da taxa de controle e fiscalização ambiental TCFA, para os municípios
740 gaúchos. Isso é um modelo que eu acho que na sequência irá se alastrar ainda
741 nos demais 13 Estados brasileiros que têm acordos com o Ibama e que esses
742 acordos estão sendo revistos de forma muito técnica, com curso de formação para
743 os Estados, de ajustamento das arrestas que possam existir, mas não é possível
744 que 17, 18 nos depois a gente, os municípios ainda estejam esperando o repasse
745 da taxa de controle e fiscalização ambiental que hoje a arrecadação é da ordem aí
746 de mais de 500 milhões de reais, e que se, os municípios estiverem na equação
747 envolvidos com o aumento da base de arrecadação, isso pode aportar aos órgãos
748 ambientais brasileiros as três esferas, federal, estadual e municipal, algo em torno
749 de 1,8 bilhão de reais. Hoje é 500 milhões, mas a hora que você amplia a base de
750 arrecadação, os municípios estão próximos, para que todos tenham que se
751 cadastrar no Cadastro Federal do Ibama, e isso aumenta a base de arrecadação e
752 permite que amplie os seus recursos para o Sistema Nacional de Meio Ambiente,
753 para uma gestão efetiva dos municípios brasileiros. Então, o nosso
754 agradecimento, por último, o registro aqui da nossa posição, é momento de
755 colocar em prioridade e enfrentar a questão do PROCONVE, nós precisamos ter a
756 urgência para tratar do tema e conseguir avançar, porque os municípios estão
757 sofrendo. Os municípios não têm os instrumentos para avançar no controle e
758 impacta a saúde pública e impacta toda a situação dos municípios no Brasil,
759 principalmente nas grandes cidades, mas não só nas grandes cidades, já têm
760 vários estudos mostrando as ultrapassagens dos parâmetros, inclusive ozônio,
761 nos médios municípios, por exemplo, do interior do Estado de São Paulo. Então, a
762 discussão do PROCONVE ela se faz necessária, ela é urgente e a gente precisa
763 com certeza eu tenho... acho que teremos a compreensão dos outros setores,
764 avançar urgentemente nessa questão sob pena de continuar sobrecarregando a
765 saúde pública nos municípios brasileiros. Muito obrigado.

766
767

768 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado
769 Rogério, eu queria pedir a gentileza aos senhores Conselheiros para passar a
770 palavra pro nosso Diretor do ICMBio, Doutor Marcelo Marcelino, para fazer alguns
771 comentários levantados durante a tribuna livre. Obrigado Marcelo.

772
773

774 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Bom dia aos
775 Conselheiros, bom dia Senhor Ministro, bom dia a mesa. Eu só queria fazer alguns
776 esclarecimentos, algumas retificações na fala, a primeira retificação em relação ao
777 Parque de Iguaçu é que não há uma terceirização da gestão do parque, a gestão
778 do parque continua sendo o Instituto Chico Mendes, o que há no parque são
779 concessões de serviços, os serviços de visitação estão concedidos por contrato.

780 Então, importante fazer essa diferença que concessão não é terceirização, e um
781 outro comentário que foi feito com relação a preocupação, com relação a caça, é
782 importante colocar que esse é um problema geral de todos os lugares de
783 conservação, mas o Parque de Iguaçu está bem equipado para isso, nós temos
784 uma guarnição da polícia militar ambiental do Paraná dentro do parque e, inclusive
785 nós temos um aumento em população de queixadas do parque no aumento de
786 onças pintadas, de toda sorte, leva a preocupação do Conselheiro aos colegas do
787 parque com relação a esse possível aumento de pressão de caça lá, e eu vou
788 avisar para ficarem atentos lá aos drones que estão sendo vigiados por drones.
789 Muito obrigado.

790

791

792 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – A pedido do
793 Senhor Ministro, eu gostaria de verificar se ele gostaria de fazer alguns
794 comentários gerais a respeito das falas da tribuna livre, por gentileza, Senhor
795 Ministro de Estado Edson Duarte.

796

797

798 **O SR. EDSON DUARTE (Ministro do Estado do Meio Ambiente)** – Bom,
799 rapidamente, só alguns comentários, bom uma informação que o Deusdará estava
800 passando que falava sobre o (CAR), o (CAR) é uma realidade e ele me dava um
801 dado curioso, só ontem nós registramos 11 milhões de consultas ao (CICAR)
802 ontem, no dia de ontem foram 11 milhões de consultas ao (CICAR) equivale a 250
803 consultas por segundo. Então, isso mostra que o (CAR) já é uma realidade, quem
804 quer questionar o (CAR) sua efetividade, isso já passou, nós estamos trabalhando
805 agora na agilização, efetivação na maior velocidade do (PRAR) e nós estamos
806 dando um passo importante em relação ao CRA, a Cota de Reserva Ambiental.
807 Nós tivemos uma dificuldade que ainda não resolvida com uma inclusão, por uma
808 decisão, por um pronunciamento que ainda vai vir em forma de acórdão é de
809 identidade ecológica. Os senhores estão acompanhando, nós estamos
810 aguardando essa decisão, nós estávamos trabalhando com o conceito do bioma
811 para o Cota de Reserva Ambiental, mas de qualquer forma nós já avançamos, nós
812 já preparamos um Decreto regulamentando a aplicação da Cota de Reserva
813 Ambiental que será fundamental para consolidação do programa de recuperação
814 ambiental que é o PRAR. Bom, o licenciamento que aqui foi colocado pelo
815 representante da Anamma, o licenciamento, nós municipal, nós estamos dando
816 um passo importante para esse outro sistema que é com a tripartite, nós
817 recuperamos e redefinimos e reinstalamos a tripartite nacional, está funcionando,
818 está andando bem, as reuniões têm trazido bons resultados e nós estamos
819 trabalhando agora com a participação e a colaboração dos Estados na instalação
820 das tripartites estaduais, mas a tripartite é um instrumento de negociação e a
821 agilização de vários temas e o licenciamento é um deles. Quanto as unidades de
822 conservação, aí o que foi colocado em relação ao Parque Nacional, o Marcelo
823 Marcelino já adiantou, nós criamos nesses dois últimos anos 14 parques, unidades
824 de conservação foram criadas, e nós estamos avançando para ainda este ano a
825 criação de 9 novas unidades de conservação e a ampliação de mais 6. São

826 processos bastante avançados, nós estamos bastante otimistas, o que eu tenho
827 dito é que, não basta criar, não basta ampliar, criar unidade e não ter condições de
828 fazer com que o seu objetivo seja integralmente cumprido que é o da preservação
829 compatibilização da presença humana com a preservação ambiental local. E para
830 fazer isso é fundamental a parceria. A concessão de serviço, que não é a
831 concessão do parque, a concessão de serviço tem dado certo. Tem funcionado
832 como um atrativo turístico importante, como atividade econômica importante que é
833 o turismo ecológico e ao mesmo tempo você leva a presença humana de forma
834 sustentável e de parceiros para o entorno ou para dentro da unidade, ajudando no
835 processo de cuidar de conservação. Eu tenho dito o seguinte, apesar de nós
836 estarmos trabalhando na realização ainda este ano de um concurso para o ICMBio
837 e para o Ibama, inclusive, com tratativas ainda está semana pra que a gente
838 possa anunciar esse concurso, mas nós não vamos conseguir preservar e cuidar
839 das nossas unidades de conservação só com servidor público, não haverá
840 número, não haverá condições diante do tamanho do que representa as nossa
841 unidades. De tal forma que, as parcerias elas serão importantes, incluindo as
842 comunidades locais, a participação do entorno, o trabalho de educação ambiental
843 e desenvolvimento local, e o turismo sustentável é uma atividade econômica
844 importante mundialmente, é importante para o Brasil e ela ajuda a preservar.
845 Estados Unidos tem 19% do seu território com apelo ambiental para turismo
846 ecológico, o Brasil tem mais de 60% de potencial com apelo ecológico. Nós
847 recebemos por ano, para esse tipo, esse perfil de turista, 10 milhões de turistas
848 por ano. O Estados Unidos com o apelo que eles têm que não se aproxima do
849 nosso está hoje na casa dos 320 milhões-ano de turista, quer dizer, mostra que
850 nós temos um potencial econômico sustentável importante, inclusive para a
851 geração de emprego, renda, trabalho para aquelas comunidades que estão no
852 entorno de importantes unidades que poderiam atrair, está melhorando a vida das
853 comunidades, mas esse é um passo que nós estamos dando, aprovamos uma lei,
854 é um marco na história do turismo sustentável, porque ele cria as condições legais
855 para a concessão de serviços porque está claro que nós, Governo, não temos
856 esperteza para ter restaurante, lanchonete, pedalinho, bicicleta, helicóptero, para
857 fazer turismo, não é esperteza de Governo, isso tem que ser concessão, isso tem
858 que ter a participação da iniciativa privada de forma organizada e bem definida.
859 Dos 10 milhões de turistas, metade ficam com três partes que são os três que têm
860 concessão e um deles é Foz do Iguaçu que, aliás, apesar da ameaça que tem foz,
861 ou o Parque Nacional com caçadores, mas é um dos lugares que nós estamos
862 tendo e conseguindo ter um controle tão efetivo, que as populações, como é o
863 caso da onça, voltou a se proliferar, eu tive a felicidade, nem todos têm a sorte
864 que eu tive, fui fazer uma visita recente e vi uma onça que passou na nossa frente
865 no caminho que ia lá para o macuco, eu tive a oportunidade de ver uma onça
866 passando na nossa frente do carrinho que nós estávamos. Mas, isso mostra que a
867 população de onças voltou a circular, quando a Lisiane fala do combate ao tráfico,
868 Mata Atlântica, nós fizemos um belo encontro com os representante da Mata
869 Atlântica, estamos com uma pauta dando prosseguimento, combate ao tráfico de
870 animais é uma política importante nossa, estamos trabalhando com as ONGs, mas
871 também com os Governos do entorno, dos Países do entorno da Amazônia, para

872 que seja uma política regional, então estamos dando um avanço importante, aliás,
873 nessa questão do tráfico de animais eu tive a honra de ser protagonista de um
874 momento muito emocionante, quando eu era um garoto, recém saído da escola,
875 eu nasci em Juazeiro e lá existia um animal muito raro, e eu trabalhei com esse
876 animal que foi Ararinha Azul (*spix*), e eu trabalhei na tentativa de recuperar esse
877 animal, na época só tinha um em liberdade e uma tentativa de colocar uma fêmea
878 para fazer companhia a esse macho, o macho casou lá com a maracanã, não quis
879 saber da fêmea que foi solta, ela sozinha, não sabemos se algum inimigo natural,
880 caçador não foi porque não havia condições para isso ou de desgosto pela
881 rejeição do macho, ela desapareceu, e em 2000 o macho também desapareceu,
882 nós não ouvimos depois do ano de 2000 o grito da maracanã nas craibeiras e na
883 Caatinga da região, o lugar onde eu nasci que foi o único lugar onde a ararinha
884 existiu, em toda a história não existia registros da ararinha em outro lugar. 18, 20
885 anos depois vou então a Alemanha e a Bélgica, assinamos um acordo de
886 repatriação de 50 ararinhas-azuis que não existe mais em liberdade, vai ser um
887 movimento internacional de reintrodução de um animal no seu habitat natural,
888 então, em março essas ararinhas estarão chegando no Brasil. O trabalho social
889 comunitário e as condições estão já sendo feitas, todo o investimento com dinheiro
890 de uma cooperação entre os criadores, eles entendem que acabaram fomentando
891 o tráfico de animais, e fizeram com que a ararinha fosse extinta, então tenho muita
892 honra de isso ter acontecido, os demais comentários, Renctas eu vou para o
893 encontro, educação ambiental, parabéns Dominginhos. Bom, era isso, eu vou
894 passar então para a Sueli e eu queria pedir enquanto a Sueli está falando, eu
895 queria pedir licença aos senhores, como eu estava fora esta semana, eu estava
896 no Uruguai, eu acabei acumulando alguns compromissos que precisam acontecer
897 hoje, alguns deles ainda pela manhã, porquê, por conta, inclusive desses eventos
898 no CONAMA, muitos eventos paralelos estão acontecendo, se me permitirem, eu
899 gostaria de sair rapidamente para cumprir essas outras agendas, mas estarei
900 atento, à disposição e devo retornar durante o dia, lembrando que hoje à tarde, às
901 quatorze horas nós estaremos entregando A3P, Agenda Ambiental da
902 Administração Pública, dos selecionados no Brasil foram aprovados os seus
903 projetos que são exemplos de sustentabilidade no ambiente público, da gestão
904 pública. Então, é uma outra agenda extremamente importante, mas eu queria
905 agradecer muito pela honra de ter participado. Assim, só para terminar, Francisco,
906 onde é que está o Francisco? Sobre a... A, o Francisco tá ali, tá bem concentrado.
907 É só para falar sobre que não é a primeira vez que o senhor fala sobre a reforma,
908 mudança do regimento, mas só para lembrar que, como diz o nosso Regimento,
909 no Art. 81 das disposições transitórias ele esclarece o procedimento pra mudança,
910 é preciso que uma proposta seja encaminhada, assinada por um quinto,
911 representando pelo menos os três segmentos representantes dentro do CONAMA.

912

913

914 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

915

916

917 **O SR. EDSON DUARTE (Ministro do Estado do Meio Ambiente)** – Tá, é que o
918 Grupo de Trabalho ele instituído, ele tendo uma proposta, ele não pode ter
919 encaminhamento pelo Regimento, a não ser que mude o regimento, mas para
920 mudar o Regimento...

921

922

923 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

924

925

926 **O SR. EDSON DUARTE (Ministro do Estado do Meio Ambiente)** – Sim, o
927 encaminhamento político isso pode ser discutido, o que eu estou dizendo é que
928 precisa ter um quinto de assinatura, para que ele passe a tramitar.

929

930

931 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

932

933

934 **O SR. EDSON DUARTE (Ministro do Estado do Meio Ambiente)** – Mas é
935 regimento, então... tá.

936

937

938 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

939

940

941 **O SR. EDSON DUARTE (Ministro do Estado do Meio Ambiente)** – Muito bem.

942

943

944 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

945

946

947

948 **O SR. EDSON DUARTE (Ministro do Estado do Meio Ambiente)** – Tá,
949 Francisco obrigado, me encaminha isso aí, eu aceito, parabéns, obrigado. Gente,
950 muito obrigado e até mais, a Suely tem alguns encaminhamentos,
951 esclarecimentos, eu me sinto aqui representado por ela. Obrigado.

952

953

954 *(Palmas!).*

955

956

957 **A SR. SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO (Presidente do Ibama)** –
958 Bom, nesse momento eu só vou responder um comentário, na verdade, dois, da
959 tribuna livre pra depois a gente dar sequência à pauta com o Deusdará. O primeiro
960 é sobre a questão dos programas derivados da tragédia de Mariana. O Ibama
961 desde o início, preside o Comitê Inter Federativo que em nome do Ministério do
962 Meio Ambiente acompanha os 42 programas reparatórios ou compensatórios

963 derivados que as empresas responsáveis têm que cumprir. Nós temos aqui
964 presentes o Aladim, o Germano que são parceiros importantíssimos nesse
965 acompanhamento aí desses programas. E o que eu queria dizer pro Doutor Monsã
966 e Doutor Francisco, que fizeram referência a questão do não cumprimento das
967 obrigações da Samarco é que esses programas, esses 42 programas eles estão
968 em curso, os diferentes Governos, seja o Governo Federal, os Governos estaduais
969 e os Municipais, o Comitê de Bacia, nós estamos acompanhando diariamente o
970 que está acontecendo em termos de reparação e compensação associados a
971 tragédia de Mariana. Recentemente, houve homologação de um novo taque de
972 governança que garantiu maior participação dos atingidos, maior participação
973 agora da Defensoria Pública, do Ministério Público, então hoje nós temos uma
974 estrutura de governança bastante complexa, que envolve mais de 70 órgãos
975 governamentais dos três níveis da federação e estamos assim realmente fazendo
976 todo o esforço possível para que haja a devida reparação e a devida
977 compensação, até agora já foram dispendidos cerca perto de três bilhões de reais
978 nesses programas, mais de dois bilhões, e tem muita coisa acontecendo. Talvez o
979 que esteja faltando seja um relato mais sistemática para o Conselho Nacional do
980 Meio Ambiente sobre o andamento desses programas. Eu posso pedir para a
981 Secretária-Executiva que assessora a presidência do CIF fazer um trabalho nesse
982 sentido e mandar oficialmente para o CONAMA, e se o CONAMA entender que há
983 necessidade a gente vem detalhar tudo isso pra vocês, então, eu prometo que eu
984 vou requerer essa Nota Técnica para envio formal e os Conselheiros entenderem
985 todo esse esforço coletivo que está sendo feito para garantir a devida reparação, a
986 devida compensação. Em relação ao comentário do Rogério sobre a (TCFA) eu
987 queria realmente comemorar junto com ele a assinatura do aditivo do acordo de
988 cooperação com o Rio Grande do Sul, é o nosso primeiro caso que o Ibama vai
989 passar a fazer a transferências quinzenais, nós fazemos quinzenais para os
990 Estados, para os três Estados que tem o acordo de cooperação conosco, mas
991 agora o Estado vai passar a fazer as mesmas transferências, metade dos recursos
992 que forem para o Rio Grande do Sul vão ser repassados pros municípios que
993 fazem fiscalização ambiental, isso já está assinado, já está em vigor, a demanda
994 aqui é que os doze outros Estados que têm acordo conosco venham o mais rápido
995 possível pra gente firmar o mesmo aditivo. A ideia realmente é o repasse de
996 recursos para os municípios. E, além disso, chamar os Estados que não tenham
997 acordo para virem fazer a pactuarão da (TCFA), na minha leitura é o meio mais
998 efetivo do SISNAMA realmente ser SISNAMA essa articulação com as taxas de
999 articulação entre União, Estados e Municípios. Então, é a luta do Rogério, mas
1000 também é uma luta minha de que a gente garanta que esse recurso chegue na
1001 ponta, essa é a questão. Então, por enquanto é só isso.

1002

1003

1004 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado
1005 Suely. Recebi o pedido da Doutora Zilda, para fazer um brevíssimo comentário a
1006 respeito da fala do nosso Conselheiro Ronei do Movimento de Catadores.

1007

1008

1009 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Bom dia a todos e a todas. É só
1010 para complementar o pedido do Ronei, do Movimento Nacional dos Catadores,
1011 que nós nos prontificamos no Ministério do Meio Ambiente a colocar a equipe
1012 técnica para construirmos em conjunto essa proposta de Resolução que ele falou
1013 aqui na tribuna livre sobre os descomissionamento e encerramento dos lixões e o
1014 descomissionamento dessas áreas. Obrigada.

1015

1016

1017 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado
1018 Doutora Zilda. Nós passamos a fase agora para o item 6 da pauta. Eu gostaria de
1019 convidar o Consultor Jurídico, Doutor Sidarta e o Doutor Rafael, que até
1020 recentemente também era o Consultor Jurídico do Ministério para por gentileza
1021 compor a mesa já que, a gente vai ter algumas discussões aonde a nossa Conjur
1022 tem um papel extremamente importante. Então o momento atual é agora, o
1023 momento de apresentação à mesa de pedidos de inversão de pauta, retirada de
1024 matéria e por escrito de requerimentos de urgência. Eu consulto os Senhores
1025 Conselheiros a respeito dessa posição com relação a esse momento de pedido de
1026 inversão, retirada de pauta e requerimento de urgência. Com a palavra, a Doutora
1027 Suely, Presidente do Ibama.

1028

1029

1030 **A SR. SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO (Presidente do Ibama)** –
1031 Bom, o Ibama vai fazer, vai requerer, como autor, requer a retirada de pauta do
1032 item 7.2, empreendimentos de fauna, a Izabel vai fazer uma breve apresentação
1033 sobre os motivos, mas eu quero deixar claro que houve a ideia é a retirada, mas o
1034 Ibama está se comprometendo com a votação o mais rapidamente possível dessa
1035 Resolução. Nós acreditamos que os ajustes são pontuais e que nós temos
1036 viabilidade de conseguir consenso em um prazo muito breve. Depois, nós vamos
1037 mais adiante, nós vamos deixar claro que vai ser necessário uma Reunião
1038 Extraordinária, mas agora o que eu queria era apresentar para os Conselheiros os
1039 motivos do pedido de retirada é muito simples, Maria Izabel vai expor. Cadê Maria
1040 Izabel?

1041

1042

1043 **A SRª. MARIA IZABEL SOARES GOMES DA SILVA (Ibama)** – Tô aqui.

1044

1045

1046 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Por gentileza,
1047 com a palavra a Maria Izabel do Ibama.

1048

1049

1050 **A SRª. MARIA IZABEL SOARES GOMES DA SILVA (Ibama)** – Bom, bom dia a
1051 todos. Como a Presidente falou, a gente requer a retirada de pauta, a gente não
1052 discute a importância dessa Resolução, ela é uma Resolução muito importante,
1053 tanto para organizar e ordenar o cativeiro de fauna no País como para combater o
1054 tráfico de animais que a gente sabe que muitas vezes tem relação com o cativeiro

1055 silvestre no País. Bom, os motivos para retirada de pauta foram expostos, na
1056 verdade, a discussão, na verdade, ela está exposta já no parecer do Ibama que foi
1057 encaminhado na reunião de pareceristas, durante a reunião de pareceristas a
1058 gente não conseguiu discutir as questões na profundidade necessária, e é por isso
1059 que a gente está solicitando a retirada, a gente vai discutir com todos os partícipes
1060 do SISNAMA, todas as questões que a gente considere importante, entre elas a
1061 questão relacionada ao transporte de animais silvestres em território nacional, que
1062 é de extrema importância para a Instituição e para o País, porque a gente está
1063 discutindo uma coisa de importância para o País e para a fauna brasileira, e a
1064 gente requer esse tempo para poder aprofundar nessas discussões e encaminhar
1065 a questão da melhor forma possível. Ok? Obrigada a todos.

1066

1067

1068 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado Maria
1069 Izabel. Então, fica retirado de pauta o item 7.2, relacionado a Resolução, a
1070 proposta de Resolução que define as categorias de atividade ou empreendimentos
1071 e estabelece critérios gerais para a autorização de uso e manejo em cativeiro da
1072 fauna silvestre e da fauna exótica. Eu consulto os Senhores Conselheiros, por
1073 gentileza, o presidente da ABEMA, o nosso Conselheiro Aladim, por favor.

1074

1075

1076 **O SR. ALADIM FERNANDO CERQUEIRA (SEAMA/ES)** – Bom dia.
1077 Primeiramente eu gostaria de ressaltar a palavra do Ministro e do que nós
1078 estamos fazendo, primeiro no âmbito da ABEMA, nos organizando, assim, nos
1079 diálogos com os Estados, trabalhando temas que são importantíssimos para a
1080 evolução da política pública de meio ambiente no Brasil. E de um trabalho
1081 específico que nós estamos fazendo e que as Câmaras Técnicas do CONAMA
1082 fizeram para fazer evoluir pautas que chegaram a este Plenário, e que nós
1083 achamos que precisa de encaminhamento. A visão que os Estados têm em
1084 relação a proposta de Resolução, ela atende aos objetivos de proteção da nossa
1085 fauna, essa é a nossa visão. Mas, nós reconhecemos a necessidade de um
1086 diálogo com o Ibama para resolver essas questões pequenas. Nós solicitamos
1087 hoje ao Ministro, a presidência do Ibama para que nós possamos estabelecer o
1088 diálogo para chegar ao consenso do que precisa ser, ela tá muito próxima da
1089 aprovação de entendimento, a gente acha que com pouco diálogo a gente
1090 consegue chegar a um consenso. Mas nós temos outras pautas muito importantes
1091 também sendo colocadas aqui e no momento importante do Brasil também. Nós
1092 não temos uma possibilidade de mudança, nós não sabemos como vai ser o ano
1093 que vem, e nós estamos com alguns assuntos que são importantíssimo como a
1094 Resolução da fauna, e eu coloco aqui a Resolução três, a reformulação da
1095 Resolução 3/90 que também está na pauta, que faz um avanço significativo na
1096 questão da qualidade de água do Brasil, então é importante ressaltar isso daqui,
1097 nós Estados que somos os gestores da política de qualidade do ar, lá no âmbito
1098 dos nossas capitais, das nossas cidades, dos nossos Estados, nós estamos com
1099 essa Resolução, propondo uma ampliação do rigor nos parâmetros em cerca de
1100 50% a 60%, é um avanço enorme que está sendo proposto, apesar de alguns

1101 consensos que nós precisamos chegar em diálogos também para ela ficar pronta,
1102 em relação aos avanços, nós recebemos alguns comentários do Ministério do
1103 Meio Ambiente, fizemos um diálogo intenso para que a gente possa arredondar
1104 esses caminhos para fazer a Resolução chegar o mais redonda o possível aqui. E
1105 nós vamos pautar um outro assunto que é fundamental, e que é o que realmente
1106 faz a qualidade do ar no Brasil melhorar que é a retirada de poluentes da
1107 atmosfera e nós temos uma oportunidade enorme de fazê-la com as resoluções
1108 do PROCONVE que estão sendo propostas aqui com o pedido de urgência. Nós,
1109 eu queria ressaltar aqui o diálogo que nós fizemos com a Anamma, o Rogério
1110 falou isso aqui hoje e com os diálogos que nós estamos fazendo com o Ministério
1111 para poder avançar, tá tendo um diálogo importante e avançado também com o
1112 setor produtivo. Então, nós temos um ambiente institucional hoje muito bom para
1113 fazer acontecer a mudança do PROCONVE tão necessária e que está nos
1114 colocando um atraso muito grande em relação aos países desenvolvidos, eu vou
1115 falar um pouquinho sobre isso daqui, justificando o pedido de urgência, então só
1116 pra fechar...

1117

1118

1119 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – A gente tá
1120 tratando da Resolução de Fauna.

1121

1122

1123 **O SR. ALADIM FERNANDO CERQUEIRA (SEAMA/ES)** – Sei. É para justificar o
1124 meu pedido aqui.

1125

1126

1127 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Você vai fazer
1128 pedido de urgência?

1129

1130

1131 **O SR. ALADIM FERNANDO CERQUEIRA (SEAMA/ES)** – Não. Eu vou fazer uma
1132 solicitação, nós só teremos uma reunião do CONAMA próxima agendada, que é
1133 final de novembro. Nós achamos da forma como as coisas estão evoluindo no
1134 CONAMA nós não vamos dar conta de nenhuma Resolução em uma reunião
1135 apenas de dar conta desses três assuntos, o ambiente institucional que nós
1136 estamos construindo para poder pautar esses três assuntos me faz aqui solicitar
1137 uma reunião extraordinária do CONAMA para que gente possa dar conta dessa
1138 pauta que vai fazer, com certeza, nós vamos deixar um legado nesse gestão
1139 importante para a questão ambiental no Brasil tratando da problemas
1140 importantíssimos que nós estamos vivenciando. Esse é o meu pedido ao
1141 Ministério que faça entre essa reunião e a próxima uma reunião extraordinária pra
1142 gente avançar e poder dar conta desses três assuntos esse ano.

1143

1144

1145 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigada
1146 Conselheiro, vou passar a palavra para a Doutora Suely, já houve uma data de
1147 tentativa.

1148

1149

1150 **A SR. SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO (Presidente do Ibama)** –
1151 É, houve uma negociação, Ministério do Meio Ambiente, Ibama, nós estamos de
1152 acordo com uma reunião extraordinária, a data que nós estamos propondo é 9 e
1153 10 de outubro. Reunião Extraordinária com os temas: Resolução de Fauna já com
1154 o consenso obtido, Resolução de Qualidade do Ar tomara que todas as duas com
1155 consenso já construído durante esse processo. Aí na Reunião Ordinária, na
1156 próxima Reunião Ordinária entrariam as três resoluções do PROCONVE, dessa
1157 forma nós conseguiríamos fechar o ano votando as cinco resoluções. As três do
1158 PROCONVE, a de qualidade do ar e a de fauna. Essa é a proposta, Ministério do
1159 Meio Ambiente e Ibama estão plenamente de acordo com a ABEMA nessa
1160 proposta.

1161

1162

1163 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Bom, dados os
1164 esclarecimentos iniciais continuam em aberto, continua em aberto o item da
1165 reunião onde poderão ser feitos pedidos de urgência e inversão de pauta. Eu fui
1166 informado haveria o interesse do pedido de urgência, que ainda não foi
1167 formalizado apesar de ter sido comentado a respeito do PROCONVE. Havendo o
1168 pedido de urgência nós teríamos que fazer a votação desse pedido de urgência,
1169 eu acabo de receber a mesa e aí vou solicitar a presença dos representantes da
1170 CNI e da CNT, a Doutora Patrícia Bozon e o representante da CNI um pedido de
1171 vistas relacionado... o Mário Cardoso... Relacionado ao processo que trata da
1172 proposta de Resolução que dispõe sobre a Resolução CONAMA 03/90, mas
1173 estamos no momento que haverá o pedido de urgência pelo que entendi. Aladim,
1174 por favor.

1175

1176

1177 **O SR. ALADIM FERNANDO CERQUEIRA (SEAMA/ES)** – Isso. Como eu falei um
1178 pouquinho aqui né, o Brasil hoje está atrasado 6 anos em relação aos Países com
1179 maior frota veicular no mundo. Nós estamos atrasados em relação México, a
1180 China, a Índia, com a tecnologia existente nas nossas plantas industriais, o nosso
1181 setor automotivo para poder fazer os avanços. Mas não o nosso mercado
1182 abarcando as necessárias evoluções em relação aos nossos veículos
1183 automotivos. Nós fomos convidados pelo Ministério do Meio Ambiente, pela
1184 Anamma para poder fazer um diálogo e um trabalho intensivo para propor as
1185 resoluções necessárias para avançarmos no PROCONVE em relação a veículos
1186 pesados, a veículos leves e motocicletas. Nós pegamos esse desafio em agosto,
1187 sentamos, a CETESB teve uma contribuição importantíssima para poder pautar as
1188 propostas de Resolução. E como eu falei aqui, o nosso ambiente institucional de
1189 diálogo hoje, inclusive com o setor produtivo está muito bom para a gente
1190 conseguir fazer esse avanço, o que será uma grande entrega, uma grande

1191 entrega para a sociedade brasileira e para as populações nas nossas cidades em
1192 relação a qualidade do ar. Nós não vamos melhorar a qualidade do ar só definindo
1193 padrões, nós precisamos implementar políticas de retirada dos poluentes da
1194 atmosfera e o PROCONVE é fundamental, a evolução do PROCONVE pra que a
1195 gente possa fazer esses avanços, mas ver ICA e o PROCONVE é fundamental a
1196 evolução do PROCONVE para que a gente possa fazer esses avanços, e
1197 colocando aqui na perspectiva do que nós estamos achando em termos de prazo,
1198 é somente em 2028, daqui a 10 anos que nós podemos nos igualar com os Países
1199 mais desenvolvidos, então assim, é um assunto urgentíssimo, já passamos do
1200 prazo, mas o ambiente institucional e a forma como ele está sendo tratada nos
1201 coloca a perspectiva de aprovar essas resoluções do PROCONVE reformulando o
1202 PROCONVE ainda este ano. Então, por isso esse pedido de urgência que foi
1203 assinado por nós da ABEMA, pelo Carlos Bocuhy da Sociedade Civil, pelo
1204 Eduardo da ABEMA, a Ana Dolabella na ANA, o Rogério Menezes da Anamma, a
1205 Zilda Veloso do Ministério do Meio Ambiente, a Thaís do Mato Grosso do Sul...
1206 Desculpa, do Ministério da Saúde, tá aqui MS, eu confundi com o Estado (*Risos!*).
1207 A Zuleica da Sociedade Civil, a Maria José do Ministério de Minas e Energia e a
1208 Suely Araújo do Ibama, então esse é o pedido de urgência que eu faço.

1209
1210

1211 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado
1212 Conselheiro, mas conforme o Regimento eu precisaria receber a mesa aqui o
1213 requerimento assinado, eu entendo que já tem o mínimo necessário que são 8
1214 Conselheiros, então está registrado o pedido de urgência, também em função do
1215 Regimento, Art. 18, nós teremos que colocar em votação o pedido de urgência,
1216 por gentileza, a Doutora Patrícia Boson, CNT. Em seguida, o Doutor Bocuhy.

1217
1218

1219 **A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNT)** – Bom, boa tarde a todos.
1220 Patrícia Boson, CNT, cumprimentando a mesa especialmente o Deusdará pela
1221 questão do (SISCAR) e o (CAR), eu acho que eu tenho vindo sempre aqui elogiar
1222 esse instrumento e eu acho uma pena que ele ainda não seja a referência para
1223 todos os outros instrumentos, inclusive o de licenciamento ambiental. Mas, ainda
1224 sonho que isso um dia vai acontecer, aos poucos e apesar de muitos ele está
1225 indo, está avançando e vai chegar esse dia. Sobre o PROCONVE, eu acho que
1226 não tem dúvida nenhuma sobre a necessidade da urgência do tema, o que eu
1227 quero colocar aqui como Confederação Nacional do Transporte é que, há um lado
1228 do setor produtivo que é absolutamente desconhecido pelo PROCONVE, que é
1229 simplesmente aquele que compra o caminhão e anda com o caminhão e coloca o
1230 combustível no caminhão. Isso é desconhecido. Todo o PROCONVE, toda a
1231 política é feita para ficar belos caminhões eficientes caminhões nos pátios da
1232 montadora, porque se você não trabalhar como o secretário bem disse aqui, o
1233 Aladim, para retirar de circulação os veículos que poluem, não adianta ter no pátio
1234 veículos com grandes capacidades de adequação ambiental. E a realidade
1235 brasileira gente é ao contrário, mais de 60% dos nossos veículos que transportam
1236 carga pesada têm idade média de 18 a 20 anos, é essa que é a realidade. Então,

1237 se você não trabalhar a outra ponta, vai ficar uma Resolução para o inglês ver. Vai
1238 ficar muito bonito, o País lá fora vai ficar apresentando pros outros que tem uma
1239 Resolução maravilhosa, que tudo está muito bem e a realidade, a realidade é
1240 outra. Então, aqui eu faço duas reivindicações, primeiro, ao se discutir
1241 PROCONVE não esqueçam desse setor produtivo, ele nunca está na discussão
1242 prévia, nunca está nesses acertos, quando é dito aqui que é verdade, que há um
1243 acordo, uma conversa com o setor produtivo é menos o que vai arcar com toda
1244 a despesa econômica de um veículo que vai ficar mais caro, um combustível que
1245 vai ficar mais caro. E depois não adianta ficar brigando com quem quer tabelar
1246 frete, é a saída que se encontra para poder fazer o equilíbrio de conta, porque se
1247 meu custo aumenta todo o tempo, eu tenho que colocar um preço maior para o
1248 meu serviço, eu não tenho outra saída, então, essa é a primeira discussão, e a
1249 segunda discussão sim, das três propostas que estão aí tramitando eu diria o
1250 seguinte, que a dos pesados 8 tem um consenso mais chegado, digamos assim e,
1251 embora nós dos transportes vamos pedir alteração de alguns artigos para poder
1252 cair de acordo com a realidade que nós temos, mas eu queria que vocês
1253 avaliassem e pediria a mesa para avaliar, e quem pediu o regime, se seriam as
1254 três propostas. Eu acho que nós estamos com muito pouco tempo para discutir
1255 propostas técnicas pesadas e absolutamente diferentes. A da moto, AM 5 é
1256 completamente diferente do L7 8, que é completamente diferente do P8, então, se
1257 não ficaríamos talvez com o P8 e o L8 e deixar a moto, não precisar a moto
1258 tramitar com essa urgência, até para termos tempo nesses três meses ou menos
1259 de discutir, de maneira mais séria, de maneira mais adequada os outros, porque
1260 senão nós vamos ficar um atropelando o outro e não vamos fazer nenhum bem
1261 feito, então é essa a ponderação que eu faço em relação a questão do
1262 PROCONVE. Obrigada.

1263

1264

1265 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Eu vou abrir a
1266 palavra para o Doutor Bocuhy e para a Letícia, e com isso eu encerro as
1267 inscrições e a gente entra em regime de votação do pedido de urgência
1268 protocolado à mesa. Muito obrigado.

1269

1270

1271 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (Presidente do PROAM)** – Bom,
1272 eu gostaria de justificar o nosso pedido de urgência porque, na verdade, nós não
1273 estamos propondo Brasil a invenção da roda, nós estamos falando de atualização
1274 tecnológica já ocorre em muitos países, o Brasil, queiramos ou não, digamos que
1275 o Brasil é pobre ou não, é a 8ª economia do mundo, o Brasil é um País em
1276 desenvolvimento que não pode ficar na lanterninha da atualização tecnológica da
1277 evolução automotiva, tudo que se propõe é viável, é factível, nós estamos
1278 trabalhando com ICCT, com *International Council on Clean Transportation* de
1279 Washington que é uma organização que estuda a viabilidade econômica e
1280 entende que isso é possível, num prazo muito curto de tempo, basta a vontade
1281 política, portanto, não há nenhuma, eu diria, nenhum empecilho maior, e para
1282 fazer política pública é a cenourinha na frente do burro e não ao contrário, não é?

1283 É aquela história que nós temos que trabalhar a política pública que oriente o
1284 modelo de desenvolvimento, não deixar que você tenha um modelo de
1285 desenvolvimento que pelas suas dificuldades, que são conjunturais levem a não
1286 edição de medidas que possam impulsionar o desenvolvimento. E lembra que, o
1287 custo disso, em São Paulo é estimado em 7 bilhões por ano em mortes quando
1288 você considera a morbidade e o custo para a saúde pública, a perda de vidas e o
1289 custo para a saúde pública, então temos aí muitos motivos para caminhar de
1290 frente com o PROCONVE e que ele seja... O Brasil ganhe o tempo que perdeu
1291 nessa discussão, com relação a questão das motos, também nenhuma novidade,
1292 o CONAMA já se debruçou sobre a questão do (...) e algumas questões que têm
1293 que ser avançadas com relação a catalizadores e tecnologia automotiva,
1294 tecnologia para as motocicletas, já foram debatidas bastante nas Câmaras
1295 Técnicas e, inclusive é o passivo do CONAMA quando, por exemplo, instituiu uma
1296 condição para motocicletas com 18 mil quilômetros enquanto que os nossos
1297 motoboys aqui rodam 60 mil por ano, completamente inadequado para a realidade
1298 brasileira uma norma que teve por base o padrão europeu, então são erros que a
1299 gente tem que corrigir, além dos avanços que nós temos que implementar.
1300 Obrigado.

1301

1302

1303 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) –** Obrigado.
1304 Doutora Letícia, por gentileza.

1305

1306

1307 **A SR^a. LETÍCIA REIS DE CARVALHO (Diretora de Qualidade Ambiental do**
1308 **MMA) –** Boa tarde a todos. Obrigado Presidente. Muito brevemente só explicando,
1309 repercutindo o que Patrícia colocou, nós estamos como Ministério do Meio
1310 Ambiente, bastante convencidos de que a introdução dessa matéria aqui no
1311 CONAMA e de fato o lócus aonde a gente vai poder incluir todos aqueles que são
1312 afetos a essa discussão, todos aqueles que têm interesse, nós estamos muito
1313 convencidos de que, politicamente esse é o momento ideal e esse é o espaço
1314 correto para essa discussão. Mas é importante lembrar que a gente vem de um
1315 acúmulo bastante longo, de discussões anteriores em todos os setores que vai
1316 desde o próprio setor produtivo, os órgãos de Governo, diálogos intrasetoriais
1317 entre Governos regulados e reguladores de tal forma que a gente está construindo
1318 agora no CONAMA, e esse é um momento extremamente importante em cima de
1319 um legado bastante sólido. Outro ponto muito importante que eu não posso deixar
1320 de mencionar aqui é o que o Bocuhy já trouxe, a questão da continuidade, esse
1321 Conselho há 30 anos se debruça sobre essa mesma mecânica que é a
1322 atualização das fases do PROCONVE e do PROMOT desde 2007, então nós
1323 consideramos ao fim essas três resoluções, ainda que Resolução específicas a
1324 leves, pesados e motos, é parte de um racional de progresso no controle de
1325 emissões veiculares que pertencem a um conjunto, né? E nós precisamos tratá-
1326 las no seu conjunto, ou seja, na sua integralidade as três resoluções juntas e nós
1327 avaliamos que a despeito do tempo curto que nós temos que aí como meta para o
1328 nosso trabalho este ano, com um esforço de todos, dedicação de todos e o apuro

1329 aqui do CONAMA o apoio do DConama nós vamos conseguir conduzir esse
1330 debate com a apreciação correta e aprovação das três matérias até o final do ano.

1331

1332

1333 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado
1334 Letícia. Antes de colocar em regime de urgência, eu só queria fazer...
1335 Normalmente eu não me pronuncio a respeito desses assuntos, nem de
1336 formalizações que eu entendo que o regime de urgência é pra poder... Dado a
1337 importância que a Doutora Patrícia colocou, o Doutor Bocuhy colocou, que a
1338 Letícia colocou, que o Aladim colocou, que a gente de fato consiga de uma forma
1339 mais célere, ainda este ano, dado amadurecimento das discussões, ainda este
1340 ano, a gente conseguir fazer as alterações necessárias que o conselho julgar
1341 oportuno nas resoluções do PROCONVE, como foram três requerimentos de
1342 urgência, eu vou fazer 3 votações, a não ser que os senhores entendam que eu
1343 possa fazer uma votação só, já que é PROCONVE sendo que, uma é para
1344 veículos leves, veículos pesados ou motos. Eu posso...? Os senhores me
1345 permitem fazer a votação das três em conjunto de regime de urgência ou os
1346 senhores querem fazer uma a uma? Consulto o Plenário. Em bloco? Então,
1347 havendo um consenso a respeito disso, quem é favorável ao regime de urgência
1348 para as três resoluções relacionadas ao PROCONVE, por favor, se manifeste.
1349 Quem é contrário? Dois votos contrários. Três votos contrários. E quem se
1350 abstém? 9 abstenções. Está aprovado o pedido de urgência das resoluções
1351 relacionadas ao PROCONVE. Bom, passamos agora, ainda há na mesa um
1352 pedido de vistas feito pela CNT e pela CNI a respeito da proposta de resoluções
1353 que dispõe sobre a revisão CONAMA 03/90, é um pedido de vistas então se
1354 quiserem fazer uma justificativa a respeito disso. Está inscrito o (...) CNI,
1355 Wanderley. Wanderley só pra seguir, só para fazer uma justificativa do pedido de
1356 vistas.

1357

1358

1359 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Boa tarde a todos, apenas
1360 para o Conselho saber que o texto aprovado pela Câmara Técnica, após cinco
1361 anos da discussão, ele foi submetido a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e
1362 alguns pontos importantes foram retirados. Nós achamos que esses pontos devem
1363 ser retomados aqui na plenária em forma de emendas exatamente por isso que a
1364 CNI solicitou vistas do processo.

1365

1366

1367 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado. Eu
1368 só consultaria ao Doutor Bocuhy e Doutora Fátima se há manifestação em relação
1369 ao pedido vistas...? Sim? Ah, questão de ordem? Então, posso acatar o pedido de
1370 vistas, já que, na verdade, o Regimento. A senhora vai fazer uma manifestação
1371 nesse sentido? Então, por gentileza, fique à vontade Doutora Fátima.

1372

1373

1374 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF)** – Boa
1375 tarde a todos. Por que eu me manifestei dessa forma? Na análise feita pela
1376 Câmara Jurídica, houve a modificação de mérito, pelo Art. 33 do § 1º do
1377 Regimento, nessas hipóteses não pode ir para a Plenária, não poderia vir aqui
1378 para o Plenário, ela teria que voltar e retornar para a Câmara de origem. Está no §
1379 1º. Então, por essa razão, o Ministério Público não pode aceitar que seja enviada
1380 para a Plenária, ainda que seja para pedido de vistas, para aquela feitura de
1381 pareceres e tudo mais. Informo que foi da decisão da Câmara Técnica Jurídica
1382 interposto recurso hierárquico, esse recurso hierárquico que é previsto na lei ‘um
1383 minuto só, por favor’, é previsto na lei 9784 de 99 que é superior ao Regimento
1384 sob o argumento de que não estava previsto no regimento. Então, isso será
1385 tomada as providências cabíveis. De qualquer forma, também a resposta ao
1386 recurso hierárquico violou o duplo grau de conhecimento porque retornou para a
1387 mesma Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos quando não poderia ser feito isso.
1388 Então desta forma, o Ministério Público mostra a impossibilidade jurídica de
1389 remessa para o Plenário com tais vícios, ainda para pedidos de vistas, conforme
1390 previsto. Razão pela qual o Ministério Público insiste na aplicação do § 1º do Art.
1391 33 do Regimento. Obrigada.

1392

1393

1394 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Muito obrigado
1395 Doutora Fátima. Eu gostaria, por gentileza, pedir o pronunciamento do nosso
1396 Consultor Jurídico, Doutor Sidarta, por favor.

1397

1398

1399 **O SR. SIDARTA COSTA DE AZEREDO SOUZA (ConJur/MMA)** – Bom dia a
1400 todos. Eu gostaria de cumprimentar todos os Conselheiros aqui presentes na
1401 pessoa do Senhor Raimundo Deusdará, o Presidente da mesa, me apresentar, eu
1402 sou recém empossado, consultor jurídico do Ministério do Meio Ambiente, na
1403 sequência Doutor Rafael, eu espero com uma boa intervenção divina fazer um
1404 trabalho muito próximo pelo menos ao que ele fez até então, é reconhecido por
1405 todos aqui. Quanto a situação colocada pelo Ministério Público, efetivamente o
1406 recurso foi submetido à Câmara, responsável pela análise da matéria que,
1407 inicialmente entendeu que não existia previsão regimental para esse tipo de
1408 recurso, vamos dizer assim, hierárquico, até mesmo porque nós estamos tratando
1409 dentro do âmbito de uma produção de um Ato Normativo, em que a posição da
1410 Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos inicialmente ela tem em posição opinativa
1411 e não decisiva, a decisão cabe efetivamente ao Plenário deste Conselho. No que
1412 diz respeito a questão da hierarquia como o membro do Ministério Público muito
1413 bem colocou, a própria Lei 9.784 que prevê a questão do recurso hierárquico
1414 mesmo tendo não sendo reconhecido pela Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos
1415 sob a ótica do Regimento Interno foi colocada a votação também sob a ótica da
1416 Lei 9.784 e esclarecendo que, ele foi submetido a Câmara Técnica porque a
1417 própria lei em que baseava o recurso do Ministério Público ela determina que
1418 inicialmente o recurso tem que ser submetido à autoridade que proferiu a decisão,
1419 para exercício do direito de revisão, só então, ser submetido ao órgão

1420 hierarquicamente superior. Nessa ótica, a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos
1421 entendeu que não há que se falar em hierarquia, que a competência continua
1422 sendo do plenário, que afinal de contas quem aprova ao final as manifestações
1423 das Câmaras Técnicas deste Conselho é o Plenário do CONAMA. E existem
1424 outras formas de participação de todos os entes para expressar as suas
1425 insurgências contra as decisões que foram feitas que é o própria pedido de vista
1426 ou a manifestação em Plenário. Então, diante desses aspectos, a Câmara Técnica
1427 houve por não conhecer... Não receber, perdão, o recurso enviado pelo Ministério
1428 Público, isso já foi decidido, inclusive encaminhado pelo Ministro na qualidade de
1429 Presidente do Conselho.

1430

1431

1432 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) –** Obrigado.
1433 Doutor Bocuhy está inscrito. Por gentileza.

1434

1435

1436 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (Presidente do PROAM) –** Só
1437 para conhecimento dos Conselheiros, o que ocorreu na Câmara Técnica de
1438 Assuntos Jurídicos foi que, na tentativa de uma adequação jurídica se alterou o
1439 mérito da proposta, que é uma prerrogativa da Câmara Técnica de Qualidade
1440 Ambiental e Gestão de Resíduos, portanto, nós entendemos que o erro processual
1441 cometido dentro da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos afeta o mérito da
1442 proposta e afeta o trabalho da Câmara Técnica de Qualidade Ambiental. De modo
1443 que, a matéria deveria ter retornado à Câmara Técnica de origem que é onde se
1444 fez a discussão técnica por muito tempo. E para que os senhores tenham uma
1445 ideia do problema, a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos suprimiu prazo, então
1446 não se trata apenas de uma questão mais subjetiva, mas sim da supressão de um
1447 prazo estabelecido pela Câmara Técnica de Qualidade Ambiental e Gestão
1448 Resíduos e o próprio Presidente da Comissão da Câmara Técnica de Assuntos
1449 Jurídicos, a CTAJ, o Doutor Rafael afirmou ao final da reunião que, os
1450 Conselheiros da Câmara Técnica ficassem atentos por certamente essa colocação
1451 surgiria posteriormente no Plenário, isso está em ata, são as suas palavras, de
1452 modo que havia o reconhecimento da própria condução da Câmara Técnica sobre
1453 alterações de mérito. Nós entendemos que a Câmara Técnica de Assuntos
1454 Jurídicos é um elemento importantíssimo balizador no CONAMA depois do
1455 CIPAM, depois das Câmaras Técnicas para que a gente tenha uma perspectiva de
1456 adequação legal das propostas que aqui fazemos, porém, nós não podemos
1457 admitir e aqui fica uma reprimenda que a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos
1458 ela interfira em mérito, jamais podemos admitir que o trabalho técnico da Câmara
1459 Técnica seja alterado em função de qualquer outro motivo que seja, se há dúvida
1460 ou se há necessidade de se alterar uma data, por exemplo, para a execução, que
1461 se retorne à Câmara Técnica de origem como já ocorreu tantas vezes no
1462 CONAMA, eu já presenciei muitos retornos para que houvesse essa regularidade
1463 de procedimento. Então, na nossa avaliação, eu sou proponente da Resolução, a
1464 minha instituição, PROAM, é o proponente da Resolução, nós tivemos dentro do
1465 processo, a nossa visão, um procedimento inadequado e isso gerou o recurso do

1466 Ministério Público e nós assinamos isso também no sentido de, não reconhecer a
1467 perspectiva de que se pautar a matéria hoje. Então, em primeiro lugar, o que eu
1468 coloco aqui é da insuficiência no processo para que a matéria venha a Plenária. E
1469 no segundo momento, diante do pedido de vistas, eu considero a possibilidade
1470 que nós tenhamos acesso também ao pedido de vistas. Mas, fica aqui o meu
1471 questionamento ao DConama né, que trabalhou também com relação a isso, a
1472 Doutora Adriana, no sentido da mácula do processo pelo fato de se ter alterado o
1473 mérito numa decisão da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Obrigado.

1474

1475

1476 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado
1477 Doutor Bocuhy. Eu só queria dar duas informações importantes e vou passar a
1478 palavra aos senhores, com certeza, que o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama
1479 se juntam ao pedido de vistas pela CNI e CNT, segundo, há um fato novo, que a
1480 Reunião Extraordinária que nós entendemos que acontecerá no dia 09 e 10 de
1481 outubro e que esse procedimento regimental de pedido de vistas é exatamente a
1482 possibilidade de você chamar os pareceristas, rediscutir, procurar consenso,
1483 identificar dissenso e a importância dessa extraordinária, porque eu entendo que
1484 esse assunto poderá voltar para a Reunião Extraordinária no dia 9 e 10 de
1485 outubro. Não estou entrando na questão de mérito, estou tentando dar
1486 informações de rotina, de liturgia, do encaminhamento que com a nova Reunião
1487 Extraordinária de outubro e com o pedido de vistas formalizado que vocês, por
1488 favor, levem isso em conta nas suas manifestações. Eu tenho ainda o Doutor
1489 Bruno, a Doutora Maria José, o Doutor Pimenta, Governo de Estado de Minas,
1490 Governo de São Paulo, Governo do Estado do Rio de Janeiro também aderem ao
1491 pedido de vistas, então... Ministério da Saúde também adere ao pedido de vistas.
1492 PROAN também adere ao pedido de vistas. Então nós temos agora, só pra
1493 lembrar gente, CNT, CNI, Governo de Estado de São Paulo, Governo de Estado
1494 do Rio de Janeiro, Governo de Estado de Minas, MMA, Ibama, Ministério da
1495 Saúde, desculpa, MME, Minas e Energia, PROAN, MDIC. Então, por favor,
1496 considerem isso, eu acho que é importante a discussão, nós temos ainda alguns
1497 assuntos a tratar no dia de hoje, mas eu acho que é importante esses registros
1498 desses 10, 11 pedidos de vistas. Eu só vou passar a palavra Rafael, por gentileza,
1499 porque está inscrito o Doutor Bruno, Doutora Maria José, Pimenta e Wanderley.
1500 São quatro pessoas, por favor, vamos ser objetivos, muito obrigado. Doutor Bruno,
1501 desculpa.

1502

1503

1504 **O SR. BRUNO LÚCIO SCALA MANZOLILLO (FBCN)** – Boa tarde, aliás, bom dia
1505 ainda, não, já é boa tarde.

1506

1507

1508 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Quando a
1509 gente não almoça, no Nordeste, é bom dia.

1510

1511

1512 **O SR. BRUNO LÚCIO SCALA MANZOLILLO (FBCN)** – É, então é bom dia.
1513 (*Risos!*). Meu nome é Bruno Manzolillo, eu sou representante da FBCN e sou
1514 representante da Sociedade Civil na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e fui
1515 um dos autores da ideia de a Câmara Técnica não conhecer do encaminhamento
1516 da matéria na última reunião. Isso em termos de processo judicial e por extensão,
1517 nosso não conhecer significa entender que não se trata de assunto que teria que
1518 naquela fase ser apreciado por nós. Não quer dizer que nós não concordamos,
1519 que nós discordarmos, não é com a gente, é só pra ficar bem claro. Quanto ao
1520 fato de, eventualmente, certamente, possivelmente, nós ao retirarmos algum texto
1521 da proposta inicial, termos entrado no mérito da questão, na parte técnica nas
1522 nossas discussões da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos isso é muito comum
1523 e, de repente, um Conselheiro “Espera aí! Nós estamos entrando... Aé, volta
1524 atrás”, às vezes, pode acontecer de ninguém ali ter percebido, certo? Então, esse
1525 erro, se houve, é perfeitamente fácil de acontecer nesta Câmara Técnica de
1526 Assuntos Jurídicos ou em qualquer Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, e se o
1527 Plenário entender que a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos extrapolou a sua
1528 competência cometeu um erro, gente é muito simples, volta, não aceita a proposta
1529 como veio da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, rejeita, ninguém vai ficar
1530 magoado por causa disso e reencaminha à Câmara Técnica para reexaminar,
1531 repropor, voltar à Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e voltar ao Plenário. É
1532 muito simples. É só uma observação de uma coisa, dia 09 e 10 pra extraordinária
1533 pega logo depois das eleições e nas vésperas do feriado de 12 de outubro. Muito
1534 obrigado.

1535

1536

1537 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado,
1538 Doutor Bruno. Por gentileza, a Doutora Maria José. Ôh Wanderley, você quer ser
1539 o primeiro? Desculpa. Pode ser. Só falar, o que o Doutor Bruno colocou, assim, de
1540 novo, hoje eu estou muito falante, né? Os 20 anos que eu acompanho o CONAMA
1541 e a beleza do CONAMA é essa questão do Plenário ser soberano e a
1542 possibilidade de a gente estar sempre dialogando e no limite votando e tendo a
1543 postura que não há um vencedor e vencido, foi uma decisão de Plenário. Doutora
1544 Maria José, por favor, obrigado.

1545

1546

1547 **A SR^a. MARIA JOSÉ GAZZI SALUM (MME)** – Bom dia a todos. Apenas para
1548 ratificar a adesão né do Ministério de Minas e Energia a esse pedido de vista, e
1549 lembrando que, na verdade, a discussão sobre a Resolução 03 com esse pedido
1550 de vista, ela é importante porque ela entra no bojo da discussão que nós
1551 acabamos de votar como em regime de urgência. Então, ela também não pode ser
1552 deixada para posterior ou para o ano que vem né, apenas para lembrar que esse
1553 pedido de vistas ele fecha todo esse pacote que nós acabamos de votar.
1554 Obrigada.

1555

1556

1557 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigada,
1558 Doutora Maria José. Doutor Wanderley, da CNI.

1559

1560

1561 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Wanderley Batista, CNI. Eu
1562 gostaria aqui de discordar do meu colega Bocuhy e da prometedor Fátima, eles
1563 não estiveram presentes na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, nós
1564 estivemos, a Câmara Jurídica corretamente analisou os textos e, na avaliação
1565 dela, as modificações que foram feitas não atingiam o mérito. Evidentemente que
1566 isso é uma visão que, o Ministério Público e a PROAN têm todo o direito de fazê-
1567 lo, mas o que nós queremos pedir à Plenária é que, esse processo passou cinco
1568 anos em discussão, nós tivemos dois Grupos de Trabalho, tivemos duas
1569 discussões inteiras na Câmara Técnica e o assunto está mais do que, digamos,
1570 maduro para debate, sabendo que, há dissenso sim, são dissensos importantes,
1571 mas a Plenária é soberana para definir, e como já ocorreu várias vezes nesse
1572 Conselho, onde a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos entendeu que ela é uma
1573 questão jurídica e a Plenária reavaliou como mérito, aqui se discutiu, aqui se
1574 emendou, aqui se corrigiu e a Resolução foi analisada e aprovada. Então, eu
1575 gostaria de defender que, a resolução, o pedido de vistas pudesse ser acatado e
1576 não retornasse mais a Câmara Técnica uma terceira vez.

1577

1578

1579 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado.
1580 Doutor Pimenta, por gentileza, depois eu finalizo essa discussão com o Doutor
1581 Rafael da consultoria jurídica do Ministério do Meio Ambiente e a gente segue,
1582 vamos fazer um acordo de convivência e depois a gente segue a pauta
1583 normalmente.

1584

1585

1586 **O SR. JOÃO GABRIEL REZENDE CORREA PIMENTA (FATMA/SC)** –
1587 ...Deusdará e demais Conselheiros do CONAMA. Bom, eu participo também como
1588 membro da ABEMA do Estado dentro da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e
1589 gostaria de dizer a todos vocês que, na verdade, hoje nós temos uma divergência
1590 que começou com a aprovação do projeto lá na Câmara Técnica, entrou um
1591 projeto com um parâmetro A, B e C e dentro da Câmara Técnica foi aprovado
1592 outro parâmetro. E desde então, na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e é
1593 recurso, questionando, vai justamente por não considerar que o mérito lá no fundo
1594 da Câmara Técnica foi aprovado, mas em todo trabalho, até o Rafael presente
1595 presidiu, preside, presidia a Comissão, e sempre foi muito clara essas questões de
1596 mérito, era tudo questões formais, viemos com recurso e se tinha ou não tinha
1597 previsão, enfim, existe uma pressão muito grande dentro do parâmetro, mas o
1598 lugar de discutir se o parâmetro aprovado lá na Câmara Técnica é ou não é o ideal
1599 é aqui dentro do Plenário, e isso é o que está discutindo no final das questões,
1600 voltar, voltar, todos como os colegas falaram, o Bruno colocou, não teve nada, eu
1601 digo que pelo que eu o presenciei *in locu*, pelo que eu presenciei por fora
1602 assistindo as discussões, todos os trabalhos pautaram dentro conforme o

1603 Regimento, agora, se existe ou cabe alguma dúvida e interpretação o lugar aqui
1604 para talvez, Deusdará, talvez para resolver isso é o Plenário botar um fim na
1605 questão, pra dar até segurança para não voltar à tona essa questão depois. E uma
1606 coisa que eu gostaria fazer um pedido, haja vista que, isso vai impactar nas
1607 próximas questões é que, o Bocuhy afirmou aqui da tribuna que, ele foi o
1608 proponente junto com o PROAN dessa Resolução. Eu queria que isso fosse
1609 confirmado se foi a PROAN ou se foi por meio de outra entidade, e se isso, qual
1610 seria o impacto disso numa possível próxima retirada... pedido de retirada de
1611 pauta, se foi o PROAN não tem problema nenhum, é regimental, é direito deles de
1612 fazer, mas se não foi, foi por meio de uma outra entidade eu acho, para evitar
1613 essa discussão chegar na próxima reunião, eu acho que nós, se permitir, esse
1614 assunto já ser deliberado para outras discussões maiores que, com certeza, virá à
1615 tona.

1616
1617

1618 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado,
1619 Doutor Pimenta, a Doutora Adriana Ramos vai fazer essa pesquisa e depois
1620 repasso os informes. Ôh, desculpe, Adriana Ramos, meu Deus, Adriana
1621 Mandarin. São os quilombolas que eu tenho tanta preocupação com eles que eu
1622 sempre me lembro dela. Bom, eu vou passar a palavra pro Doutor Rafael. São 12.
1623 O senhor retira? Muito obrigado. Então, eu queria que a Adriana passasse aqui
1624 qual vai ser o encaminhamento já que, o pedido de vista está acatado, são 12
1625 instituições que foram feitas, acho a discussão extremamente rica, vale como
1626 reflexão, vale como amadurecimento, vale com advertência, vale como a gente
1627 estar sempre preocupado com essa possibilidade de ir melhorado os
1628 procedimentos, mas sempre com esse esforço eu acho de buscar o consenso,
1629 sem prejuízo de opiniões contrárias, essa é a riqueza do Plenário do CONAMA.
1630 Eu vou pedir pra Adriana passar qual vai ser os próximos passos em relação a
1631 essa resolução e a gente faz um acordo de convivência a respeito do período da
1632 tarde ou se a gente emenda durante o almoço. Obrigado.

1633
1634

1635 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Eu queria
1636 deixar registrado, nós temos um pedido de retirada de pauta, que tem que vir para
1637 a próxima Plenária com o parecer fundamentado por parte do Ibama e temos um
1638 pedido de vistas na outra matéria, de cerca de 12 entidades. O pedido de vistas
1639 tem um prazo, é sobre isso? Pede vistas também. Então, mais um pedido.

1640
1641

1642 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Mais 12 ou 13
1643 pessoas, Doutora Zuleica, só para registrar na ata.

1644
1645

1646 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – São 30 dias
1647 de prazo para o pedido de vistas, o que significa a entrega do parecer no dia 24 de
1648 setembro, e aí não haveria a prorrogação dos 15 dias, que é uma possibilidade de

1649 regimento, mas nós já estamos deixando claro aqui que, como é uma
1650 possibilidade ela não será aceita. A gente já fez um calendário tentativa que é de
1651 uma reunião de pareceristas no dia 27. Então, nós recebemos os pareceres no dia
1652 24, fazemos uma compilação e juntamos os pareceristas no dia 27. E a próxima
1653 reunião do CONAMA seria 09 e 10 de outubro. Então, eu estou deixando
1654 registradas essas datas para que os senhores possam se organizar nesse
1655 calendário. Ok?

1656

1657

1658 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Doutor Bocuhy.
1659 Depois a gente faz um acordo de como... A gente faz uma avaliação de como é
1660 que está a nossa pauta...

1661

1662

1663 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (Presidente do PROAM)** – Só pra
1664 fazer um esclarecimento sobre a autoria do pedido da Resolução 03/90, essa
1665 solicitação foi feita inicialmente, começou há 10 anos atrás, foi feita pela entidade
1666 Eco Juréia da qual eu era Conselheiro, então o PROAN ainda não estava
1667 cadastrado no CONAMA, mas o PROAN fez o pedido por meio da Eco Juréia,
1668 posteriormente, a matéria foi retirada de pauta, e retornou à Plenária em função de
1669 uma série de pedidos também, realizados pelo PROAN, então quando nós... E,
1670 inclusive consta no processo que o PROAN é proponente, mas de qualquer forma
1671 fica a ressalva pra entendimento de que a primeira entidade foi meu pedido
1672 pessoal, representando o PROAN em nome da entidade cadastrada que era a Eco
1673 Juréia. Obrigado.

1674

1675

1676 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado
1677 Bocuhy. Eu só queria fazer um balanço a que pontos estamos da pauta, nós
1678 teremos ainda alguns processos relacionados as ações, as atividades do grupo
1679 assessor, que seria a Resolução 341 de 2003, a Resolução 09 de 96 e a
1680 Resolução... E informes. Essas duas resoluções do grupo assessor eu acho que já
1681 há o entendimento do Plenário que é só reconhecimento ou não da revogação né,
1682 porque elas já são resoluções que a gente já conhece a bastante tempo, então se
1683 reconhece a revogação ou não, eu acho que a votação é algo não tão muito
1684 complexo, é simples. E teríamos os informes. Nós estamos... 12h33min. 12h40.
1685 Eu consulto os senhores naquela famoso do CONAMA, dieta do CONAMA se a
1686 gente poderia continuar a reunião e teríamos aí o período da tarde para que todos
1687 nós pudéssemos tratar de outras agendas de interesses dos Estados, Municípios
1688 e Terceiro Setor. Vamos continuar? Então, por gentileza. Muito obrigado.
1689 Resolução agora do grupo assessor, Resolução 341 de 25 de setembro de 2003
1690 que dispõe sobre critérios para caracterização de atividades ou empreendimentos
1691 turísticos sustentáveis, como de interesse social para fins de ocupação de (...) originalmente desprovidos de vegetação da zona costeira. Essa procedência veio da 6ª reunião do grupo assessor, em setembro de 2017. Então, por gentileza o Doutor Rafael para um breve comentário e a gente, no acordo feito, seria na

1694

1695 votação de reconhecimento ou não pela revogação da Resolução. Doutor Rafael,
1696 por gentileza.

1697

1698

1699 **O SR. RAFAEL GOMES DE SANTANA (Conjur/MMA)** – Prezados, boa tarde. É
1700 só para agradecer aqui todo esse trabalho realizado junto ao CONAMA, a
1701 receptividade de todos, o diálogo que foi empreendido por todos os colegas e
1702 desejar boa sorte ao Doutor Sidarta que já vem trabalhando na Conjur há bastante
1703 tempo e vem fazendo um trabalho magnífico e, certamente vai fazer um trabalho
1704 magnífico aqui também com vocês, junto ao CONAMA. Muito obrigado.

1705

1706

1707 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Sidarta, por
1708 gentileza, com a palavra.

1709

1710

1711 **O SR. SIDARTA COSTA DE AZEREDO SOUZA (ConJur/MMA)** – Obrigado
1712 Presidente, obrigado Rafael. Bom, senhores, a apresentação vai ser bem rápida,
1713 em especial no que diz respeito a Resolução Nº 341. Como já vem sendo feito
1714 pelo Rafael, uma memória breve, principalmente em especial aos Conselheiros
1715 novos que tomaram posse hoje, o grupo assessor foi formado para se fazer a
1716 verificação da compatibilidade e legalidade de algumas resoluções em face de
1717 legislações superveniente, e daí verificar se existe essa revogação ou não
1718 submetendo ao Plenário para que faça o reconhecimento. O grupo assessor foi
1719 deliberado na 121ª reunião desse conselho, no dia 16 de março de 2016, que tem
1720 exatamente como objetivo a avaliação do ponto de vista jurídico das Resoluções
1721 CONAMA impactadas pela legislação superveniente. Pode ir direto para a
1722 Resolução 341.

1723

1724

1725 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado.
1726 Alguém tem interesse... Ah! Desculpa, perdão.

1727

1728

1729 **O SR. SIDARTA COSTA DE AZEREDO SOUZA (ConJur/MMA)** – No que diz
1730 respeito a Resolução 341, ela já estava pautada para a reunião do Conselho do
1731 mês passado em que já havia um consenso dentro da Câmara Técnica de
1732 Assuntos Jurídicos à cerca da revogação da Resolução por conta do advento do
1733 Código Florestal. Ocorre que, o argumento jurídico que foi utilizado na época era
1734 de que o CONAMA não possuía mais competência para a edição daquele ato
1735 então, ela estaria, a resolução por si só, teria perdido a sua validade. Ocorre que,
1736 a perda superveniente de competência do CONAMA, por si só, não carreta a
1737 invalidade de suas resoluções, isso porque se trabalhássemos com a ideia de que,
1738 a modificação de competência cairia todos os atos de um órgão do passado, nós
1739 teríamos aí um vácuo legislativo muito grande, por conta disso foi feito o pedido de
1740 retirada de pauta da resolução, ela voltou para Câmara Técnica de Assuntos

1741 Jurídicos e verificou-se que, na verdade, ela realmente encontrava-se revogada,
1742 mas não pela perda de competência superveniente do CONAMA, mas sim pela
1743 perda de competência dos Estados em tratar daquela matéria, porquanto o Código
1744 Florestal agora determina que essa competência do chefe do Poder Executivo
1745 Federal, então por conta disso, a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, a
1746 unanimidade, concluiu que a Resolução Nº 341 estaria revogada.

1747

1748

1749 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado,
1750 Doutor Sidarta. Eu consulto os Senhores Conselheiros e Conselheiras se existe
1751 alguma manifestação ou alguma posição? Vamos entrar então em regime de
1752 votação. Desculpa, Doutor Bocuhy, por gentileza. Ah, o parecer, por favor.

1753

1754

1755 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (Presidente do PROAM)** – Sem
1756 tomar o tempo dos Conselheiros, mas só para dizer o porquê que nós pedimos
1757 vistas dessa Resolução. Nós estamos pleiteando a manutenção da 303 que, trata
1758 da questão de proteção de restingas que se faz cada vez mais importante por
1759 conta de alterações climáticas, e etc., proteção de dunas, e nós entendemos que a
1760 341 trata especificamente da questão de utilidade pública, mas ela também está
1761 afeta a outra nota de origem que é a 303, então entendemos que a Plenária
1762 deveria apreciar primeiro a 303, para depois se pensar numa revogação da 341, é
1763 uma questão mais conceitual, eu não estou aqui entrando no mérito da proteção,
1764 mas faço um apelo nesse sentido que se aguarde a apreciação da 303.

1765

1766

1767 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado. Bom,
1768 então a gente tem que fazer o reconhecimento ou não da revogação. O
1769 reconhecimento, a revogação, teria que ser na integralidade da Resolução. Não
1770 pode haver nenhuma dúvida com respeito à parte da Resolução, ou ela é
1771 totalmente revogada ou ela não é reconhecida do ponto de vista de revogação.
1772 Doutor Sidarta, o meu encaminhamento está correto?

1773

1774

1775 **O SR. SIDARTA COSTA DE AZEREDO SOUZA (ConJur/MMA)** – É isso mesmo
1776 Presidente.

1777

1778

1779 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Nós
1780 colocaríamos em votação se os Conselheiros entendem...

1781

1782

1783 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

1784

1785

1786 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Bom, então o
1787 Doutor Bocuhy agora foi... Desculpa, a Adriana explicou agora. O pedido da
1788 PROAN é que essa Resolução não seja votado o reconhecimento ou não dela
1789 nessa Plenária. É isso Doutor Bocuhy? O entendimento do Doutor Bocuhy para
1790 ficar registrado, dada a conexão de assuntos, seria apreciada junto com a 303,
1791 salvo engano que trata de restinga e coisas do gênero que, o novo Código
1792 Florestal traz algumas disciplinas contrárias ou não. Esse entendimento eu
1793 pergunto, o Plenário entende e concorda com esse encaminhamento que a gente
1794 não faria a votação dessa Resolução agora, e postergaríamos essa Resolução
1795 para ser avaliada em conjunto com a 303. Eu pergunto ao grupo assessor se eu
1796 estou tumultuando muito o encaminhamento? Ou qual seria a recomendação de
1797 encaminhamento?

1798
1799

1800 **O SR. SIDARTA COSTA DE AZEREDO SOUZA (ConJur/MMA)** – Pelo
1801 Regimento, seria o caso de retirada de pauta. E a retirada de pauta seria apenas...
1802 Ah, já foi retirada. Então, eu acho que não cabe mais a retirada, teria que ser
1803 votada.

1804
1805

1806 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Então nós
1807 vamos ter que fazer a votação, tá? Porque já não pode ter uma segunda retirada
1808 de pauta. Eu vou encaminhar...

1809
1810

1811 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

1812
1813

1814 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – O Plenário
1815 sobrestar a matéria, sem votação? Temos que votar. Eu acho assim, vamos fazer
1816 o seguinte encaminhamento, nós vamos colocar em votação dois
1817 encaminhamentos, o reconhecimento da revogação agora, ou a possibilidade de
1818 não reconhecimento no caminhar do sobrestar para que ela seja avaliada junto
1819 com a 303. Eu estou ferindo o Regimento Interno? Inverter a ordem. Então vamos
1820 votar primeiro se está reconhecido a revogação ou não. Não?

1821
1822

1823 **O SR. SIDARTA COSTA DE AZEREDO SOUZA (ConJur/MMA)** – Primeiro seria
1824 votar se o Plenário reconhece, concorda com hipótese de sobrestamento da
1825 matéria.

1826
1827

1828 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Perfeito, muito
1829 obrigado. Eu estou com dois consultores na mesa hoje *(Risos!)*. Estou precisando
1830 nem raciocinar, só encaminhar. Então, em votação seria se o Plenário concorda
1831 com o sobrestar da matéria. Tá claro? Posso colocar em votação? Quem é

1832 favorável ao sobrestamento da matéria, por favor, se manifeste. Eu vou ter que
1833 contar os votos, tá gente? Por favor.

1834

1835

1836 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Então só um
1837 minutinho que alguém da minha equipe vem aqui e o outro vem do outro lado pra
1838 conseguir votar.

1839

1840

1841 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Estamos
1842 votando quem é favorável a sobrestar à matéria. 16 do lado direito. 5 do lado
1843 esquerdo. Tá ok. Total são 21 votos. Quem é contrário, por gentileza, se
1844 manifeste. 13 do lado direito e 20 do lado esquerdo. São 33 votos. Quem se
1845 abstém? 1 abstenção. Então, fica por maioria reconhecida a revogação da
1846 Resolução 341.

1847

1848

1849 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – É que a
1850 votação foi... Agora era só o sobrestamento.

1851

1852

1853 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Desculpa
1854 gente, fica reconhecido a não sobrestamento da matéria da resolução 341. Agora,
1855 agora nós vamos fazer a votação de novo, desculpa gente, de novo, se o Plenário
1856 entende que pode ser reconhecida a revogação ou não dessa matéria. Então, em
1857 votação, quem reconhece a revogação da Resolução 341, por gentileza, se
1858 manifeste. 19 do lado direito e 23 do lado esquerdo. Dá 32 com o da Suely, 33. 19,
1859 42, 43. Quem é contrário a não revogação da matéria? 10. Fica aprovado o
1860 reconhecimento da revogação da matéria, por maioria. O próximo, Doutor Rafael,
1861 por gentileza, é a Resolução 09 de 24 de outubro de 96, que define corredor de
1862 vegetação entre remanescentes como área de trânsito para fauna. Esse também
1863 teve um pedido de vistas da PROAN e da Anamma Norte. Por gentileza, Doutor
1864 Rafael, por favor, Doutor Sidarta, por gentileza.

1865

1866

1867 **O SR. SIDARTA COSTA DE AZEREDO SOUZA (ConJur/MMA)** – Obrigado.
1868 Bom, retornando senhores, a 341, como foi adiantado, ela teve uma posição
1869 unanime dentro da Comissão de Assuntos Jurídicos no que diz respeito a
1870 revogação. Já a resolução 09, é preciso que se faça algum esclarecimento aqui
1871 para que tenhamos a compreensão exata de qual foi o critério jurídico que foi
1872 abordado dentro de Comissão Técnica de Assuntos Jurídicos. A Resolução Nº 09
1873 de 1996, ela define o corredor de vegetação entre remanescentes como área de
1874 trânsito para fauna, quando ela foi submetida a análise da Câmara Técnica,
1875 verificou-se que o advento da Lei da Mata Atlântica, que é a Lei 11.426 de 2008,
1876 ela não necessariamente tratava especificamente da mesma matéria da própria
1877 Resolução Nº 09. A bem da verdade, embora a Lei da Mata Atlântica revogando o

1878 decreto que fundava a edição da resolução Nº 09 ela trate de proteção dos
1879 corredores remanescentes de vegetação, ela não traz no seu bojo qual é o
1880 conceito desse corredor de vegetação remanescente, o que é exatamente o objeto
1881 da Resolução. Então, verificando-se que não houve uma revogação expressa do
1882 conteúdo jurídico tratado na resolução, houve a proposição de que, a Resolução
1883 fosse adaptada de forma a contemplar aquilo que está previsto na Lei da Mata
1884 Atlântica, e não simplesmente a sua revogação. Ocorre que, houve um dissenso
1885 dentro da Câmara e esse dissenso acabou vencendo pela maioria de que, a Lei
1886 da Mata Atlântica revogou o Decreto e que, portanto, o Decreto que embasa a
1887 Resolução não subsistindo não teria mais substrato jurídico para a manutenção da
1888 Resolução e ela acabou sendo aprovada pela maioria de um voto apenas, foram 4
1889 votos pela revogação e 3 votos pela revisão da Resolução, sob o fundamento de
1890 que teria havido a revogação do seu substrato jurídico. Eu gostaria de fazer uma
1891 pequena ponderação aos senhores e em total respeito aos membros da Câmara
1892 Técnica, uma vez que, eu ainda não participava das discussões e também
1893 respeito ao Doutor Rafael, mas relendo os relatos da Câmara Técnica, verifica-se
1894 que o simples fato do advento da Lei da Mata Atlântica ela não tem por si só o
1895 condão da revogação da Resolução, isso porque, se abstrairmos da Resolução a
1896 menção ou decreto, a Resolução ela subsiste por si só aplicando-se, inclusive,
1897 para outros biomas que não apenas a Mata Atlântica, porque ela trata de
1898 corredores, de remanescentes, de vegetação e não corredores de renascentes de
1899 vegetação da Mata Atlântica, embora esse seja um dos considerandos que
1900 determinou a edição da Resolução. Então, aqui a tarefa do Plenário é um pouco
1901 mais árdua no reconhecimento da revogação, uma vez que, houve esse dissenso
1902 bastante claro e aqui trago novos elementos, embora não constante dos autos
1903 acerca da posição da manutenção e da revisão da Resolução.

1904

1905

1906 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Doutora
1907 Lisiane, por gentileza, da Mira-Serra.

1908

1909

1910 **O SR. SIDARTA COSTA DE AZEREDO SOUZA (ConJur/MMA)** – Só pra dizer
1911 um esclarecimento, aqui na tabela, nós temos aqui, votaram pela revisão da
1912 Resolução o Ministério do Meio Ambiente como representante do Governo
1913 Federal, a PROAN como Sociedade Civil e a Anamma Nacional representando os
1914 Governos Municipais. Pela revogação votou-se a CNI pelas Entidades
1915 Empresariais, o Setor Florestal também, a FBCN pela Sociedade Civil e Governo
1916 Estadual do Mato Grosso pela revogação.

1917

1918

1919 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Lisiane, por
1920 gentileza. Então, foi 4 a 3. Não é isso?

1921

1922

1923 **A SRª. LISIANE BECKER (Instituto Mira-Serra)** – Eu acho, até parablenizo aos
1924 pareceristas pela oportunidade de fazer um fechamento. A proposta da Anamma é
1925 assim, vem bem ao encontro do que nós como entidades ambientalistas ligados a
1926 Mata Atlântica entendemos o corredor, inclusive, não se atem somente ao bioma
1927 Mata Atlântica, e não só floresta também. Então, e também a PROAN, pela
1928 lucidez de mostrar que isso vai trazer prejuízos jurídicos. Como nós estamos
1929 agora em um momento final, não cabe muito... Não tem muito espaço para a
1930 gente poder se mexer nessas alternativa, eu gostaria de solicitar a Plenária,
1931 encarecidamente, até pelo equívoco da lei esquecer o estágio médio que é aonde
1932 nós temos a maior parte da nossa vegetação da Mata Atlântica, para estágio
1933 médio formando corredores entre unidades de conservação e outras áreas
1934 importantes como (APPS), de nós podermos não votar hoje ou votar contra a
1935 revogação, melhor dizendo, votar contra a revogação hoje de modo que, nós
1936 possamos encaminhar uma revisão dessa atualização, quer dizer, o que
1937 regimentalmente tem que ser feita uma nova né? E aproveitando o material da
1938 Anamma, juntando com mais alguma outra... Outros artigos que a gente possa vir,
1939 achar algo mais conveniente de modo a não interferir com a Lei da Mata Atlântica,
1940 existe uma brecha pra isso, mas se nós revogarmos hoje pode ter muito prejuízo
1941 jurídico com ações, como já foi explanado pelo próprio PROAN, e isso pode trazer
1942 bastante retrocesso, inclusive, na proteção, então nós pedimos pela não
1943 revogação hoje, vamos adiar um pouquinho mais, Mira-Serra e PROAN já se
1944 comprometeram ontem na reunião da CTNEA em já formular, se a Anamma quiser
1945 participar também, formular uma nova proposta de Resolução, que é uma coisa
1946 rápida, não vai demorar muito né, já está praticamente pronta, só alguns ajustes
1947 pra gente poder votar a matéria e não deixar uma lacuna, não deixar uma brecha
1948 na Resolução por causa do retrocesso ambiental nessa questão das ações que
1949 estão sendo julgados ou que já foram julgados. Obrigada.

1950

1951

1952 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado
1953 Lisiane. Eu peço um esclarecimento adicional pro Doutor Sidarta, nosso consultor
1954 jurídico do Ministério do Meio Ambiente.

1955

1956

1957 **O SR. SIDARTA COSTA DE AZEREDO SOUZA (ConJur/MMA)** – Só fazer um
1958 breve esclarecimento, o relator da proposta no âmbito da Câmara Técnica de
1959 Assuntos Jurídicos ele fez uma proposta de revisão que está sendo aqui projetada
1960 para os senhores, se verificarem na primeira coluna é a proposta da Lei da Mata
1961 Atlântica, a segunda é a Resolução vigente e a terceira é a proposta de ajuste da
1962 Resolução, ou seja, basta incorporar aqueles conceitos, a disciplina da Lei da
1963 Mata Atlântica na Resolução, e nós teríamos a Resolução (...) a nova ordem
1964 jurídica sem a necessidade de sua revogação.

1965

1966

1967 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado,
1968 Doutor Sidarta. Você me desculpe, mas eu não estou conseguindo ler o seu
1969 crachá.

1970

1971

1972 **O SR. THIAGO VALUÁ DA SILVA ARAÚJO (Anamma Norte)** – É Thiago Valuá
1973 da Anamma Norte.

1974

1975

1976 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado,
1977 Thiago.

1978

1979

1980 **O SR. THIAGO VALUÁ DA SILVA ARAÚJO (Anamma Norte)** – A Anamma, por
1981 meio da Anamma Norte viu com muita preocupação a possibilidade da revogação
1982 da Resolução 09 de 96, quando ela deixaria uma lacuna como aqui já foi dito na
1983 proteção ao meio ambiente que é o nosso fim aqui. Até porque entendemos que
1984 não se aplicaria apenas ao bioma Mata Atlântica. É um instituto que é de
1985 importância enorme para todos os biomas brasileiros, nesse sentido, nós pedimos
1986 aqui que, a revogação não seja aceita e que nos colocamos também à disposição
1987 juntamente com a PROAN e com Mira-Serra para que possamos, e se possível,
1988 fazer uma reanálise e apenas algumas mudanças pequenas que são necessárias
1989 para que a Resolução tenha 100% de efetividade e, mais uma vez, pedimos aqui
1990 essa Plenária referente a não revogação desse instituto que é a Resolução 09 de
1991 96.

1992

1993

1994 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado,
1995 Thiago. Eu passo a palavra para o Doutor Pimenta e com isso encerro as falas a
1996 respeito dessa revogação ou não e a gente entra em regime de votação.
1997 Obrigado.

1998

1999

2000 **O SR. JOÃO GABRIEL REZENDE CORREA PIMENTA (FATMA/SC)** – Sobrou o
2001 papel pra mim falar pelo outro lado, de novo. Bom, caros Conselheiros, o quê que
2002 acontece? O quê que existe hoje de uma forma objetiva? Nós temos uma lei muito
2003 bem feita, muito utilizada que é a lei da Mata Atlântica. E hoje nós temos
2004 resoluções que em vários pontos questionam e são contrárias às leis. E temos
2005 diversos dispositivos, julgamentos de juízes, desembargadores julgando conforme
2006 resolução e não com a lei, o que causa uma grande insegurança jurídica. Os
2007 Estados não são contra a Resolução, até que se existe o papel da revisão não é
2008 para matar uma Resolução e nunca mais ela ser proposta e sim já que há grandes
2009 conflitos entre o que existe na lei e dentro da Resolução e esses conflitos
2010 entendeu, com todo devido respeito, diferente do que pensa o consultor o MMA,
2011 não possível ser sanado dentro da revisão, e sim o que a gente pede como em
2012 outros procedimentos é que se proponha uma nova Resolução, nova, e não um

2013 remendo do que já existe e que trate todos esses problemas, o lugar de consertar
2014 é com uma nova Resolução, não é emendar, puxadinho aqui porque isso vai ser
2015 prejudicial ou não. Nós temos uma lei, que é a Lei da Mata Atlântica, foi aprovado,
2016 muito embora você parece colocar “por apenas um voto” parece que diminui o
2017 resultado de uma aprovação, Massachusetts et versus Ipiau que é o lendário (...) na
2018 Suprema Corte Americana que regulou a qualidade do ar nos Estados Unidos
2019 foi aprovado por um voto, e você não vê o judiciário desmerecendo por causa de
2020 um voto, foi aprovado Doutor, independente se foi por um ou foi por maioria, por
2021 mais, seguinte, o que se faz é aqui o Plenário soberano, pode ser que por mais
2022 que a Conjur o CTAJ tenha aprovado por maioria, o Plenário aqui poderia não
2023 referendar. Quem decide é o Plenário, independente de ser um ou dois votos.
2024 Então a gente pede pela manutenção da revogação e que seja tramitado no dia
2025 seguinte uma nova Resolução nova que não conflite com os dispositivos que aqui
2026 existem dentro dessa Resolução, como foi aprovado na CTAJ.

2027

2028

2029 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado,
2030 Conselheiro Pimenta. Eu finalizo então, por favor, por gentileza... Então, calma,
2031 são três pessoas que vão falar... Tem mais alguém? Por gentileza, então está
2032 inscrito o PROAN, Ana Dolabella pela ANA e Lisiane pela Mira-Serra. Anamma
2033 pelo Thiago. E o Doutor Sidarta vai fazer um esclarecimento a respeito
2034 anteriormente.

2035

2036

2037 **O SR. SIDARTA COSTA DE AZEREDO SOUZA (ConJur/MMA)** – Breve
2038 esclarecimento senhores, sem querer polemizar a matéria e em momento algum
2039 houve a intenção de desmerecer o quórum de 4 a 3. Em hipótese alguma, tá? Foi
2040 reconhecido a revogação dentro da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, eu
2041 peço até perdão se foi essa impressão que eu passei. O esclarecimento faz-se
2042 necessário porque é uma praxe do grupo assessor trazer a este Conselho quando
2043 a votação não é unânime, quais foram os pontos de divergência. Então, somente
2044 para esclarecimento. Muito obrigado.

2045

2046

2047 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Eu acompanho
2048 o pedido de perdão do Sidarta também. O Doutor Bocuhy, por gentileza.

2049

2050

2051 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (Presidente do PROAM)** – É só
2052 para reafirmar o que diz o nosso parecer para os Conselheiros que não lerem pra
2053 formação de juízo de valor. Revogar essa Resolução seria revogar critérios
2054 técnicos que levaram a sua elaboração porque, na verdade, quando ela foi
2055 elaborada, ela foi elaborada com critérios técnicos de proteção de corredores de
2056 fauna, né? Muito mais do que apenas baseado na Lei da Mata Atlântica. Uma
2057 revogação, ela levaria ao desguarnecimento desses compartimentos ambientais e
2058 tem uma questão também fundamental nesse sentido que a Câmara Técnica de

2059 Assuntos Jurídicos ela não pode por conta da sua votação interferir em questões
2060 de mérito, já deixamos claro esse aspecto. Então, eu aqui faço um apelo pela
2061 manutenção, nós perdemos na votação da 341, eu achava que não era tão
2062 importante, era uma questão de vinculação, mas essa Resolução, a 09, ela
2063 realmente traz um elemento de proteção ambiental importante e não poderia cair
2064 no espaço na lacuna de meses e meses de uma nova, do advento de uma nova
2065 Resolução, quem sabe um ou dois anos para aprovação, nós desguarneceríamos
2066 todos esses compartimentos ambientais. Obrigado.

2067

2068

2069 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado,
2070 Bocuhy. Com a palavra minha colega Ana Dolabella.

2071

2072

2073 **A SR^a. ANA LÚCIA LIMA BARROS DOLABELLA (ANA)** – Boa tarde a todos. Eu
2074 queria só lembrar a todo mundo que, na época quando o grupo assessor foi
2075 criado, dois encaminhamentos tinham sido sugeridos em função das análises do
2076 grupo assessor. Um seria pela revogação direta da Resolução, se ela no seu todo
2077 já tivesse prejudicada pela questão de legislação superveniente e o outro seria
2078 que o Plenário poderia decidir, no caso da Resolução a necessidade de
2079 modificação ir direto para a Câmara Técnica da temática específica e aí sim se
2080 faria uma revisão da Resolução e não simplesmente a revogação dela. Então, eu
2081 acho que esse é um encaminhamento que poderia ser proposto pro Plenário né.
2082 Obrigada.

2083

2084

2085 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Thiago,
2086 Anamma Norte.

2087

2088

2089 **O SR. THIAGO VALUÁ DA SILVA ARAÚJO (Anamma Norte)** – Nesse sentido
2090 eu quero dividir da opinião da Conselheira que me antecedeu e solicitar que o
2091 encaminhamento seja retornar essa Resolução para a Câmara Técnica, até
2092 porque é uma questão de mérito também. Outro ponto é que, revogar tacitamente
2093 hoje essa Resolução é uma lacuna enorme que causará no impacto ao meio
2094 ambiente porque quanto tempo demorará uma Resolução que atenda esse
2095 instituto? Por isso, além do que revogar essa Resolução pelo motivo de que ela
2096 atende somente o bioma Mata Atlântica é virar as costas para todos os outros
2097 biomas do Brasil que ainda sofrem grande impacto em relação a degradação.
2098 Então, nós reforçamos o pedido ao Plenário que não votemos pela revogação da
2099 Resolução e que essa Resolução seja encaminhada novamente à Câmara
2100 Técnica para que com pequenos ajustes ela possa entrar em atualização.

2101

2102

2103 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado. Eu
2104 finalizo... O Sidarta vai fazer um comentário, mas vamos deixar o Wanderley, o

2105 último Conselheiro falando sobre o assunto. Eu acho que o Plenário já tá
2106 suficientemente maduro para se colocar em votação. Então vou ouvir o Wanderley
2107 pela CNI, Doutor Sidarta pelo grupo assessor e consultor do Ministério do Meio
2108 Ambiente e a gente coloca em votação.

2109

2110

2111 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Wanderley Baptista. Senhores
2112 Conselheiros, a nossa preocupação é a seguinte, toda matéria que entra no
2113 CONAMA seja para a revisão, seja uma nova Resolução, eu preciso de uma
2114 proposta né, isso tem que estar bem delimitado, uma justificativa que mostra que
2115 ela é importante no arcabouço legal e na questão também ligada ao meio
2116 ambiente. Então, eu acho, Conselheiro Thiago, seria muito melhor apresentar uma
2117 proposta limpa, entendeu? Eu acho que isso é uma questão importante, porque
2118 criar insegurança jurídica para os setores em geral não é nada bom. Então, eu
2119 gostaria que os Conselheiros pensassem a respeito disso que para voltar para a
2120 Câmara Técnica simplesmente para remendar, talvez não seja uma boa
2121 alternativa. Obrigado.

2122

2123

2124 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – O senhor quer
2125 falar agora Sidarta? Porque a Conselheira Lisiane tá querendo a palavra.

2126

2127

2128 **O SR. SIDARTA COSTA DE AZEREDO SOUZA (ConJur/MMA)** – Não, é
2129 simples, é o esclarecimento que o Conselheiro Wanderley acabou de fazer. É que
2130 pelo Regimento Interno aqui a posição seria do reconhecimento de revogação ou
2131 não. Reconhecemos que ela não foi revogada, ela mantém-se rígida e a proposta
2132 de revisão segue o que o Regimento Interno determina.

2133

2134

2135 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Lisiane, por
2136 gentileza.

2137

2138

2139 **A SRª. LISIANE BECKER (Instituto Mira-Serra)** – Nós estamos cientes do que
2140 foi colocado agora né, até por isso nós não pedimos o retorno pra Câmara
2141 Técnica. No entanto, pelo prazo hábil que foi dado a conhecer até pela própria
2142 pauta né, não teríamos tempo de propor uma Resolução e já poder entrar com
2143 alguma matéria, então não há esse tempo hábil, então esse é o nosso apelo para
2144 que não se revogue hoje, nos dê um fôlego, pra nós apresentarmos e em seguida,
2145 na próxima Plenária, se tudo correr bem, porque tem aquela tramitação toda né, a
2146 proposta, entregar a proposta é o mais fácil, o problema é a tramitação até ser
2147 admitida e etc., então, por isso que nós não fizemos essa proposta de início, só
2148 estamos pedindo a não revogação até porque não há prejuízo, ela tá valendo até
2149 hoje né, não há prejuízo a gente esperar mais um pouquinho enquanto que o
2150 contrário a revogação sim pode trazer prejuízo. Então, pela precaução, e já

2151 sabendo da prevenção a gente pede pela não revogação atual até a próxima
2152 Plenária, se tudo correr bem, a gente já vai apresentar a proposta, só não sei
2153 realmente dentro dos trâmites né, como é que se chega a tempo, mas realmente,
2154 vamos pensar, a revogação ela com certeza vai trazer prejuízo e a não revogação
2155 não traz prejuízo, ela só agiu um pouquinho.

2156

2157

2158 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Doutor Rafael,
2159 por gentileza.

2160

2161

2162 **O SR. RAFAEL GOMES DE SANTANA (Conjur/MMA)** – Prezados, boa tarde. Eu
2163 peço desculpas por tá fazendo nova intervenção diante do adiantar da hora, mas é
2164 importante deixar claro que, o trabalho do GA, ele não... Ele traz uma posição para
2165 o Plenário, é uma sugestão e o Plenário nesse momento ele não revoga uma
2166 Resolução. O trabalho do Plenário agora é pra reconhecer se houve uma
2167 legislação superveniente que impactou aquela Resolução. Então, só pra deixar
2168 isso bem claro, o Plenário agora não tá decidindo se vai revogar Resolução, é um
2169 mero reconhecimento de que ela já foi ou não revogada. Nesse caso concreto, é
2170 importante destacar que há essa divergência, houve essa divergência durante os
2171 debates na Câmara Técnica e, inclusive o GA optou por trazer primeiramente as
2172 que são unanimidade e depois trazer as que já haviam divergência, e essa
2173 divergência que a gente tá pontuando agora para que seja levada em
2174 consideração.

2175

2176

2177 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Muito obrigado,
2178 Doutor Rafael. Eu acho que com a fala do Doutor Rafael, e as explicações do
2179 Doutor Sidarta e as manifestações dos Conselheiros, eu entendo que nós estamos
2180 aptos a colocar em votação. E deixando bem claro o que foi dito agora pelo nosso
2181 consultor, é reconhecimento da revogação, então na integralidade, na
2182 integralidade. Então, eu vou colocar em votação, quem é contrário... Desculpa, o
2183 quê que houve Bocuhy? Nós vamos reconhecer se a Resolução foi revogada por
2184 atos supervenientes ou não, na integralidade. Se o Plenário achar que não
2185 reconhece isso, dá continuidade ao processo de revisão que parece que todo
2186 mundo aqui concorda nesse sentido. Por favor, no microfone.

2187

2188

2189 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (Presidente do PROAM)** – Só pra
2190 dizer pros Conselheiros que minha taxa de açúcar já tá baixa, mas eu não posso
2191 deixar isso passar.

2192

2193

2194 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Eu também!
2195 (*Risos!*).

2196

2197 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (Presidente do PROAM)** – Então
2198 veja só, na minha compreensão, a partir do momento que o Conselho Nacional do
2199 Meio Ambiente reconhece a revogação da resolução, que ela foi revogada por lei
2200 superveniente, naturalmente há um desguarnecimento ambiental, isso pode ser
2201 utilizado, isso é exatamente o que nós estamos solicitando, que não se deixe
2202 desguarnecido, é isso. Então, é reconhecer hoje a revogação da Resolução
2203 implicaria em todo o aspecto técnico movido de proteção de biodiversidade de
2204 corredor. Nesse sentido, Doutor Rafael, que eu gostaria de ter essa clareza
2205 porque nós perdemos o instrumento né, nós perdemos o instrumento, e ele não se
2206 refere só a questão específica da Mata Atlântica, ele se refere a outros biomas
2207 também, então esse ato do CONAMA pode tirar uma proteção ambiental
2208 brasileira. Temos que tomar muito cuidado com isso.

2209

2210

2211 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Algum
2212 comentário adicional? Em votação. Por gentileza, Senhores Conselheiros, em
2213 votação, quem é contrário ao reconhecimento da revogação da resolução 09 de
2214 1996, por favor, se manifeste. Vamos contar os votos. Quem é contrário ao
2215 reconhecimento da revogação. Quanto? 13, com 20, 33 contrário ao
2216 reconhecimento da revogação. Quem é favorável ao reconhecimento da
2217 revogação da Resolução 09 de 96? Vamos contar. 11 do lado esquerdo, 6 do lado
2218 direito, 17. Por maioria, o Plenário não reconhece a revogação da Resolução de
2219 1996. Quem se abstém, por gentileza. Desculpe. Não há abstenção. Há uma
2220 abstenção. Bom, agora a gente passa pra fase de informes, nós temos aí um
2221 informe que foi reivindicado na resolução passada, na reunião passada que seria
2222 da colega Letícia, cadê a Letícia? A Letícia estava aqui próxima. Ah, o Luiz? Luiz,
2223 a respeito do acompanhamento e avaliação do PROCONVE, está aqui o Luiz? Por
2224 gentileza. Em seguida, a gente vai ter um relatório sobre coleta de óleo
2225 lubrificante, usado contaminado, quem faria é a Doutora Zilda e teríamos ainda um
2226 relatório da APROMAC, eu não sei se a Doutora Zuleica está presente, está sim
2227 presente. Dados consolidados sobre destinação de pneus de servíveis,
2228 Conferência Internacional de Incêndios Florestais, e a respeito informe sobre a 8ª
2229 Reunião Ordinária do Conselho de Segurança Alimentar, Consea. Por favor, meu
2230 colega Luiz, para o relatório de acompanhamento e avaliação do MMA.

2231

2232

2233 **O SR. LUÍS (MMA)** – Boa tarde a todos.

2234

2235

2236 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Só um
2237 minutinho Luiz, Senhores Conselheiros que estão deixando o Plenário, só pra
2238 registrar o agradecimento pela condução, pela colaboração com a condução dos
2239 trabalhos que fez com que a gente de fato chegasse a uma reunião muito rica e
2240 proveitosa. Luiz, por gentileza.

2241

2242

2243 **O SR. LUÍS (MMA)** – Boa tarde a todos. Eu gostaria de cumprimentar a mesa na
2244 figura do Senhor Deusdará, cumprimentar os demais Conselheiros deste nobre
2245 Conselho. O meu nome é Luiz (...), eu sou analista ambiental do Ministério do
2246 Meio Ambiente, do Departamento de Qualidade Ambiental. E hoje, eu vou
2247 apresentar para vocês o relatório de acompanhamento e avaliação do
2248 PROCONVE, referente ao ano de 2017. Pode passar. A comissão de
2249 acompanhamento e avaliação do PROCONVE, a CAP, ela foi instituída pela
2250 Resolução 414 de 2009, que diz que compete a CAP elaborar o relatório de
2251 acompanhamento e avaliação do PROCONVE de maneira anual, e também
2252 anualmente ele deve ser apresentado ao CONAMA, primeiramente à Câmara
2253 Técnica de qualidade, e após a plenária do CONAMA. Então, esse relatório ele foi
2254 aprovado na 16ª Reunião Ordinária da CAP, em maio de 2018 e foi apreciado na
2255 30ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Qualidade, em junho de 2018.
2256 Conforme a Resolução que estabeleceu a CAP, são membros desta Comissão o
2257 Ministério do Meio Ambiente, que é o coordenador, o Ministério da Saúde,
2258 Ministério de Minas e Energia, Ibama, ANP, ABEMA, ANAMA, a Confederação
2259 Nacional da Indústria, Agente Técnico do PROCONVE, no caso é a CETESB de
2260 São Paulo e ONGs do CNEA. Pode passar, por favor. Então, os objetivos do
2261 relatório, o objetivo geral é a apresentar as ações de acompanhamento e
2262 avaliação dos programas de controle da poluição por veículos automotores, o
2263 PROCONVE, e também por motocicletas e similares, PROMOT. E como objetivos
2264 específicos, apresentar os principais tópicos discutidos nas reuniões da CAP, é
2265 ocorrido no ano, acompanhar o cumprimento dos prazos e obrigações
2266 estabelecidas nas Resoluções do CONAMA sobre o PROCONVE e demais
2267 normas jurídicas afins. Apresentar os indicadores de desempenho que são
2268 utilizados pra avaliação dos programas e propor recomendações para
2269 aperfeiçoamento dos programas, pode passar, tá. Em 2017, foi realizada apenas
2270 uma reunião da CAP, conforme a Resolução são previstas duas resoluções
2271 anuais, mas como ano passado a gente a reestruturação do Ministério com
2272 mudança de departamento, fusão de departamentos, a gente não conseguiu
2273 realizar as duas reuniões. Então, foi realizado apenas a 15ª Reunião Ordinária que
2274 foi no final do ano, em novembro de 2017. Então, nessa reunião teve uma
2275 apresentação do Ibama, sobre o processo de homologação dos veículos que é
2276 uma competência exclusiva do Ibama. Informes da ANP sobre a qualidade do
2277 combustível, informes também da Petrobrás que não é parte da CAP, mas sempre
2278 é convidada a apresentar a questão de distribuição dos combustíveis, e também
2279 propostas da PROAN, que apresentou contribuições para avanço do PROCONVE,
2280 pode passar. Acompanhamento do PROCONVE e PROMOT, então em 2017 foi
2281 dada a continuidade às fases L6 que são dos veículos leves, P7 veículos pesados,
2282 e M4 motocicletas e similares, e também para máquinas agrícolas e rodoviárias que
2283 são as fases MAR. Então, em janeiro de 2017 todos os motores destinados às
2284 máquinas rodoviárias em produção e/ou importados para todas as faixas de
2285 potências deveriam atender aos limites da fase MAR 1, e também na mesma data,
2286 todos os motores destinados às máquinas agrícolas novas também em produção
2287 ou importadas com potência igual ou maior a 75 quilowatts, deveriam atender aos
2288 limites da fase MAR 1, e foi verificado que isso tem de fato acontecido, as

2289 homologações desses veículos estão atendendo aos limites estabelecidos.
2290 Também com informações do Ibama, foi verificado que em 2017 foram emitidas
2291 2.704 LCVM, que diz respeito aos veículos automotores e 538 LCM, que são das
2292 motocicletas. Isso são novas homologações. E também, a homologação de
2293 máquinas agrícolas e rodoviárias já representa parte significativa das emissões de
2294 LCVM, como tivemos fases que acabaram de entrar em vigor para as essas
2295 máquinas, elas representaram cerca de 30% das emissões de LCVM do ano de
2296 2017. Pode passar. O indicador que a gente tem utilizado para acompanhar o
2297 PROCONVE é a qualidade do combustível, que tem papel direto nas emissões e
2298 material particulado e dióxido de enxofre. Então, com dados da ANP, desculpa,
2299 isso aqui ainda é das LCVM e LCM. A gente apresenta a evolução dos gráficos, o
2300 de cima é a emissão de LCVM, é de 2013 a 2017, a gente vê que teve um
2301 aumento de quase 100% em 2013 e 2017. E o gráfico de baixo é emissão de LCM
2302 que é das motocicletas e similares. Para as motocicletas, a gente já vê uma
2303 variação maior com autos e baixos nesse gráfico, mas entre 2013 e 2017 a gente
2304 também tem um crescimento expressivo, de 158 para 538. Agora sim, passando
2305 pra avaliação dos combustíveis, que é o indicador de qualidade dos combustíveis.
2306 Com relação ao teor médio de enxofre na gasolina, conforme especificação da
2307 ANP, o teor máximo é 50, PPM, sendo que, a média em 2017 ficou por volta de
2308 33, PPM, ou seja, isso está abaixo da média estabelecida e essa gasolina ainda é
2309 sem adição de Etanol, com a adição de 27 e 0,5% de Etanol, esse valor de
2310 enxofre é ainda mais baixo. Pode passar. Com relação ao teor de enxofre no óleo
2311 diesel, o diesel no Brasil a gente tem duas especificações, o diesel S500, que é
2312 pros veículos produzidos antes de 2012 e o diesel S10 pros veículos posteriores a
2313 2012. Então, com relação a esse diesel, com 500 PPM, o teor médio estabelecido
2314 é de 500, mas o que tem sido entregue é na faixa de 336 PPM, também abaixo do
2315 estabelecido. E esse diesel também tem adição do biodiesel, agora acho que está
2316 em... Ano passado acho que era 8% ainda ou 9%, se não me engano, que
2317 também apresenta uma queda no teor de enxofre. Pode passar. E com relação ao
2318 óleo diesel S10, que é pros veículos produzidos a partir de 2012, a média
2319 entregue foi de 4PPM, e assim como diesel S500 também tem adição de
2320 biodiesel, então na prática esse valor é um pouco menor. Então, a qualidade dos
2321 combustíveis que são um fator primordial pro cumprimento dos limites
2322 estabelecidos pelo PROCONVE e pelo PROMOT, eles têm sido garantidos, a ANP
2323 apresenta sempre também questão de conformidade dos combustíveis, então a
2324 gente tem verificado que nesse programa de conformidade os níveis de não
2325 conformidade são muito baixos. Então, a gente tem visto que a qualidade dos
2326 combustíveis no Brasil está conforme o estabelecido ou até abaixo do
2327 estabelecido. Pode passar. Então, as considerações finais desse relatório, o
2328 PROCONVE e o PROMOT têm contribuído desde a sua criação para a diminuição
2329 das emissões de poluentes atmosféricos, principalmente quando a gente
2330 considera as regiões mais urbanizadas, onde temos o maior número de veículos
2331 circulado, e assim, reduzindo riscos à saúde humana e ao meio ambiente. A
2332 avaliação dos programas com indicadores de qualidade dos combustíveis
2333 possibilita constatar esse sucesso na melhoria dos combustíveis que facilitam o
2334 atendimento dos limites estabelecidos. E também que o acompanhamento por

2335 meio das reuniões da CAP e a análise dos indicadores, tem demonstrado que
2336 esses programas têm desempenho satisfatório com relação às medidas
2337 estabelecidas. E que no momento, não existe nenhuma ameaça séria à
2338 continuidade desses programas, mas isso não exclui a necessidade de
2339 continuidade dos diálogos e do acompanhamento regular na Comissão. Tendo em
2340 vista que, uma nova fase de regulação está se iniciando com esse debate das
2341 novas fases do PROCONVE e do PROMOT. Pode passar. Era isso que eu tinha
2342 para falar sobre o relatório, eu agradeço a atenção de todos, aqui deixo o meu
2343 contato que vai ficar na apresentação, caso tenham alguma dúvida ou algum
2344 questionamento, eu me coloco à disposição. Obrigado (*Palmas!*).

2345

2346

2347 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Obrigado
2348 Luiz. O próximo informe vai ser dado... A Patrícia vai fazer uma fala sobre isso,
2349 Zuleica também é sobre isso?

2350

2351

2352 **A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNT)** – Patrícia Boson, CNT. Eu
2353 só gostaria que fosse verificado no âmbito do programa, se a CNT não poderia ser
2354 convidada, como convidada participar dessas reuniões, que aí é um meio da gente
2355 entrar nesse processo, na cadeia desses processos, para que a gente também
2356 possa contribuir para que o PROCONVE seja um grande programa. Obrigado.

2357

2358

2359 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Luiz, por
2360 gentileza.

2361

2362

2363 **O SR. LUÍS (MMA)** – Com certeza é importante a participação da CNT, a gente
2364 tem uma segunda reunião anual, desse ano da CAP, prevista para outubro e a
2365 gente vai fazer o convite formal pra CNT participar.

2366

2367

2368 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado, Luiz.
2369 Acatado a solicitação da CNT, fica registrado que a CNT será convidada para a
2370 próxima reunião para tratar desse assunto. Por gentileza, a Doutora Zuleica.

2371

2372

2373 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apromac)** – Boa tarde. Eu queria perguntar como é que
2374 está indo a inspeção veicular nos Estados, que deveria ter sido feita? Até foi
2375 pedido, inclusive adiamento. Né? Deveria ter sido feita em 2012. Porque tinha um
2376 prazo até 30 de junho de 2011. Não é isso? Todos os Estados deveriam implantar
2377 o Sistema de Inspeção Veicular Ambiental. Como os Estados estão muito
2378 preocupados com a poluição atmosférica, e como é uma tarefa específica dos
2379 Estados, a competência dos Estados de fazer isso, eu gostaria de saber o que
2380 está acontecendo. Porque, eu escutei um boato de que somente o Rio de Janeiro

2381 faz a inspeção veicular hoje no Brasil. Estamos em 2018. Existe uma Resolução
2382 que deveria ter sido cumprida também. Né? É a 415? A 414. Desculpa. Então, eu
2383 queria saber assim, afinal, se PROCONVE é um instrumento importante de
2384 controle da poluição atmosférica, juntamente com as fontes fixas e os Estados não
2385 estão fazendo a inspeção veicular, então qual é a proposta dos Estados lá a CAP,
2386 o que eles dizem que lá? Que eles estão substituindo por algum outro mecanismo
2387 melhor que a inspeção veicular, existe? Eu estou muito estarecida com a
2388 preocupação dos Estados de não quererem estabelecer metas e datas para
2389 atingimento de padrões de qualidade do ar. Eu acho que eu estou entendendo agora
2390 o motivo, é porque eles não querem fazer nada. Eles não querem implementar a
2391 inspeção veicular, portanto, eles sabem que nunca alcançarão padrões melhores
2392 de qualidade do ar, portanto, é melhor não estabelecer metas nenhuma. Mas, eu
2393 ainda espero uma explicação melhor do que a minha dedução tão pessimista.
2394 Espero que eu esteja errada.

2395

2396

2397 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) –** Doutora
2398 Zuleica. Por gentileza Luís, você poderá prestar alguma informação?

2399

2400

2401 **O SR. LUÍS (MMA) –** Sobre a inspeção veicular a Resolução do CONAMA que a
2402 estabeleceu dizia que os Estados teriam que fazer os seus planos de controle de
2403 poluição veicular. E nesses planos iriam indicar a importância de realizar a
2404 inspeção veicular no seu Estado, considerando a sua realidade. Se não me
2405 engano 90, quase todos os Estados fizeram as suas PCPVs nas datas e a maioria
2406 previa a implantação dos IMs. Só que tem uma questão que os órgãos ambientais
2407 previam essa implantação do IM, mas quando chega na questão dos órgãos
2408 superiores do Estado isso acaba não indo para a frente, porque tem uma
2409 resistência política muito grande desse instrumento. Isso é o que a gente verifica
2410 conversando com os Estados. Mas, essa questão da inspeção não entra
2411 exatamente na CAP, porque o PROCONVE e o PROMOTE, eles falam dos
2412 veículos novos que vão entrar no mercado. Então, é a homologação dos veículos
2413 que ainda vão ser vendidos. Enquanto que a inspeção é um instrumento para
2414 controle dos veículos que já estão em uso, mas a gente sabe que realmente
2415 atualmente somente o Estado do Rio de Janeiro tem o programa de inspeção
2416 veicular, o município de São Paulo já fez uma inspeção veicular, mas que
2417 terminou, acho que em 2013 ou 2014, por questões de licitação que foi verificado
2418 algum problema. Não exatamente pela eficiência do programa ou qualquer outra
2419 coisa. E a gente tem conversado com os Estados ressaltando a importância da
2420 implantação desses programas, até porque estamos querendo aprovar padrões de
2421 qualidade do ar mais restritivos, mais alinhados com a metas da OMS e esse com
2422 certeza é um instrumento importante para a gente chegar lá.

2423

2424

2425 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) –** Por gentileza,
2426 nós temos mais um informe, depois assim, desse próximo informe a gente

2427 consultaria os outros membros que teriam que também usar a palavra. Nós
2428 teremos agora a Zilda com relatório de coleta de óleo lubrificante, usado e
2429 contaminado. Obrigado Doutora Zilda. Em seguida a Doutora Zuleica a
2430 APROMAC.

2431

2432

2433 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELORO (MMA)** – Obrigado a todos. Eu vou
2434 apresentar como está estabelecido no artigo 9º da Resolução 362, o relatório de
2435 cumprimento do recolhimento e destinação ambientalmente adequado dos óleos
2436 lubrificantes usados. Próximo Henrique. Então, a Resolução 362, ela obriga
2437 fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes a recolherem o óleo
2438 usado. Todo o óleo lubrificante usado ou contaminado deverá ser recolhido,
2439 coletado e ter uma destinação ambientalmente adequada, ou seja, uma
2440 destinação que é controlada pelos órgãos ambientais competentes. O produtor...
2441 Antes de mais nada, eu queria só fazer um comentário, que esse relatório o
2442 Ministério do Meio Ambiente coordena o grupo de monitoramento da Resolução,
2443 mas esse relatório foi feito em conjunto com o Ministério e o IBAMA a partir de
2444 dados da ANP. Eu esqueci de falar isso na introdução. O produtor, o artigo 33
2445 também da Lei 12322 de 2010 que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos
2446 incluiu os óleos lubrificantes como cadeia obrigatória de destinação de
2447 gerenciamento de resíduos, ou seja, objeto da logística reversa. O próximo
2448 Henrique, por favor. Então, vamos lá. As metas de recolhimentos, elas são
2449 estabelecidas por meio de uma portaria interministerial. Ministério do Meio
2450 Ambiente, Ministério de Minas e Energias. Nenhum Decreto viu Luís, você é da
2451 minha equipe, fez uma apresentação legal. Mas, é só uma brincadeirinha.

2452

2453

2454 **O SR. LUÍS (MMA)** – Zilda, se falar mais piora.

2455

2456

2457 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELORO (MMA)** – Vamos lá. Vamos lá para o que
2458 interessa. Elas são estabelecidas por metas estipuladas por meio dessa Instrução
2459 Normativa que fica em vigor por um período de 4 anos, e o Ministério tem como
2460 obrigação fazer a apresentação do relatório na segunda reunião anual, conforme a
2461 450. Depois eu vou fazer um comentário no final. Próximo. Então, estão aí as
2462 metas em vigor, o percentual mínimo de coleta, a notícia desse ano é boa,
2463 estabelecidos pela portaria interministerial 100 de 2016 a que está em vigor
2464 atualmente. A notícia boa é que se conseguiu superar as metas no ano de 2017.
2465 Então, essas são as metas em vigor, a gente vê lá de 2017, a meta Brasil é 39.20.
2466 Próximo. Isso está lá, só volta um pouquinho Henrique. Ali está sinalizado só a
2467 meta objeto desse relatório. O Brasil é um dos maiores fabricantes, é um dos
2468 maiores mercados de lubrificantes, que o seu uso não é só veicular é industrial
2469 também, é um dos maiores geradores de óleo usado, portanto, do mundo. O óleo
2470 lubrificante usado ou contaminado é um resíduo perigoso classe 1 que tem que ter
2471 destinação controlada pelos órgãos ambientais. E no caso específico dessa
2472 cadeia, todo mundo aí lembra sempre o setor de alumínio, de plástico, de papel,

2473 ele pode e deve ser a partir da recuperação pelo rerrefino, que é a preferencial,
2474 que a Resolução a elegeru como preferencial. O rerrefino é o processo que retira
2475 os seus contaminantes e coloca o óleo básico de novo disponível para a
2476 comercialização para a indústria. Isso economicamente é importante, além de
2477 ambientalmente, evita contaminação ambiental e evita também a importação de
2478 óleo básicos. Próximo, Henrique. Os dados dos recolhimentos. Então, segundo
2479 dados da NP, nós temos hoje 100 produtores, 197 importadores de óleo
2480 lubrificante acabado. O acabado, ele é o básico com mais os aditivos, que cada
2481 produtor coloca no mercado. 14 rerrefinadores e 23 coletores de óleo lubrificante
2482 usado. Foram recolhidos no Brasil em 2017, 431 milhões, 39 mil e 661 litros de
2483 óleo lubrificante usado. Infelizmente eu não vejo que não tem mais... Poucos
2484 representantes dos Estados e dos municípios da plateia, porque o sucesso disso
2485 depende muito das ações de controle e fiscalização, principalmente dos órgãos
2486 municipais de meio ambiente. É quando da licença, isso já está previsto no plano
2487 de gerenciamento de resíduos pela Lei 12305 indicar que você gera esse tipo de
2488 resíduo e ele pode ser objeto do rerrefino, e o controle dos órgãos ambientais
2489 quando da emissão da licença e quando das ações fiscalizatórias aí onde se acha
2490 esse óleo sendo destinado de maneira inadequada. Depois eu pontuo como
2491 sempre as destinações que não são permitidas pela Resolução. Então, é uma
2492 pena que sempre no final a gente coloca esse assunto e seria importante que os
2493 órgãos ambientais lembrassem que essa Resolução existe e lembrassem das
2494 ações decorrentes dela. Houve um aumento em relação a 2016 de 1.23 no volume
2495 comercializado, e houve uma melhora da coleta de 4.2% a coleta do óleo
2496 lubrificante. O percentual de coleta foi melhorado em todas as regiões do País. O
2497 próximo Henrique. Os dados de recolhimento. Gente eu não vou ler a tabela, mas
2498 eu só queria lembrar que está por região, o comercializado é a primeira coluna,
2499 em litros. A meta que seria aquele percentual da tabela da portaria interministerial
2500 100 por região. Está lá na última coluna da tabela a meta da portaria. E a
2501 penúltima coluna é aquilo que foi coletado. Então, ou seja, aquilo que eu falei
2502 consigo comprovar agora aqui pela tabela que todas as regiões tiveram uma
2503 melhora acima dos níveis de comercialização da coleta do óleo lubrificante usado
2504 ou contaminado, e ultrapassando aí os 40% de recolhimento na meta Brasil. O art.
2505 10º. É conforme eu tinha... Pode passar Henrique. Conforme eu tinha falado,
2506 essas são todas as destinações que não integram a cadeia de recolhimento da
2507 cadeia, a base de cálculo e o recolhimento para a destinação ambientalmente
2508 adequada. Então, esses usos elencados, os 10 usos elencados na Resolução,
2509 que não entram na base de cálculo da quantidade de óleo lubrificante usados ou
2510 contaminados a ser coletado. Também fazendo um parêntese aqui essas
2511 informações depois são objeto de verificação de controle e fiscalização por parte
2512 da ANP e do IBAMA, que tem feito sistematicamente ações fiscalizatórias no País.
2513 Como existe um compartilhamento de competências em relação ao controle dos
2514 estabelecimentos que comercializam o óleo lubrificante que é feito pelo ANP e o
2515 controle efetivo de cumprimento da Resolução que é feito pelo IBAMA e pelos
2516 órgãos ambientais competentes, normalmente decorrem dessa finalização do
2517 relatório ações fiscalizatórias. Próximo Henrique, por gentileza. Essa tabela mostra
2518 o corporativo entre 2015 e 2016 do acréscimo por região. A única região que teve

2519 a sua comercialização reduzida foi a região Norte, todas as outras regiões
2520 geográficas brasileiras observaram um aumento percentual de comercialização, e
2521 o de recolhimento eu tratei na tabela anterior. Então, no Brasil se comercializou
2522 1.23% a mais do óleo lubrificante e se recolheu 4.20% a mais. O próximo
2523 Henrique. Então, a gente observa que em todas as regiões foi aumentado o
2524 volume total de coleta, a região Sudeste foi a que mais cresceu quanto a coleta, e
2525 é também a que representa quase 50% do valor comercializado no País como um
2526 todo, dá 49 e alguma coisa. Vocês vão ver o relatório, essa daí é só Power Point,
2527 o relatório completo está na pauta da reunião e está no site do CONAMA. Aqui foi
2528 observado somente na região Norte, e aqui a informação de que o setor está
2529 discutindo junto com todos os envolvidos nessa cadeia a adequação da
2530 Resolução, a Lei 12305 que promulga no Brasil em 2010 a Política Nacional de
2531 Resíduos Sólidos. O setor vem discutindo uma proposta de acordo setorial de
2532 óleos lubrificantes. Ainda em negociação. Ainda não entrou nem em consulta
2533 pública, nem em discussões maiores que deverão ocorrer, e vão ser reportadas
2534 periodicamente a esse Conselho. Então, aí a série histórica da evolução da coleta
2535 de OLUC. Há uma baixa aí gradual no comercializado pela crise econômica.
2536 Certamente é isso que o setor sempre nos informa, mas a queda da
2537 comercialização, ela vem acompanhada por um crescimento gradual do
2538 recolhimento do óleo lubrificante. O próximo. Aí gente apresenta essa
2539 representatividade da coleta pelas regiões, pelo gráfico ali colorido, Norte,
2540 Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, o amarelo ali, o laranja no meio é a região
2541 Sudeste, é a que fica mais... As que concentram maior número tanto de
2542 comercialização quanto de recolhimento do óleo lubrificante usado. Próximo. Bom,
2543 grupo de monitoramento permanente, é o grupo que é coordenado pelo Ministério
2544 do Meio Ambiente, do qual fazem parte além do Governo Federal, o IBAMA, já fez
2545 parte o Ministério das Cidades, mas não manifestou interesse na continuidade.
2546 Hoje pelo Governo Federal o IBAMA, a MP, o Ministério do Meio Ambiente e
2547 MMA, APROMAC pela sociedade civil, a Zuleica vai apresentar um relatório da
2548 APROMAC sobre esse assunto na sequência. SINDLUB, SINDREFINO,
2549 SINDCOM. O SINDCOM hoje plural. Né? Ele hoje mudou as suas atribuições para
2550 uma outra entidade. SIMIPETRO, e os representantes de ANAMMA e a ABEMA.
2551 Uma grande evolução que se observou no tratamento... Mais um comentário, pela
2552 Resolução no CONAMA, nós temos, a exemplo do que o Luís também falou em
2553 relação a CAP, nós temos uma previsão de 4 reuniões anuais. Nós não temos
2554 tido, nós até avaliamos internamente a possibilidade de mudar a Resolução. Mas
2555 eu gostaria aqui de público externar que o Ministério do Meio Ambiente tem tido
2556 dificuldade de promover essas 4 reuniões ambientais, quer seja pela sua agente
2557 em relação a outras cadeias de logística reversa, quer seja, inclusive pelas
2558 dificuldades financeiras, já que ao coordenar esse grupo o Ministério do Meio
2559 Ambiente financia a participação da sociedade civil, da ANAMMA e da ABEMA.
2560 Então, nós temos tido bastante dificuldades de manter aquilo que está previsto na
2561 Resolução. Também hoje eu estou à frente do departamento que era... No
2562 passado eram dois departamentos robustos dentro do Ministério era o
2563 Departamento de Resíduos Sólidos e o de Ambiente Urbano, mas tratava
2564 basicamente de resíduos sólidos e o Departamento de Qualidade Ambiental na

2565 Indústria com uma estrutura enxuta e um orçamento um pouco mais enxuto
2566 também. Então, a gente tem essa dificuldade, mas não quer dizer que o Ministério
2567 tenha se desinteressado ou não tenha colocado a devida importância nesse
2568 assunto. Uma grande evolução desse tema foi de parte da ANP a implantação do
2569 Sistema de Informações sobre Movimentação de Produtos. Com isso a ANP
2570 mudou a maneira de cobrança de declaração das empresas em relação a vários
2571 temas e, inclusive o óleo lubrificante, e com isso se consegue auditar melhor os
2572 dados de... Em qualquer cadeia de produto, principalmente esses produtos
2573 sujeitos a logística reversa, em que se avalia o ciclo de vida de produto, e essa
2574 sempre foi uma indagação. O Gilberto depois vai falar sobre o pneu, mas a
2575 gente... Trabalhei no IBAMA durante anos na ajuda a construção desses sistemas.
2576 É a gente avaliar se aquilo que é gerado, ele vai para onde e em que quantidade,
2577 para ver se não há perda no caminho. Essa é a ação fiscalizatória, ou seja, eu
2578 gero em uma planta ou eu coleto a partir do descarte de diversos consumidores
2579 determinado tipo de produto que para mim passa a ser um resíduo na hora do
2580 descarte, é o monitoramento. Então, é isso que o SINPE hoje tenta fazer, é um
2581 rastreamento da informação, e com isso você consegue mapear se o que está
2582 sendo gerado está sendo absorvido para tratamento e destinação final
2583 ambientalmente adequado. Esse é um dos grandes desafios que nós temos no
2584 Sistema de Informação. Então, o sistema do SINPE, ele é obrigatório desde 2016,
2585 ele tem evitado a geração de papel, ou seja, eu coloco que eu gero tanto, muito
2586 mais ou em menos do que aquilo efetivamente eu gero. Próximo. Aí tem um dado
2587 também muito importante que nos foi fornecido pelo IBAMA. O IBAMA junto com
2588 os órgãos ambientais locais e a ANP autuou em 2017 64 empresas fabricantes e
2589 importadoras de óleo lubrificante que não atingiram os percentuais da coleta.
2590 Então, a cobrança é feito também individualmente pelas empresas. O Ministério
2591 do Meio Ambiente divulga que os dados de consolidação nacional que são da
2592 portaria, mas a responsabilidade objetiva para o CNPJ é também alvo de ações de
2593 controle e fiscalização, e essas empresas são autuadas. O valor das multas fica
2594 em torno o 16 milhões de reais. Próximo. O próximo é só o meu contato para
2595 aqueles que ainda não tem, não botei o meu e-mail, mas como Conselheiros aí
2596 vocês têm o meu contato pelo site do Conselho. Obrigada senhor presidente, eu
2597 queria só fazer um aparte aqui Deusdará antes de terminar que eu quase bati
2598 palmas para você, quando você falou do objetivo desse Conselho. Quer dizer, a
2599 gente acompanha os trabalhos do CONAMA mesmo antes de ser Conselheiro
2600 como analista ambiental que somos, eu acho que a sua fala sobre a Plenária,
2601 sobre o poder que a Plenária tem quanto a deliberação de Resoluções, e é uma
2602 coisa que tem que ser preservada é esse debate que a gente tem aqui a cada
2603 reunião, essa troca de informações e essa decisão em conjunto. Eu compartilho
2604 contigo, porque eu concordo em plenitude com a sua fala sobre a importância que
2605 nós temos nas deliberações dessa Plenária. Obrigada.

2606
2607

2608 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) –** Obrigada Zilda.
2609 (Palmas. Obrigada também senhores Conselheiros. Eu queria só dar um informe
2610 do FMMA que está pedindo especialmente para os representantes de ONGs

2611 ambientalistas no Conselho Deliberativo do Fundo que são cinco representantes
2612 um por região e está em curso o processo eleitoral. E todas as informações estão
2613 no site do FMMA, os interessados deverão preencher um formulário eletrônico até
2614 20 de setembro. Um informe para registrar em ata, mas para que a Zuleica, a
2615 Lisiane, o Mourão, as pessoas que estão aqui de ONGs tenham conhecimento,
2616 reformem o conhecimento que está em curso o processo eleitoral para o Conselho
2617 Deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente. Doutora Zuleica, por gentileza.
2618

2619

2620 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apromac)** – Bom, eu agradeço o relatório do Ministério
2621 do Meio Ambiente, porque a APROMAC, ela foi, na verdade, autora do substitutivo
2622 que deu mais robustez a antiga 09, e nós na época, eu não sei se isso foi inédito,
2623 mas a APROMAC propôs nesse substitutivo a criação de um grupo de
2624 monitoramento da implementação da Resolução. Porque uma das maiores
2625 dificuldades nossa, como cidadãos, é ter acesso aos dados indicativos e
2626 indicadores, e mesmo até as tomadas de decisão no processo de implementação
2627 de uma Resolução do CONAMA. Talvez não seja tão importante em algumas
2628 áreas do meio ambiente, mas no caso da agenda marrom, é extremamente
2629 importante que a gente possa medir o que o Governo está fazendo, o que as
2630 agentes da cadeia que foram regulados, como que eles estão agindo em prol da
2631 proteção ambiental que era o objetivo maior da Resolução. Então, diante disso, a
2632 criação do grupo de monitoramento foi extremamente importante para essa
2633 Resolução, e eu chamo a atenção dos senhores que no nosso relatório que eu
2634 não vou fazer nenhuma apresentação, é um relatório longo, ele precisa ser lido
2635 nas partes que interessam, porque ele é bastante técnico. Mas, na página 21
2636 constam as várias atividades do GMP quando ele se reunia de fato nos primeiros
2637 anos após a publicação da 362/20065. As atividades foram muito importantes para
2638 implementação, para que o MMA estivesse hoje podendo, inclusive fazer esse
2639 relatório, com esses números interessantes, porque graças ao GMP, Grupo de
2640 Monitoramento Permanente da Implementação da Resolução 362, foram feitas
2641 muitas oficinas envolvendo os órgãos estaduais e municipais, ensinando de certa
2642 forma, orientando sobre como implementar essa Resolução, que não é nada fácil,
2643 interagindo com todas as instâncias responsáveis, as autorizados, a ANP, o
2644 Ministério do Meio Ambiente, IBAMA. Então, se não fosse o grupo de
2645 monitoramento não teria sido possível, você colocar em prática aquelas exigências
2646 como, por exemplo, que todo o óleo fosse para o rerrefino. Porque todo óleo deve
2647 ir para o rerrefino? É simplesmente porque o rerrefino é a única tecnologia hoje
2648 existente no planeta que recupera o óleo lubrificante básico de volta desse resíduo
2649 e coloca ele de volta no mercado. É a melhor expressão da economia circular, não
2650 tóxica, que nós já tínhamos em 2005 e que só hoje estamos falando. Né? Na
2651 Europa está muito famoso esse tema, a economia circular. A 362, ela foi assim,
2652 como dizer, avançada no seu tempo, no sentido de que ela é anterior a Política
2653 Nacional, inclusive, de Resíduos Sólidos, que estabelece que isso tem que ser
2654 feito de uma maneira correta e também mandatória. Diferentes dos acordos
2655 setoriais a Resolução, ela é muito superior nesse sentido. Né? Porque ela é
2656 mandatória para todos no território nacional. Pois bem, então eu sugiro que os

2657 senhores leiam a importância do GMP lá na página 21 do nosso relatório. Dizer
2658 também que o SINPE, que é um sistema excelente que a ANP desenvolveu foi
2659 fruto da pressão também da gente, da ONG. A única ONG nesse grupo, que é um
2660 grupo que não custa muito caro para o Governo. Diferente do que pode dizer,
2661 talvez a Doutora Zilda tem as suas razões, mas eu acho que pagar três passagens
2662 de avião, uma até de ônibus. Né? Porque a representante da ANAMMA era de
2663 Goiás, de Goiânia. Eu não entendo como é que o Estado brasileiro não consegue
2664 pagar três passagens quatro vezes ao ano, talvez uma diária para cada um,
2665 talvez. Né? 300 reais, 400 reais, para acompanhar uma logística reversa de
2666 tamanha importância econômica para o País. Porque esse óleo volta para a
2667 cadeia, é um dinheiro a menos, é muito menos do que o Brasil precisa comprar
2668 esse óleo. Não precisa mais comprar esse óleo, porque nós podemos recuperar
2669 esse óleo. Quer dizer, eu não entendo a política pública que está sendo feita no
2670 Brasil hoje para resíduos perigosos. Não entendo mesmo. Então, finalmente eu
2671 vou dizer o que deveria ter dito no começo, esse relatório foi feito pela APROMAC
2672 em resposta a um pedido, a uma solicitação da convenção da Basiléia que o Brasil
2673 é parte, e esse pedido foi feito para as partes e todos os interessados. A
2674 APROMAC não é parte, que parte são os países, são os governos, no caso o
2675 Ministério do Meio Ambiente ou o IBAMA. O IBAMA é que deveria ter feito esse
2676 relatório para a convenção da Basiléia, que provavelmente está trabalhando na
2677 produção de algum instrumento, algum guia para a gestão em outros países,
2678 porque o Brasil é avançadíssimo nesse ponto. Né? O Brasil é um dos poucos
2679 países do mundo que tem essa experiência muito boa e muito interessante, que
2680 gera empregos, economiza divisas e faz uma gestão de um resíduo perigoso e,
2681 inclusive, proíbe a incineração do óleo que é muito valioso para queimar. Né? O
2682 óleo lubrificante não é combustível, não é classificado como combatível. Mas, está
2683 havendo muito desvio no Brasil, falta de fiscalização e o trabalho do GMP foi
2684 justamente conscientizar aos órgãos ambientais. Como existe muita rotatividade
2685 nos órgãos ambientais ultimamente, seja em nível estadual, seja em nível
2686 municipal, o GMP deveria estar junto com o Ministério do Meio Ambiente fazendo
2687 constantemente essas oficinas, participando das reuniões da ANAMMA,
2688 participando das reuniões da ABEMA, com painéis próprios, trazendo sempre para
2689 os novos dirigentes essa informação. E o que a gente está vendo é isso se perder
2690 por falta de uma política do Ministério do Meio Ambiente de implementar essas
2691 Resoluções por meio desses grupos e de dá suporte a esses grupos para que
2692 possam implementar. Então, nós temos um grupo criado para Resolução 375 de
2693 2006 de lodo de esgotos na agricultura, que também envolve companhias e
2694 saneamento, uma série de atores importantes desse processo que o grupo nunca
2695 foi chamado. Nunca foi chamado para se reunir. Então, a questão é: se o
2696 Ministério do Meio Ambiente entende que são importantes esses grupos para
2697 monitorar os resultados das resoluções, que precisam de indicadores até para a
2698 construção de novas políticas e até para corrigir erros de rumo, inclusive para
2699 fazer revisão de resoluções. Eu não posso fazer uma revisão de uma Resolução
2700 se eu não tenho dados de como que ela foi implementada até agora. Eu tenho que
2701 me basear no que foi feito e no que não foi feito, que é o custo do não fazer para
2702 poder revisar Resolução. Então, a gente está, por exemplo, agora revisando a

2703 Resolução 375 de 2006 com uma proposta da ABES. Né? Em que nós não temos
2704 dados nenhum para revisar essa Resolução. Tudo que nós temos é uma
2705 reclamação das empresas de saneamento de que não conseguem implementar,
2706 executar a Resolução porque é muito difícil. Mas, aí a gente vê que não tem
2707 dados, que não tem houve nenhum esforço da parte dos Estados e das empresas.
2708 Para cumprirem a Resolução, e eles não trouxeram dados para nós. Se eles
2709 dizem que eles estavam... Os que estavam tentando cumprir, por exemplo, a
2710 SANEPAR, cadê os dados? Daí os dados não aparecem. Então, que se vê é uma
2711 proposta que pretende realmente criar um retrocesso ambiental. Eu já falei isso na
2712 primeira reunião da Câmara Técnica. A proposta é: tirar todos os comandos
2713 ambientais. Bom, eu estou falando aqui de grupos que deveriam acompanhar a
2714 implementação. Se eles não são uma política do CONAMA junto com o Ministério
2715 do Meio Ambiente, quer dizer, como é que nós vamos botar em prática isso aqui?
2716 Né? A gente gastou tanto dinheiro para produzir uma Resolução razoavelmente
2717 boa, do ponto de vista técnico, e aí ela fica lá escondida, aí em um belo dia chega
2718 alguém e diz, “ah, ela está muito boa, temos que piorar ela para a gente poder
2719 dizer que está fazendo”. Entendeu? Eu acho isso muito triste. Né? Porque a gente
2720 luta muito por... E de forma voluntário, como disse hoje o Ministro, porque a gente
2721 acredita que é possível, que nós podemos mudar o Brasil para melhor, mas o que
2722 a gente vê é uma falta de vontade política. Então, eu quero deixar registrado isso,
2723 a gente contribuiu para a convenção da Basiléia, mostrando o trabalho do Brasil,
2724 com muito orgulho, está espelhado isso no nosso relatório, é com muito orgulho
2725 que a gente passa esses dados. Por quê? Porque a gente faz parte do grupo de
2726 monitoramento, e teve acesso, então há muita informação, acesso aos agentes. É
2727 né? Uma convivência que permitiu que a gente amadurecesse e se apaixonasse,
2728 inclusive, cada vez mais por esse tema do óleo lubrificante. Né? Obrigada.

2729

2730

2731 **SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (CONAMA)** - Obrigado Zuleica. (Palmas).
2732 Da APROMAC, os seus registros serão feitos e serão divulgados na maior
2733 amplitude possível. Agora nós temos aí o Gilberto, para falar de pneus e servidos,
2734 finalizando com a Lara o informe sobre os incêndios florestais.

2735

2736

2737 **O SR. GILBERTO WERNECK DE CAPISTRANO FILHO (IBAMA)** – Boa tarde a
2738 todos obrigado aos Conselheiros participantes que estão aqui até esse momento
2739 para ver a apresentação, em respeito ao horário avançado farei uma breve
2740 apresentação. Eu tenho certeza de que esse tema já está consolidado no
2741 Conselho Nacional de Meio Ambiente, e os relatórios de destinação de
2742 pneumáticos têm conhecimento... O endereço além de ficar disponível no site do
2743 CONAMA, ele já está publicado no site do IBAMA. Eu gostaria então, de falar um
2744 pouco do que foi o cumprimento da Resolução 416 no ano de 2017. Próximo, por
2745 favor. O mercado de reposição, que é o mercado que contabiliza a quantidade de
2746 pneus colocados no mercado, descontados aqueles que são exportados ou que
2747 equipam carros novos, o quantitativo em toneladas, declaradas pelo fabricante
2748 importadores são esses, que os senhores estão vendo 60 mil toneladas, 60

2749 milhões de unidades, 839 milhões em toneladas. Próximo slide, por favor. Desse
2750 percentual a responsabilidade para a destinação 27% do total dos pneus são de
2751 responsabilidade de destinação de importadores, 73% dos fabricantes nacionais.
2752 Próximo, por favor. Em resumo, o quadro mais importante, dos fabricantes, 73%
2753 da meta cumpriram 101,78% da meta, ou seja, um pouco a mais do que eles são
2754 obrigados, e os importadores atingiram historicamente aí, uma meta bastante
2755 elevada de 92,75%. Próximo, por favor. Em média o Brasil chegou a 99,55% de
2756 destinação de meta cumprida dos pneus. Isso é histórico. Próximo, por favor.
2757 Série histórica, os fabricantes, eles têm essa... Destinado sempre acima da sua
2758 média. No ano de 2017 não foi diferente, e o destaque ficou também para os
2759 importadores. Se em 2016 os importadores que estavam em 83,64% de pneus
2760 destinados em 2017 chegaram a 92,75%, muito provavelmente pela organização
2761 dos trabalhos de destinação ao redor de uma nova associação, e também
2762 contribuiu para esse aumento da meta, obviamente as ações de fiscalização, e
2763 impugnação das importações, a suspensão de importações de agentes, que
2764 estavam contumazes, desrespeitando as metas de destinação. Então, em 2017
2765 chegou-se aí a 92% a obrigação de destinação dos importadores. Próximo, por
2766 favor. Média histórica, saímos então, do patamar de 96,66% em 2016 para
2767 99,55% de atendimento, a meta prevista no CONAMA. Próximo slide. A
2768 destinação ficou à cargo dessas principais três tecnologias, coprocessamento
2769 granulação e laminação. O coprocessamento teve um decréscimo bastante
2770 acentuado no ano de 2017 com mais o aumento da granulação quase 10%. Então,
2771 uma coisa compensou a outra. Próximo slide, por favor. A gente sempre coloca
2772 auxiliar ao relatório de cumprimento da Resolução, o relatório de ponto de coleta.
2773 Né? Esse é o número de distribuição dos pontos de coletas hoje no Brasil por
2774 região. Então, esses números, localização, endereço, eles estão disponíveis no
2775 site do IBAMA e do CONAMA também para consulta dos senhores Conselheiros.
2776 A gente tem ações de fiscalização também nas declarações dessas informações
2777 pelos fabricantes e importadores dois pontos de coleta, e os Estados, o próprio
2778 Ministério Público, volta e meia estão fazendo diligências para verificarem a
2779 existência desses pontos de coleta nos endereços informados, e em caso de
2780 descumprimento, além de eles poderem... Se forem autoridades poderem acionar
2781 com fiscalização, também comunica ao IBAMA. O IBAMA notifica. Em havendo
2782 descumprimento da notificação é encaminhado para a área de fiscalização. Então,
2783 esses endereços em declarados ao IBAMA, eles são verificáveis, os dados são
2784 fiscalizáveis também. Obrigado (Palmas).

2785

2786

2787 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Gilberto,
2788 agradecemos a tua explanação e chamamos a Lara Larestil para falar sobre a
2789 sétima Conferência Internacional sobre Incêndios Florestais. A Lara é do PREV-
2790 FOGO aqui do IBAMA.

2791

2792

2793 **A SRA. LARA LARESTIL (IBAMA)** – Boa tarde a todos e a todos. Eu gostaria de
2794 agradecer ao CONAMA pela oportunidade de estar aqui e compartilhar com vocês

2795 as informações da sétima Conferência Internacional sobre Incêndios Florestais,
2796 que a gente chama de wildfire, que está sendo organizada pelo Brasil, e que a
2797 acontece no ano que vem. O próximo, por favor. Bom, como é que essa
2798 conferência vem parar no Brasil? O Brasil, dependendo de região de onde cada
2799 um de vocês vêm, vocês têm maior ou menor contato com a questão dos
2800 incêndios florestais. Né? Mas, os incêndios florestais no Brasil, eles são uma
2801 questão importante, a gente tem muitos problemas por causa de incêndios
2802 florestais, e nos últimos anos a gente tem na medida do possível feito um bom
2803 trabalho, e isso tem ganhado destaque internacional. Seja pela abordagem que a
2804 gente tem tomado em relação aos incêndios florestais, seja pelo incremento da
2805 capacidade que a gente vem conseguindo no País para tratar com a questão dos
2806 incêndios florestais. Muito longe do ideal, obviamente, mas a gente está
2807 caminhando, digamos assim, em uma boa direção. Então, devido a esse papel de
2808 destaque que a gente vem tendo como um país em desenvolvimento frente a
2809 países desenvolvidos que têm grandes problemas como os Estados Unidos,
2810 Austrália e que tem uma força e tem recursos para a questão dos incêndios
2811 florestais imensa, a gente também tem tido destaque nesse mundo de combate
2812 com aviões para um trabalho que a gente tem feito aqui no Brasil e com destaque
2813 para o que a gente chama de manejo integrado do fogo. Que é uma abordagem
2814 da questão do fogo, olhando para esse fogo com uma visão holística, entendendo
2815 qual é o papel desse fogo dentro de cada um dos ecossistemas. Porque existem
2816 ecossistemas onde o fogo é bom, aonde ele tem um papel ali dentro, por mais que
2817 isso inicialmente nos cause um certo espanto, mas sim existem, como aqui onde a
2818 gente está, que é cerrado, o fogo tem um papel ecológico importante, e a gente
2819 vem entendendo isso, e amadurecendo isso em termos de País, e ganhando esse
2820 destaque internacional. Devido a isso e a nossa participação na Rede Mundial de
2821 Incêndios Florestais, e também na Rede Sul Americano de Incêndios Florestais,
2822 aonde o Brasil é a secretária executiva, a gente foi convidado ou nos consultaram
2823 sobre a ideia de trazer a próxima conferência internacional para o Brasil, isso
2824 aconteceu em 2015 e foi feita uma gestão junto ao Ministério de Meio Ambiente
2825 naquele momento, e a gente fez o anuncio da conferência, que ela viria para a o
2826 Brasil. E qual é o grande destaque dessa conferência no Brasil? Diferente de
2827 outras conferências, existem centenas de conferências que tratam de incêndios
2828 florestais acontecendo o tempo inteiro. O que eu vejo, o que nós vemos como
2829 diferencial dessa conferência, é que ela não é uma conferência estritamente,
2830 especificamente científica aonde a gente vai ter acadêmicos com apresentação de
2831 trabalhos que são extremamente importantes, isso também acontece, mas mais
2832 do que isso, ela é uma conferência que congrega desde o cientista que faz um
2833 trabalho de pesquisa dentro da universidade ou outras instituições, até o nosso
2834 combatente que está na frente de fogo, que vai lá para combater o fogo, para
2835 fazer um trabalho que é extremamente pesado. E essas pessoas também têm a
2836 oportunidades de dentro da wildfire apresentar os seus trabalhos, apresentarem
2837 as suas lições apreendidas, apresentarem aquilo que estão fazendo. Então, esse
2838 é um grande diferencial, a gente vai desde o combatente até o pesquisador,
2839 passando por gestores, por formuladores de políticas. Então, esse é o grande
2840 diferencial dessa conferência, ela congrega os mais diversos atores dentro da

2841 questão dos incêndios florestais. Então, a conferência é um momento de troca de
2842 experiências, informações e lições aprendidas entre todas essas pessoas. O
2843 próximo, por favor. Aqui são algumas fotos de conferências anteriores. Né? E o
2844 que acontece nessas conferências, a gente tem o momento, enfim, de sessões
2845 Plenárias, onde a gente traz grandes pesquisadores, grandes nomes para falarem
2846 dos temas. A gente tem uma feira de empresas que mostram os seus produtos
2847 para a questão dos incêndios florestais, a gente tem um momento de atividades
2848 de campo também durante essa conferência, e a gente tem momentos de
2849 descontração, aonde as pessoas podem trocar informações e compartilhar lições
2850 aprendidas de uma forma um pouco mais, digamos assim, informal. O próximo,
2851 por favor. Nesse slide vocês podem ver uma sequência das conferências que
2852 aconteceram anteriormente, ela começou em 1989 nos Estados Unidos, em
2853 Boston, foi a primeira conferência, depois ela acontece no Canadá, depois ela vai
2854 Austrália. E a partir da Austrália, ela passa a ter uma raridade de 4 anos. Então,
2855 depois da Austrália foi para Espanha, depois da Espanha foi para África do Sul.
2856 África do Sul, Coreia do Sul, e a próxima aqui no Brasil no ano que vem. O que a
2857 gente pode já notar daí? Né? Essa conferência, ela percorreu o mundo, começou
2858 nos Estados Unidos, foi para a Europa, foi para a Austrália, foi para o continente
2859 africano, e vai ser a primeira vez em que ela acontece na América do Sul, e mais
2860 especificamente na América Latina. Além disso, a gente está trabalhando na
2861 programação e uma das sessões Plenárias vai se chamar wildfire plus 30, porque
2862 o ano que vem vão ser 30 anos desde a primeira conferência que foi em 1989 a
2863 primeira. O próximo, por favor. Como eu comentei, o anúncio de que essa
2864 conferência viria para o Brasil, ela foi feita em 2015, quando foi a conferência na
2865 Coreia do Sul, a gente teve uma fala do então, secretário de mudanças climáticas
2866 do meio ambiente, anunciando essa conferência por meio de um vídeo, ele não
2867 estava lá fisicamente, mas ele gravou um vídeo e encaminhou que a gente passou
2868 na sessão de encerramento da conferência. O próximo, por favor. Naquele
2869 momento também tinha algumas pessoas, alguns representantes do Brasil. Então,
2870 o PREV-FOGO estava lá representado, o Ministério de Meio Ambiente, que estão
2871 ali naquela foto a esquerda em cima, o ICMBio e o INPI, e fomos nós que fizemos
2872 presencialmente lá o anúncio da conferência vindo para cá. O próximo, por favor.
2873 Então, como eu comentei, é a primeira vez que ela vem para a América Latina, e
2874 ela vem para cá, como eu tinha comentado anteriormente, como um
2875 reconhecimento do trabalho que ainda há muito por fazer, mas que a gente vem
2876 avançando de um passinho atrás do outro, mas a gente tem avançado e isso tem
2877 sido reconhecido. E especificamente a questão da abordagem de manejo
2878 integrado do fogo nas áreas protegidas brasileiras têm tido bastante destaque, e a
2879 gente tem conseguido resultados iniciais bastante interessantes, que também
2880 fizeram com que a comunidade internacional dos incêndios florestais se voltasse
2881 para o Brasil como um grande e potencial candidato para sediar a conferência
2882 pelas experiências que a gente tem aqui. E a conferência como as outras, ela
2883 representa um momento importante para a troca de experiências, troca de lições
2884 aprendidas, e como cada País, cada região está lidando com a questão, e o que a
2885 gente pode pegar de uma outra região e trazer para a nossa, o que a gente pode
2886 ofertar da nossa região para uma outra região, pra a gente tentar minimizar o

2887 problema os incêndios florestais, que é um problema mundial, não é só um
2888 problema do Brasil. Então, a sétima wildfire, o título dela, o tema principal dela é
2889 frente à frente com o fogo em um mundo em mudanças, redução da vulnerabilidade
2890 dos ecossistemas e das populações por meio do manejo integrado do fogo. Como
2891 temas principais, como tema principal, o que a gente vai trabalhar aí mais
2892 especificamente como subtemas é o papel da sociedade no manejo integrado do
2893 fogo, e aí a gente está incluindo, qual é o papel das populações tradicionais, qual
2894 é o papel dos indígenas que lidam com o fogo há muito tempo, qual é o papel das
2895 mulheres dentro de questão do manejo integrado do fogo. A gente vai trabalhar
2896 ainda também a questão de conceitos do manejo integrado do fogo, como uma
2897 forma de promoção de ambiente com resiliência, qual é a contribuição do manejo
2898 integrado do fogo para mitigar impactos secundários, por exemplo, aqueles sobre
2899 os recursos hídricos, que os incêndios têm um impacto secundário, mas tem um
2900 impacto. Como é que a gente pode trabalhar a questão do fogo para minimizar
2901 esse tipo de coisa? Minimizar problemas com segurança alimentar? Quais são os
2902 avanços tecnológicos para a prevenção e o combate dos incêndios e o manejo
2903 integrado do fogo como um elemento chave para as políticas do manejo do fogo.
2904 E nesse ponto eu queria novamente dizer algo que está sendo muito bem visto
2905 pela Comunidade Internacional de Incêndios Florestais em relação ao Brasil, o
2906 Deusdará deve se lembrar disso, mas a gente está em um processo de discussão
2907 da política nacional de manejo integrado do fogo. Quando o Deusdará estava na
2908 SECEX ainda, a gente estava nessa discussão. Essa discussão ainda permanece,
2909 esse documento no momento está na Casa Civil. Ele já saiu do rol de Ministério de
2910 Meio Ambiente e está na Casa Civil. Então, a gente está nesse processo, em
2911 algum momento daqui para a frente a gente vai ter esse Projeto de Lei. É um
2912 Projeto de Lei encaminhado para o Congresso. Então, a gente também está
2913 avançando, não só nas nossas estratégias e práticas como também no nosso
2914 arcabouço legal em relação a questão do manejo integrado do fogo. O próximo,
2915 por favor. Então, o que a gente espera com essa conferência, né, e qual é a
2916 importância ideal além de tudo isso que eu comentei? Então, é um aprimoramento
2917 da gestão de conhecimento sobre o papel do fogo e de seus impactos mundiais.
2918 Como é que o fogo se encaixa nas mudanças climáticas? Que existe uma
2919 relação aí a retroalimentação entre mudança climática e incêndio florestal.
2920 Também contribuir para o alcance das ODS em especial o objetivo 13 que trata da
2921 ação contra a mudança global do clima, o 15 que trata da vida terrestre, o 6 que
2922 trata de água potável e saneamento, e o 5 com a questão da igualdade de gênero.
2923 Além disso, se pretende durante a realização da conferência, que eu acho que eu
2924 esqueci de mencionar, ela acontece do dia 28 de outubro do ano que vem ou o dia
2925 1º de novembro. Estava no primeiro slide, mas eu não falei. É que naquele
2926 momento a gente possa então, fazer a formalização de acordos internacionais de
2927 cooperação mútua para atendimento a desastres e para a troca de experiências
2928 na gestão do manejo integrado do fogo. E além disso, a gente pretende também
2929 contribuir com a questão do pacto federativo, visando o fortalecimento das ações
2930 em rede, porque cada dia mais e mais a gente entende que a questão dos
2931 incêndios florestais e a questão ambiental como um todo, ela tem que ser tratada
2932 em rede, ela tem que ser tratada em cooperação, e os incêndios florestais estão

2933 dentro disso. Então, que a gente possa fortalecer essas atuações em rede para
2934 que a gente possa ter resultados mais efetivos com a questão os incêndios
2935 florestais. Então, essas são as nossas pretensões com a realização da
2936 conferência aqui. O próximo, por favor. Então, a gente tem nesse momento uma
2937 Comissão de Organização montada por meio de uma portaria do Ministério de
2938 Meio Ambiente, fazem parte dessa Comissão o Ministério de Meio Ambiente, por
2939 meio do DFCD, o Departamento de Florestas e Combate ao Desmatamento, o
2940 ICMBio, o INPI, o IBAMA, por meio do PREV-FOGO, e o PREV-FOGO é o
2941 coordenador da Comissão. Foi convidado também a CEAL para participar dessa
2942 Comissão. A CEAL é a Comissão de Empresários da América Latina, isso por
2943 conta da feira. Como tem uma feira de empresas, então a gente os convidou, para
2944 que a gente possa articular melhor a parte da feira. E a conferência vai acontecer
2945 em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, então a gente tem as instituições do
2946 Estado envolvidas, a SEMAGRO, a gente tem a Universidade do Mato Grosso do
2947 Sul, também envolvida, a INFRAERO também é parceira da gente por conta da
2948 questão da feira, já que vem equipamentos de fora que precisam ser importados,
2949 então, eles também estão parceiros da gente. O próximo, por favor. A gente tem
2950 essa conferência, ela acontece não só no Brasil, mas em todas as suas versões
2951 sob os auspícios da ONU por meio do seu grupo de redução do grupo de redução
2952 de risco de desastres, e várias instituições também apoiam essa conferência.
2953 Existe um Comitê Internacional que é formado por aquelas instituições que estão
2954 ali. Então, é AISDAR que é esse grupo de redução de risco de desastres das
2955 nações unidas, o serviço florestal americano, o serviço florestal canadense, o
2956 serviço florestal australiano, o Globofire monitori in center que é onde está a Rede
2957 Mundial de Incêndios Florestais, a FAO, a ETTO, são todos membros desse
2958 Comitê Internacional, com quem a gente dialoga para fazer a organização da
2959 conferência. O próximo, por favor. Em que pé que a gente está dessa
2960 organização? Então, a gente tem essa Comissão instituída por portaria, a
2961 Comissão Nacional, a gente definiu os temas e subtemas, a escolha do local e as
2962 tratativas com o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, elas estão todos
2963 feitas, a gente está agora vendo como a gente melhora lá o centro do convenção
2964 para ter um espaço para a realização da conferência, a gente está no processo de
2965 estruturação da subcomissão local no Estado do Mato Grosso do Sul. E a gente
2966 está em um processo de chamamento público para a contratação de uma
2967 instituição sem fins lucrativos, seja fundação, ONG ou OSCIP, que vai fazer o
2968 trabalho de captação de recursos, de patrocínio e a venda dos stands para a feira.
2969 Então, essa instituição, ela vai ser responsável por captar esses recursos e aplicar
2970 os recursos na realização da conferência. E a gente tem agora uma reunião em
2971 outubro agendada com o Comitê Internacional para mostrar para eles em que pé a
2972 gente está, o que ainda falta fazer, e como é que a gente vai caminhar nisso. E
2973 agora vem o último slide, que são pedidos para o CONAMA, que são muito
2974 simples. Né? A gente gostaria de contar com o CONAMA no sentido da divulgação
2975 da conferência por meio da rede de contatos do CONAMA. E aí acredito que por
2976 meio do departamento do apoio do CONAMA, a gente possa fazer isso com
2977 facilidade. E para avaliação da mesa de presidência e os senhores Conselheiros
2978 de se pensar em uma moção de apoio a conferência que poderia ser apresentada

2979 na próxima reunião, já que tem aquela questão dos 8 dias para apresentação da
2980 moção. O que a gente pretende com isso? É, enfim, que deixe de ser o evento do
2981 PREV-FOGO/IBAMA para passar de fato a ser um evento da área ambiental do
2982 País, para ser um evento do País, porque é o que o que de fato ele é. Muito
2983 obrigada pela atenção de vocês, e por serem valentes de estarem aqui até a essa
2984 hora. Obrigada. (Palmas).

2985

2986

2987 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Adriana, por
2988 favor.

2989

2990

2991 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Lara, é só
2992 um comentário, é muito bom compreender a dinâmica e a complexidade da
2993 questão. Quanto aos contatos é muito fácil a gente conversa, a moção também a
2994 gente pensa junto um texto, o IBAMA apresenta isso conforme previsão do
2995 Regimento.

2996

2997

2998 **A SRA. LARA LARESTIL (IBAMA)** – Ok. Muito obrigada.

2999

3000

3001 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado Lara,
3002 parabéns, eu fico muito feliz com o que você apresentou e com esse
3003 reconhecimento internacional dos nossos trabalhos, como você disse, singelo,
3004 perseverante, mas extremamente importante. E aproveito também para o Brasil no
3005 próximo ano, apesar das turbulências aí, a gente também está recebendo aí
3006 UFRO, é uma instituição mais do que centenária, se o serviço florestal brasileiro
3007 junto com a EMBRAPA está promovendo em setembro de 2019, é uma reunião
3008 que a gente chama de as olimpíadas florestais, são cerca de 5 mil pesquisadores
3009 na área florestal. Também vai ser a primeira vez na América Latina. E eu aproveito
3010 a sua criatividade, a sua humildade também de incorporar no processo de
3011 divulgação para a UFRO via CONAMA, e de apresentarmos talvez uma moção de
3012 apoio também a esse Congresso Florestal Internacional que vai acontecer em
3013 2019 também em setembro em Curitiba. Passo a palavra para o final. Obrigado
3014 Lara Parabéns. Valeu.

3015

3016

3017 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Obrigado, peça para informar que existe um projeto
3018 É para informar que existe em projeto novo em que se usa a ferramenta
3019 principalmente dos satélites suomi, e também dos sensores moldis da terra e água
3020 para se fazer o levantamento de várias queimadas. Esse levantamento não é feito
3021 em cima de focos de queimadas, mas em cima de áreas queimadas. Então, me
3022 parece que seria talvez uma boa oportunidade de a gente criar uma ementa bem
3023 completa a esse respeito e submeter com um minicurso na pré-conferência.

3024

3025 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Então, obrigado
3026 pela sugestão. Então, agradeço a todos os Conselheiros e Conselheiras que
3027 estiveram conosco até o final. Agradeço a colaboração de sempre que vocês
3028 tiveram com a condução dos trabalhos da mesa, a minha colega Adriana, a Izabel
3029 do IBAMA. A aqueles que vão viajar, uma boa viagem e que Deus abençoe a
3030 todos. Muito obrigado.
3031
3032
3033 *(Palmas!).*